

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Mônica Rodrigues Suminami

**APATIAS E VICISSITUDES: A Problemática do Gênero em As Irmãs Makioka de
Jun'ichiro Tanizaki**

Paranaíba/MS

2017

Mônica Rodrigues Suminami

**APATIAS E VICISSITUDES: A Problemática do Gênero em As Irmãs Makioka de
Jun'ichiro Tanizaki**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Tânia Regina Zimmermann

Paranaíba/MS

2017

S952a

Suminami, Mônica Rodrigues

Apatias e vicissitudes: a problemática do gênero em as irmãs Makioka de Jun'ichiro/ Mônica Rodrigues Suminami. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2017.

109f.; 30 cm.

Orientadora: Profa Dra Tânia Regina Zimmermann..

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Cultura japonesa. 2. Gênero. 3. Mulheres. I. Suminami, Mônica Rodrigues. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 907.2

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira - CRB1º/1783

MÔNICA RODRIGUES SUMINAMI

“APATIAS E VICISSITUDES: A PROBLEMÁTICA DO GÊNERO EM “AS IRMÃS MAKIOKA” DE JUNICHIRO TANIZAKI”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 31 de janeiro de 2017

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Tânia Regina Zimmermann
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Prof. Dr. Klinger Teodoro Ciríaco
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)



Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Para Káthia de Oliveira Macêdo,
para quem compartilhei o melhor de mim

AGRADECIMENTOS

A minha estimada **Profª Drª Tânia Regina Zimmermann**, que não só me ofereceu o caminho, compartilhando seus profundos conhecimentos teóricos dignos de nota, mas também retirou algumas “pedras” que obstruíram a minha pesquisa. Se não fosse a sua compreensão não haveria a possibilidade desta pesquisa, não haveria o interesse pelos estudos de gênero, não se permitiria o sonho de me aproximar dessas mulheres romanceadas de um Japão tão longínquo que, ao mesmo tempo, se fez tão presente por figurar na minha família e, por que não dizer, na minha vida.

Ao demais professores da banca, **Dr. Diogo da Silva Roiz** que tive o privilégio de conhecer ao ministrar uma disciplina intitulada Historiografia e História da Educação, onde pude conhecer o potencial de um professor questionador e extremamente lógico em suas argumentações, qualidades que nos auxiliaram imensamente com a elaboração da pesquisa e ao **Dr Klinger Ciriaco** que nos agraciou com sua presença, no momento em que aceitou o convite para a composição da banca, vindo, desta forma, a contribuir com seus conhecimentos a minha pesquisa.

Aos meus pais, **João Silva Rodrigues** e **Hilda Suminami**, por acreditarem na possibilidade do término dessa pesquisa, pelo amor e carinho depositados, pela ajuda na superação de frustrações nos momentos conflituosos, enfim, por me aceitarem e, devido a isso, pelo pleno respeito que sempre irei ter com vocês. Todo o meu afeto eu ofereço.

A minha avó, **Linko Tanaka Suminami**, por ser a grande referência nesta pesquisa. Que todo o amor e carinho sempre reine entre nós, onde nenhum mal possa nos afetar. Que este amor siga por outras vidas, que siga pela gratidão e carinho imensos.

Para **Káthia de Oliveira Macêdo**, que me fez oferecer o meu melhor. Pela confiança, amor, afeto, respeito e admiração que tenho por esta mulher que, certamente, se desvencilharia de

qualquer opressão. Que ousou lutar pela vontade de viver e que agora celebra uma vida espiritual, gozando de uma felicidade plena. Eu te ofereço gratidão pelo que me pôde oferecer com tanto amor.

Aos **demais setores administrativos** da Universidade que se empenham, continuamente, ao trabalho e a pesquisa, com a dinamicidade, comprometimento e responsabilidade que lhes são peculiares.

A **minha família**, em especial aos meus primos e primas: **Tatiane, Janaina, Camilinha, Roger, Henrique, Letícia, Marco**, que haja sempre união, presença e amor entre a gente.

Aos meus amigos e minhas amigas: **Renata, Moisés, Paula, Verônica, Fabiano, Marisa, Denise, Giovana, Elisa, Robson, Magda, Gilvânia, Susy, Júlia, Roberta, Juninho, Eliana, Amanda, Lucimar, Cíntia, Luciano, Lu e Barão**, e demais (perdão pelo esquecimento) que nós tenhamos uma amizade que seja apaixonadamente eterna.

雨降って地固まる¹

Ame futte ji katamaru

(Provérbio japonês)

¹ São ideogramas denominados *Kanji*. Logo após, consiste na adaptação do *Kanji* ao alfabeto latino que se perfaz por meio de um sistema denominado Hepburn, relacionando o grafismo, fonema e som ao referido alfabeto, tendo como parâmetro a língua inglesa. O significado da frase, na língua portuguesa, seria ‘as adversidades nos fortalecem e constroem nosso caráter’ (ORGADO, 2014, p. 15).

RESUMO

A presente pesquisa parte do pressuposto de investigar as imposições de gênero vivenciadas pelas personagens Tsuruko, Sachiko, Yukiko e Taeko de *As Irmãs Makioka* de Jun'ichiro Tanizaki, mais precisamente analisando de que forma reagem tais mulheres aos padrões sexistas e socioculturais dominantes preestabelecidos no romance, bem como às implicações relacionadas as subjugações sofridas por elas, por serem mulheres. Por intermédio da análise arqueológica de Foucault, possibilitou-se a visualização de uma formação discursiva historicizante, contemplada numa relação de interconexão entre as personagens femininas e os discursos marcados pelos papéis biológicos de oposição masculino/feminino. Mais ainda, utilizou-se a crítica literária sociológica, tendo como base Antônio Cândido, como instrumento de adequação dos fatores externos, mais precipuamente do elemento cultural às práticas sociais que tendem a influenciar essas mulheres e transformá-las historicamente. Em tais funções sociais estratificadas, houve um entrelaçamento com as noções de gênero conceituadas por Judith Butler e Joan Scott. A par disso, imbuíu-se, no discorrer da pesquisa, acerca da cultura japonesa da época da narrativa do romance, mais especificadamente, em meados de 1930, assinalando, assim, uma condição de possibilidade de verificação de existência de discursos dominantes fundamentados numa repartição binária, marcada por uma sociedade japonesa dissolvida entre a modernidade e a tradição, cuja dicotomia será notada, inclusive, por meio do desenrolar das subjetividades das personagens femininas do romance. Assim, os conceitos de gênero proporcionaram a desconstrução de um olhar estigmatizante em instituições, como a família, o casamento e a sexualidade, na medida em que fomentaram a dominação da mulher. A proposta visa delinear uma análise acerca da opressão masculina sofrida pelas personagens femininas, numa miscelânea cultural entre a tradição e a modernidade, vivenciada por elas. Desta forma, possibilitou-se visualizar os dispositivos que atuavam contrários às relações de gênero, no sentido de que nas instituições acima representadas, se constituíam de micropoderes, responsáveis por libertá-las das amarras da opressão.

Palavras-chave: Cultura Japonesa. Gênero. Mulheres. Opressão. Reação.

ABSTRACT

This research assumes investigate experienced gender impositions by characters Tsuruko, Sachiko, Yukiko and Taeko of the Sisters of Makioka by Jun'ichiro Tanizaki. More precisely, analyzing how women react to such dominant sexist and sociocultural patterns preset in the novel, as well as the implications the subjugations suffered by them because they are women. Through archaeological analysis of Foucault, made it possible to display a historicizing discursive formation, contemplated in respect of interconnection between the female characters and speeches marked the biological roles of male/female opposition. Moreover, sociological literary criticism was used, based on Antônio Cândido, as an instrument of adaptation of external factors, more from the cultural element to social practices that tend to influence these women and transform them historically. In such social functions laminated, there was an intertwining with the notions of gender respected by Judith Butler and Joan Scott. Besides that, it's suggested, in the discourse of the research about the Japanese culture of the novel's narrative of the time, more specifically, in the mid-1930s, marking thus an existence of dominant discourses verification possibility condition based on an allocation binary, marked by a Japanese company dissolved between modernity and tradition, whose dichotomy will be noted, including through the conduct of the subjectivity of the female characters in the novel. Thus, gender concepts provided the deconstruction of a stigmatizing look at institutions such as the family, marriage and sexuality, in that it promoted the domination of women. The proposal aims to outline an analysis of male oppression suffered by female characters, a cultural miscellany between tradition and modernity, experienced by them. Thus enabled to view devices that acted contrary to gender relations, in the sense that the above institutions represented, is constituted of small powers responsible for freeing them from the shackles of oppression.

Keywords: Japanese Culture. Genre. Women. Oppression. Reaction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Das próprias motivações ao início da pesquisa	11
Apatias e Vicissitudes: interconexões entre as mulheres e Jun'ichiro Tanizaki	13
Dos métodos de análise e a pertinência da sociedade	20
Circunstâncias nodais na composição e estruturação da obra	23
1 DISCURSO, SUJEITO E A EMERGÊNCIA DO ARQUIVO LITERÁRIO	26
1.1 Composição arqueológica em As Irmãs Makioka: práticas discursivas historicizantes	45
1.2 Aproximações da sociologia da literatura na análise discursiva em As Irmãs Makioka	53
2 O FATOR CULTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES EM AS IRMÃS MAKIOKA	58
2.1 A ocidentalização do Japão: o período da Restauração Meiji (1867-1912)	70
2.2 Práticas discursivas culturais como mecanismos transformativos	73
3 A DESESTRUTURAÇÃO DOS <i>CORPUS</i>: A SUBVERSÃO COMO PRÁTICA	79
3.1 Gênero e sua visibilidade nas “mulheres tanizakianas”	87
3.2 O primado genealógico do poder de reação	93
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	103

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** – Árvore Genealógica da obra *As Irmãs Makioka* de Jun'ichiro Tanizaki (*SASAMEYUKI*)..... 17
- Figura 02** - Encarte (imagem) na língua inglesa do filme *As Irmãs Makioka*, de Jun'ichiro Tanizaki, dirigido por Kon Ichikawa..... 18
- Figura 03** - Encarte (imagem) na língua japonesa do filme *As Irmãs Makioka*, de Jun'ichiro Tanizaki, dirigido por Kon Ichikawa..... 19

INTRODUÇÃO

Das próprias motivações ao início da pesquisa

Com cinco anos, numa época de férias, minha avó costumava a cantarolar ao pé da cama. Talvez ela acreditasse que a música iria fazer todos os seus netos dormirem ou, na pior das hipóteses, aquilo a remetia a outros tempos. Por que seria uma recordação ruim? Tornei a me impressionar quando, numa manhã de fevereiro, percebi que cantarolava rente à horta, saboreando entre seus dedos o cheiro da terra pós-chuva. A mesma música...

Sem rodeios, fiz a pergunta e com uma leve torcida de boca, ela se virou:

- Sabe, Mônica, eu brincava de boneca quando casei com seu avô.
- E como foi isso?
- Eu fui arrumada para ele, nem o conhecia.

E, agora, eis que, sensíveis analistas, se retorcem para saber o que seria a bendita pergunta?

- Vovó, por que a senhora está triste?

Por meio desta última pergunta pude perceber que às vontades e os desejos da minha avó foram condicionados às decisões de seus pais em realizarem o seu casamento. Seja por questões financeiras e nada sentimentais, minha avó foi “oferecida” a um homem que não a conhecia e que, no máximo, a havia visto algumas vezes em cerimônias japonesas denominadas *miais*, que consistiriam em apresentar, mutuamente, o casal cujo futuro matrimonial dependeria do desenrolar do comportamento de ambos durante a reunião, com a ressalva de que deveriam estar presentes com os seus respectivos parentes.

Questões relativas aos “bons modos” da mulher japonesa, bem como a reputação familiar do futuro marido perante à sociedade, consistiriam como exemplos de elementos responsáveis pela análise comportamental por parte dos familiares de ambos. Assim, para que houvesse a aprovação da “futura esposa” por parte da família do “futuro marido” era necessário passar pelo crivo do que se compreenderia como sendo a “mulher ideal para cuidar futuramente da prole, dos serviços destinados ao lar e do marido”. Obviamente, não que tal direcionamento por parte dessas mulheres que participavam dos *miais* fossem considerados uma função descabida, mas sim porque não lhe

eram oferecidas nenhuma oportunidade de realizarem qualquer tipo de função diferenciada, pois a submissão ao marido era um fator condicionante ao bom andamento do casamento.

Ora, se a submissão ao marido era uma condição a um casamento frutífero, qualquer situação contrária a isso seria considerada uma afronta à tradição japonesa em delegar ao homem o posto de detentor de todos os direitos e obrigações, reputando, assim, à mulher, uma situação subalterna de obediência, zelo e préstimos sexuais ao marido quando bem o aprover.

Diante dessa realidade que me foi despertada por meio de uma conversa casual como minha avó, eu pude penetrar em suas amarguras, fazendo-me recordar um casamento que se constituiu de infundáveis obrigações reservadas a ela. O “ser mulher” lhe fez comprometer ao matrimônio, e isso pulsava em suas memórias. Obviamente não foram somente más lembranças. Por um *insight*, me foi oferecida a chance de estudar o romance *As Irmãs Makioka*. A vida da minha avó tornou isso possível.

Dos pequenos lampejos de vontade em estudar o romance, foi-me oferecida a oportunidade de realizá-lo durante o curso de mestrado em educação. Contudo, os elementos que utilizei para realizar este estudo se basearam, mais precisamente, com as infundáveis conversas ao telefone com minha avó, onde pude criar a oportunidade de conhecer mais profundamente, a sua interessante história de vida.

Assim, o interesse em literatura japonesa construiu-se, paulatinamente, com as conversas descompromissadas com minha avó, fazendo com que eu, posteriormente, fosse adquirindo alguns romances e pudesse conhecer e, após lembrar, durante às leituras, de fatos atrelados a vida de minha avó com às passagens das narrativas dos romances.

Em tempo, o primeiro contato com o romance *As Irmãs Makioka* veio numa leitura descompromissada de um artigo publicado num jornal de grande circulação. Com o perdão do lapso da memória com relação ao jornal e ao autor, o artigo fazia uma comparação entre a obra *Os Irmãos Karámov* do escritor russo Fiódor Dostoiévski, com a obra de Tanizaki, *As Irmãs Makioka*, devido ao interesse nessa analogia que foi feita, resolvi adquirir, sem arrependimentos o tal romance sobre às mulheres. Na verdade, eu queria fazer um estudo sobre a feminilidade e, com o desenvolvimento da leitura, pude perceber que “ser mulher” era o pior de todos os problemas que poderia existir numa sociedade japonesa.

Por leituras descompromissadas, o ritmo foi se desenvolvendo freneticamente, a cada página virada sentia desconfortos e autocomiserações quando me colocava no lugar daquelas

“pobres mulheres”. A narrativa ágil de Tanizaki piorava aquele meu desconforto, pois me fazia remeter a novos capítulos de forma sucessiva, na medida em que a abordagem opressora por meio das atitudes masculinas também obedecia ao ritmo de escrita. Era inútil relutar, tive que me entregar ao romance.

E tal entrega veio num momento perfeito, já que pude perceber que, após terminada minha leitura, o romance tivera um fim, mas aquela sensação.... ah! a sensação de vazio num misto de piedade e tristeza não havia dissipado.

E com todas essas sensações se aglutinando, me apalpando e tentando impregnar em cada célula do meu corpo, o que seria esse momento perfeito? Seria meu segundo *insight*. Eu pude entender toda a tristeza nos olhos de minha avó.

Juntei as suas lágrimas e comecei a escrevê-las.

- E então, vovó, por que a senhora está triste, mesmo?

Apatias e Vicissitudes: interconexões entre as mulheres e Jun’ichiro Tanizaki

Numa (re)construção do que entendemos por gênero e seus efeitos nos sujeitos aqui expostos, temos a língua como meio de análise e a figura de um autor que foi, ao longo de toda a sua vida, dono de uma existência polêmica, de reviravoltas e abandonos, cuja obra e vida se associam, pelo menos no que tange às mulheres de sua vida.

Jun’ichiro Tanizaki nasceu em Tóquio, no Japão, no dia 24 de julho de 1886 e faleceu no dia 30 de julho de 1965, aos 79 anos, na cidade de Yugawara, na província de Kanagawa. Frequentou a Universidade Imperial de Tóquio em Literatura Japonesa, contudo não concluiu seus estudos devido à inadimplência com a referida Universidade. Com influências de Charles Baudelaire e Edgar Allan Poe construiu sua formação literária no romantismo da França e dos Estados Unidos, fazendo com que demonstrasse um nacionalismo exacerbado e historicismo em torno de suas obras principais.

Seu primeiro livro, denominado *Shisei* (a tatuagem), foi publicado em 1910. É cediço que neste romance, em especial, o autor se preocupa com o belo e o artístico acima de todas as coisas, se contrapondo com o realismo emergente durante aquele período. À título de curiosidade, a obra *As Irmãs Makioka* foge dessa característica, demonstrando ser uma obra que funde o realismo com

a indignação do autor com a ocidentalização do Japão. Cronologicamente, a literatura japonesa compreende os seguintes períodos:

Assim, seguindo a divisão japonesa dada à literatura, temos o período clássico que vai desde os primórdios até o final do século XIX, quando se dá a abertura oficial do Japão e o início da modernização do país nos moldes europeu e americano, com o período moderno considerado a partir de então. O período clássico é dividido em três grandes blocos, o Antigo (até 1192) organizado em torno às Cortes de Nara e Heian, o Médio (1192 até 1600), em torno ao xogunato de Kamakura e Muromachi e o Pré-moderno (1603-1867) correspondendo ao do xogunato de Edo. O período moderno acompanha a divisão das eras imperiais: Meiji (1867-1912), Taishō (1912-1925), Shōwa (1926-1988) e Heisei (1989-atual). Um dos parâmetros utilizados para a era contemporânea é a Segunda Guerra Mundial para se falar da produção literária antes e depois desse marco histórico em que houve uma diversificação e uma popularização da literatura (KATO, 2012, p. 185).

Neste sentido, o romance *As Irmãs Makioka* se relaciona com o período moderno, mais precisamente o Taishō (1912-1925), muito embora seja um período considerado de “abertura do povo japonês” à ocidentalização, é perceptível que o comportamento de determinados personagens (à exemplo de Yukiko) reporta “àquele Japão fechado a novas culturas”, fincado em tradicionalismos. Mais precisamente, a “abertura do Japão” deu-se durante o período Meiji (1867-1912), onde seus líderes tinham como meta deixar o país rico e militarmente forte e, para que alcançassem tais objetivos, era necessário ocidentalizar o Japão, dando-lhe “ares de modernidade” (KATO, 2012).

Rapidamente, agiram de modo planejado e, depois de derrubar o xogunato e dominar o poder político; enviaram grandes delegações de estudantes japoneses a nações avançadas para coletar informações; introduziram o serviço militar para a modernização das forças armadas; planejaram o sistema escolar e educacional nacional sob orientação do Estado; e garantiram o alicerce financeiro. Ou seja, ao mesmo tempo em que eles desenvolveram o respeito ao imperador – contido no lema ‘Respeito ao imperador e expulsão de estrangeiros’ e estabelecido para tomar à força o poder do xogunato – adotaram uma política de ‘ocidentalização’, exatamente oposta à ‘expulsão de estrangeiros’ (KATO, 2012, p. 132-133).

Tais medidas foram contrárias ao que o povo japonês almejava, na medida em que muitos eram contra a abertura econômica e política do Japão, preferindo um país fechado e tradicional.

Sendo assim, diversas rebeliões insurgiram contra a restauração, pois eram tidas como drásticas e impopulares² (BENEDICT, 1972).

A Reforma teve reflexos em personagens como em Yukiko, já que esta, pelas atitudes e comportamentos, era adaptada “à vida ocidental”, conforme veremos nos excertos do romance *As Irmãs Makioka*. Poderíamos dizer os receios e as inseguranças de Tanizaki com relação à “vida moderna” traziam uma bagagem pessoal que se traduziam numa vida atribulada, com três casamentos, ao passo que no seu primeiro casamento “trocou” sua esposa com seu amigo chamado Sato Haruo, onde num dia de visitas ao casal, este teria ficado indignado com o tratamento que Tanizaki oferecia a sua esposa. Em seu segundo casamento, Tanizaki já estava apaixonado por quem seria sua terceira esposa, razão pela qual autorizou sua segunda esposa a ter um amante. Estas informações advindas não vêm de encontro com o estudo que se tem da obra *As Irmãs Makioka* do escritor Tanizaki, onde suas personagens femininas são oprimidas pela sociedade.

No ano de 1923, houve um intenso terremoto que dizimou sua casa, na cidade de *Kanto*, sendo assim, Tanizaki muda-se para a cidade de *Ashiya* onde veio a conhecer sua terceira esposa. É certo que se mudou sozinho, deixando, até então, a sua segunda esposa e filhos para trás. Residindo, agora, no interior do Japão volta a sua atenção para o tradicionalismo e costume japoneses, fazendo com que se dedicasse a traduzir para o japonês moderno, o maior romance do seu país denominado *Gengi Monogatari* ou simplesmente *os contos de Gengi*. Sua terceira esposa, juntamente com as irmãs serviriam de influência na construção das personagens do romance *As Irmãs Makioka* publicado entre 1943 e 1948, sendo que depois que publicou a referida obra, publica ainda mais quatro romances, dos quais os principais são: *a chave* de 1956 e *o diário do velho louco*, de 1961 a 1962. Tanizaki veio a falecer em 1965.

Com relação à obra *As Irmãs Makioka*, Jun’ichiro Tanizaki foge de sua temática tradicional em abordar questões relativas à sensualidade e parte para uma análise da sociedade japonesa, com fortes críticas à ocidentalização do Japão. Os primeiros capítulos da obra foram publicados em 1943 numa revista e, desde logo, foram recusados, tendo em vista a criticidade de Tanizaki em abordar assuntos delicados para a época, a exemplo do intimismo utilizado na análise da própria sociedade recheado de duras críticas ao governo. Após, no ano de 1944 publica o primeiro volume da obra e, somente após o fim da segunda grande guerra, em meados de 1945, é

² Não convém adentrar a respeito das “grandes motivações” que deram ensejo a Reforma Meiji, já que não é o cerne da presente pesquisa. Cabe, aqui, situar o leitor que a referida reforma foi responsável pela ocidentalização e “modernização” do Japão, fazendo-se refletir em algumas personagens do romance.

que terminará de publicar os dois volumes restantes. No Brasil, a referida obra veio compilada num único volume, pela editora Estação Liberdade.

A narrativa da história se concentra em três cidades principais: *Kyoto*, *Osaka* e *Tóquio*, se passando no período da década de 30, onde a trama se desenvolve em torno de duas personagens principais Yukiko e Taeko, pertencentes a uma família aristocrática e tradicional japonesa da época, os *Makioka* (TANIZAKI, 2007).

Desta forma, a trama se desenvolve já com essa família em decadência econômica. Havia se passado a época áurea de riqueza dos *Makioka*, sendo que após o falecimento do pai das referidas irmãs, a família começa a se desestruturar por problemas financeiros. Sendo assim, com as duas irmãs mais velhas (Tsuruko e Sachiko) já casadas, a história se volta para a busca de um pretendente para a irmã Yukiko, próxima na linhagem das mais velhas a se casar, que inclusive batiza o nome do livro em original, *Sasameyuki*, cujo significado é “neve fina, a última a cair no inverno” (TANIZAKI, 2007).

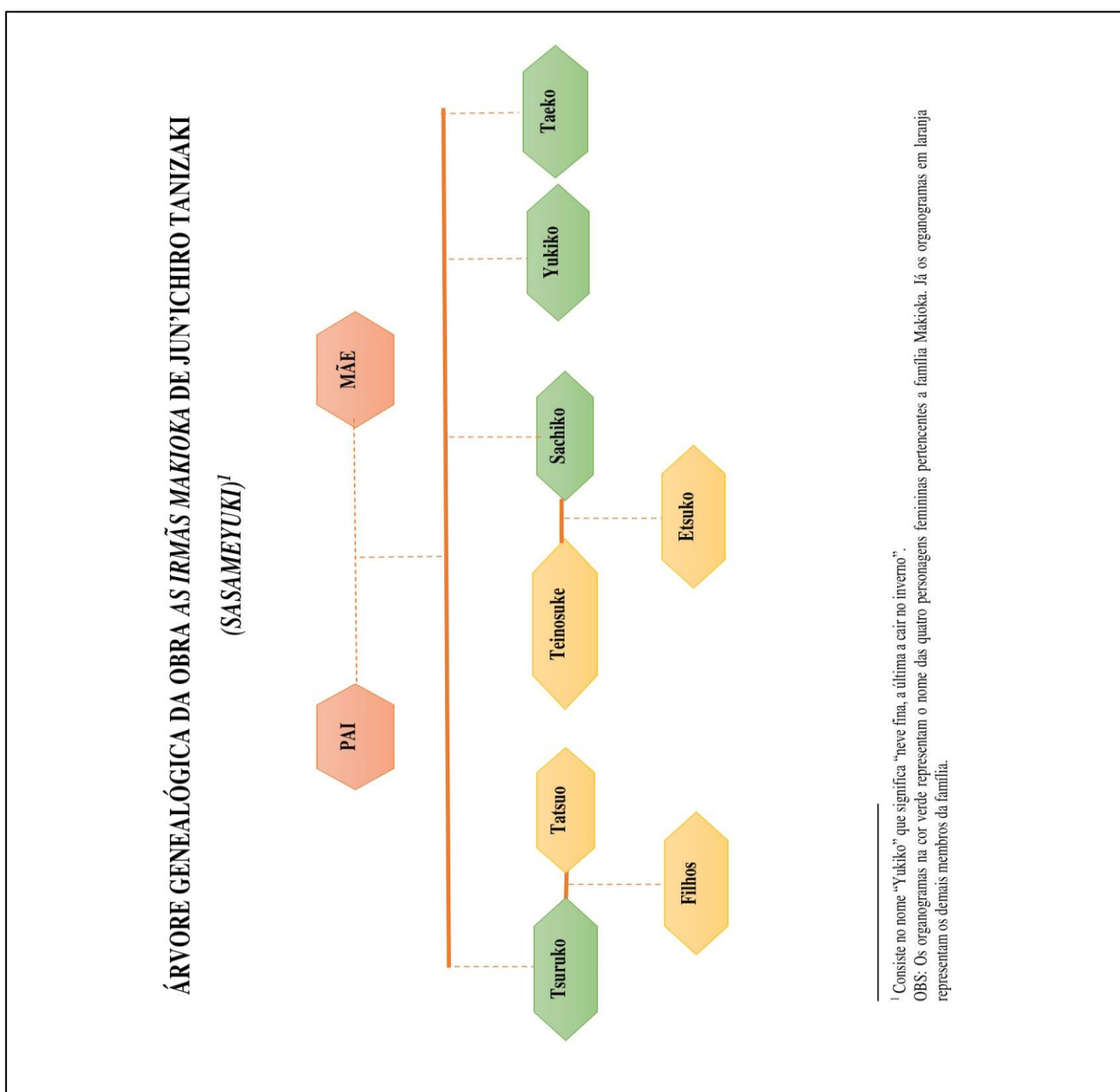
Com a realização de inúmeros *miais*, que consistem em reuniões entre futuros pretendentes com às famílias dos mesmos para se conhecerem melhor, a narrativa ganha fôlego com um narrador onisciente em terceira pessoa. Na medida em que os *miais* vão sendo frustrados pela família *Makioka*, por desejarem um pretendente à altura da glória das épocas passadas, a personagem Yukiko vai passando dos trinta anos, solteira e representando, ao mesmo tempo, a decadência da própria família, ao mesmo tempo que a personagem consiste numa crítica ao tradicionalismo japonês, já decadente com a abertura do Japão ao ocidente.

O contrapeso, quase, por assim dizer, da irmã Yukiko é a Taeko, esta que representa a modernização do Japão, com seu estilo de vestir ocidentalizante e com a cultura captada na França durante a sua estada para estudos. Obviamente, os comportamentos contrastantes destas irmãs dão o entendimento ou de serem impulsionados pelas relações de força que se traduzem em reproduzir discursos que visam à libertação daquela situação transcrita na narrativa como sendo dominadora pela hegemonia masculina, ou poderá representar uma situação hermética, onde a personagem se mostrará impassível diante dos acontecimentos reais que perpassam pelas rupturas históricas, no sentido de se respaldar no tradicionalismo japonês e não nos fatores relacionados ao fato social externo. Assim, a personagem Yukiko representa o conservadorismo dos costumes nipônicos que insistem em permanecer, ao passo que a personagem Taeko é a chegada da modernização, da influência cultural em tirar o sujeito cognoscível das suas limitações em não se modificar,

distribuindo nuances, incertezas, num contínuo processo de mutação, se refazendo ao ponto de se libertar da tradição japonesa em oprimir mulheres.

Assim, o romance representa o contraste entre o tradicional e o moderno Japão, entre a opressão das mulheres japonesas e o desejo de libertar-se das amarras dessa opressão, a fim de que, como dizia Foucault (2014), historicizar-se para além das fronteiras.

Figura 01 – Árvore Genealógica da obra *As Irmãs Makioka* de Jun'ichiro Tanizaki (*SASAMEYUKI*)



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 02 - Encarte (imagem) na língua inglesa do filme *As Irmãs Makioka*, de Jun'ichiro Tanizaki, dirigido por Kon Ichikawa



Fonte: <https://filmow.com/as-irmas-makioka-t78758/> (1983)

Figura 03 - Encarte (imagem) na língua japonesa do filme *As Irmãs Makioka*, de Jun'ichiro Tanizaki, dirigido por Kon Ichikawa



Fonte: <https://filmow.com/as-irmas-makioka-t78758/> (1983)

As imagens acima referem-se a filmografia da obra de Jun'ichiro Tanizaki pelo diretor japonês Kon Ichikawa. A obra fora adaptada três vezes para o cinema e, esta última vez, no ano de 1983, pelo referido diretor (TANIZAKI, 2007).

Convém, neste momento, antes de adentrarmos na análise dos métodos de pesquisa utilizados, salientar que a utilização dos termos “apatias” e “vicissitudes” logo acima, em nada se referem ao antitético, mesmo que tais termos consigam dar vazão às diferenças peculiares que irão nortear todo o estudo aqui evidenciado. Assim, tais diferenças repousam nas duas personagens principais, Yukiko e Taeko, mas não significa que ambas apresentam somente dubiedades de forma engessada em suas subjetividades. As palavras foram escolhidas visando retratar metaforicamente um Japão tradicional amparado por atitudes opressoras em torno das mulheres, bem como demonstrar que há plausibilidade em dizer que tais atitudes retratadas no comportamento da personagem Taeko, por exemplo, pode servir como aparato na luta contra às atitudes opressoras. São elementos que se comunicam para elucidar todo o desenvolvimento da pesquisa, em termos de gênero e discurso e não para definir comportamentos configurados em determinismos que, a par de tudo que será dito, vão em desacordo com às ideias foucaultianas que permeiam todo nosso arcabouço arqueológico e genealógico.

Dos métodos de análise e a pertinência da sociedade

O próprio indivíduo atrai para si às definições, mesmo que incertas, de sua existência, haja vista que o mundo oferece rótulos relacionados à identidade, a ambientação cultural predefinida que, atualmente, não mais se vestem da certeza de um sujeito sociológico³, por exemplo. Seria trazer para si mesmo sua própria noção acerca de sua existência, se fundindo numa binariedade extremamente bem definida sobre o que deve pertencer ao universo do homem e ao da mulher, uma série de mensagens acerca das diferenças de cunho sexista. Em meio a tantas imposições e censuras, não é fácil que um indivíduo consiga se libertar de toda essa conjuntura para construir para si uma vivência singular que respeite o seu próprio *devoir*, haja vista que se afastar da normatividade denota muitas consequências sociais, que, no caso, da ambientação do romance *As Irmãs Makioka*, afetaria os interesses familiares na realização de casamentos, a fim de manter o

³ Em breves palavras, o que se entende sobre sujeito sociológico pode ser definido como sendo o início da interação entre o “eu” e a sociedade, contudo ainda há reminiscências da existência de um “eu” dotado de razão, certeza e consciência (HALL, 2014).

status quo de uma família tradicional. Contudo, há sujeitos que quebram a barreira da normatividade, transpondo para a narrativa a existência de um sujeito truncado e cheio de rebarbas sociais. O que ocorre, é a transformação do sujeito, suas subjetividades não ficam mais definidas, pois se alinha o que ocorre como fator externo a sua própria razão, deixando o sujeito inconstante.

As Mulheres Tanizakianas pertencentes a um Japão dividido pela tradição e modernidade são partes desse universo, pois uma delas rechaça o que é permitido e esperado das mulheres de suas épocas e contextos e, ao resistir e transgredir às normas sociais impostas, constroem para si esse ser carregado de subjetividade, de critérios indefinidos, respeitando as suas vontades independentes das imposições sociais ou até mesmo das consequências sociais por desafiarem às regras preestabelecidas.

“Ser mulher” dentro da realidade japonesa da época configurada no romance, é transgredir às barreiras de opressão, pois o que se vivencia é a sua existência a partir de seus próprios desejos e subjetividades, independentemente do que se espera de uma mulher tradicional japonesa, uma vez que por meio das mudanças se configura a própria noção de feminino, ainda que essa noção não detenha força suficiente em modificar toda a estrutura do romance, de hegemonia masculina (LOURO, 1997).

Embora não modifique toda a estrutura, é certo o caráter transformador de uma determinada personagem. Assim, Taeko deixa aflorar o nascimento de um novo feminino, agora transgressor às regras tradicionais, se perpassando em conjunturas diversas e se afetando por elas. Para isso, o método de análise sociológico da literatura condiz para esse desenvolvimento, fazendo com que as regras externas sejam interpretadas como alavancas de recriação da própria personagem. Logo, entra em cena o novo ser, avesso às convenções e que traz para si a liberdade de formar sua própria consciência do que é ser uma nova mulher, livre de regras predeterminadas, criando e inovando em versões de si mesma (LOURO, 1997).

Essa tentativa de se recriar não pode ser interpretada como ligação ao sexo biológico, obviamente os sujeitos se reinterpretem, independentemente de suas sexualidades. Porém, na narrativa do romance, a subjetividade que se transforma é o da mulher. A transformação pode ser evidenciada mediante ao método analítico utilizado, mais precisamente a sociologia da literatura realizada, *in casu*, por Antônio Cândido (2006, p. 53-54), onde:

[...] a função social independe da vontade ou da consciência dos autores e consumidores de literatura. Decorre da própria natureza da obra, da sua inserção no mundo dos valores

culturais e do seu caráter de expressão, coroada pela comunicação [...] a função total deriva da elaboração de um sistema simbólico, que transmite certa visão do mundo por meio de instrumentos expressivos adequados.

Mais ainda:

A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar [...] a função social [...] comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade (CÂNDIDO, 2006, p. 53-54).

Então, a função social que tem possibilidades de influenciar uma obra literária não se pode fixar a um determinado momento ou situação, até porque esses eventos são modificativos, não obedecem a fronteiras espaço-tempo e, portanto, são passíveis de não serem mais os mesmos. Neste desiderato, Foucault (2008) ressalta o caráter modificativo dos discursos, por meio da celebração de enunciados, frases ou proposições, na medida em que também são responsáveis pelo caráter de desempenhar uma função de análise literária da obra.

Adstrito aos fatos relacionados, à sociedade evidencia também seu caráter de pertinência, quando engloba o processo subjetivo que leva uma pessoa a ser livre para vivenciar o que deseja, ausente das amarras sociais e das imposições relacionadas ao gênero que impunham estamentos predeterminados acerca do comportamento e das sensações humanas. A sociedade é responsável por produzir os fatos sociais que irão influenciar positivamente na conduta da personagem Taeko, por exemplo. Porém, para que isto aconteça, às relações de força consubstanciadas no poder devem se mostrar evidentes, fazendo com que o sujeito nunca se identifique permanentemente com às culturas de gênero, uma vez que essa identificação deve se passar no plano do presente, do real e que, a qualquer momento, pode se modificar.

Mas esse comportamento do feminino representado pela personagem Taeko, que se caracteriza por apresentar novas nuances quando da resistência das culturas tradicionais, como se denota a sua atual configuração? É certo que as bases formadoras para essas novas relações de gênero criadas dentro do universo particular da personagem são às relações de força representadas pelo poder, onde a construção do feminino também é compelida a abarcar a conjuntura social que está ao redor da personagem. Assim, às subjetividades vão se formando paulatinamente a depender das singularidades de cada sujeito. No caso em tela, o gênero é uma categoria de análise (SCOTT,

1995) e dependendo desse fato, se parte do gênero como um elemento para a análise das relações sociais.

Circunstâncias nodais na composição e estruturação da obra

Começamos este estudo traçando minhas motivações pessoais e o perfil do romancista Jun'ichiro Tanizaki, relatando sua vida e os acontecimentos em torno da sua trajetória de criador de histórias. Ressaltei, também, a construção do feminino por meio da sua personagem Taeko, bem como identifiquei questões atinentes a manutenção do *status quo* por meio da personagem Yukiko. Em todas essas circunstâncias, me foi possibilitada situar momentos históricos e ir de encontro com às culturas ocidentalizantes dentro da sua obra *As Irmãs Makioka*. Embora, o romance detenha uma narrativa de cunho masculinizante - haja vista que o autor celebra acontecimentos de dominação e de opressão vividas pelas mulheres japonesas da época narrada -, é plausível que os pequenos deslizes nos acontecimentos, tornasse possível à criação de uma personagem que consegue deter a capacidade de ser influenciada pelo fator social que a condiciona, mas não se forma permanente, longe disso, mas sim de maneira a verificar que mudanças são bem vindas quando se trata de redefinir uma nova roupagem ao feminino.

A par disso, há elos na presente pesquisa que se interconectam pelos capítulos. A esse respeito, o desenvolvimento arqueológico de Foucault funciona como alavanca para à análise discursiva da obra, constituindo uma circunstância nodal para que à problemática fosse resolvida, qual seja, quanto à possibilidade de o poder funcionar como mecanismo de libertação das vontades femininas em detrimento do efeito opressor masculinizante, já que é a partir desse pressuposto que o discurso funciona na captação de novos saberes. É claro o objetivo de Foucault quando se lança às análises arqueológicas:

[...] não se propõe julgar a veracidade das análises históricas que Michel Foucault: não é a avaliação de um objeto teórico a partir do que outros disseram a respeito dele, nem a partir de projetos diferentes ou antagônicos; não é uma confrontação entre as análises arqueológicas e outras análises históricas dos mesmos objetos para decidir quem tem razão, não tem a ambição de dar a palavra aos textos estudados e erigi-los em juízes do que foi dito sobre eles. Também não é a elucidação dos diferentes momentos de uma abordagem, considerada como caminho para a verdade, a partir da atualidade de seu pensamento (MACHADO, 2006, p. 05).

Ausente o discurso, ausente será às análises relacionadas ao fato social e, desta feita, à circunstância nodal do primeiro capítulo que entrelaça o segundo perde a sua razão de ser; pois sem o enunciado responsável pelo oferecimento da verdadeira modificação imposta ao sujeito, não há à possibilidade de transformação do mesmo e o sujeito em si, não tem a capacidade de se refazer sem os componentes exteriores a ele.

Realmente, a multiplicidade de sujeitos precisa de cataclismos históricos, sem os quais o sujeito seria somente aquele ser único e imodificável. A história das grandes transformações corrobora com às influências dos fatores sociais na vida dos sujeitos, no caso na vida das personagens tanizakianas.

Ora, o fator social, representado pela crítica sociológica da literatura, corresponde ao segundo ponto nodal que se relaciona com o primeiro já destacado e com o terceiro que os prendem como elos inseparáveis. Ao terceiro, que corresponde às relações de forças foucaultianas definidas pelo poder, tem-se que:

O que é o Poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma ‘relação de poder’ [...] a relação de forças ultrapassa singularmente a violência, e não pode ser definida por ela. É que a violência afeta corpos, objetos ou seres determinados, cuja forma ela destrói ou altera, enquanto a força não tem outro objeto além e outras forças, não tem outro ser além da relação: é ‘uma relação sobre a ação, sobre as ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes’, é ‘um conjunto de ações sobre ações possíveis’ (DELEUZE, 2013, P. 78).

Assim sendo, sem a existência do poder libertador foucaultiano à problemática já levantada sequer seria respondida, fazendo com que os elos que se unem ao terceiro, qual seja, ao poder se desestabilizassem e não correspondessem a nenhuma significação definida, tornando-os “soltos ao acaso e sem ligação predefinida”. Portanto, presentes os pontos de interconexão referentes a esta pesquisa, faz necessário salientar que ao primeiro capítulo foi destinada à descrição minuciosa a respeito da teoria foucaultiana acerca da análise do discurso, bem como realizando uma análise textual entre às práticas sociais discursivas e algumas situações retiradas do texto, por meio de enunciados, comprovando a aplicabilidade da teoria foucaultiana sobre os fatos encartados no romance.

Já, no segundo capítulo, foi desenvolvido o método utilizado para a consecução da crítica literária, mais precisamente à sociologia da literatura, onde foi possível adequar os fatos sociais externos às próprias subjetividades das personagens. Assim sendo, o método utilizado pelo crítico

literário Antônio Cândido permitiu utilizar como plano de análise situações, fatos, acontecimentos que se enveredaram pelas personagens e que conseguiram influenciá-las, modificando suas vontades e seus desejos.

Ao terceiro capítulo ficou destinada à análise das relações de poder, no seu caráter microfísico, esclarecendo a respeito da existência ou não da titularidade desse poder, e como ele se desenvolve durante o transcorrer da história caracterizada pelas grandes rupturas. Como tal relação que se desenvolve pelo poder tem a possibilidade de ser transformador, sob o viés positivo, da libertação dessas mulheres oprimidas, em especial, sob a perspectiva de Taeko.

Por fim, este estudo propôs então à análise do percurso social de duas mulheres criadas num Japão ambientado numa dualidade entre a tradição e a ocidentalização, onde dentro da análise a partir da problemática de gênero foi imperioso discutir e identificar às diferentes formas de resistência e transgressões em meio às imposições de gênero sofridas pelas personagens do romance, em especial às irmãs Yukiko e Taeko, destacando a problemática social associada a essa questão e a plausibilidade da libertação de Taeko, enquanto agente transformadora da sociedade da época.

1 DISCURSO, SUJEITO E A EMERGÊNCIA DO ARQUIVO LITERÁRIO

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos [...] (FOUCAULT, 2014, p. 46).

O vislumbre de um acontecimento que condiz à transformação de um momento ou, simplesmente, uma situação em que a história, considerada aqui como um campo de saber, é constituída como sendo um objeto que acompanha um desenvolvimento não linear, com rupturas no seu próprio *devenir*. Tal desdobramento é a proposta que Foucault utiliza como mecanismo em se compreender às condições de possibilidades discursivas. A propósito disto, a epígrafe se mostra disposta a elucidar à emergência de um saber que se desenvolve num processo descontínuo e de infundável transformação.

Tendo a preocupação de Foucault voltada aos “pequenos episódios” históricos, identificados por bases mais profundas de acontecimentos, é que seu pensamento se delineou para à heterogeneidade, deixando de lado à homogeneidade dos fatos que se direcionam, a seu ver, à “história propriamente dita”, marcada por situações nada díspares e de caráter uniforme. Ocorre que, em sua aula inaugural proferida no *Collège de France*, substituindo o professor Jean Hyppolite na cátedra denominada História dos Sistemas de Pensamento, demonstrou-se a preocupação pela história do pensamento que, inclusive irá nortear a produção de seu trabalho⁴.

Para se chegar ao entendimento esposado pela epígrafe sobre o que se entende do discurso é necessário demonstrar o que não o consiste, do que descrever certamente a sua formação propriamente dita. Neste momento, a descoberta de elementos que não contribuem, primariamente, para a elaboração discursiva torna-se propícia para o seu manuseio. De qualquer modo, o próprio Foucault, por diversas vezes, assume essa postura para confeccionar sobre como a supressão e a descontinuidade histórica foram importantes para a construção de relações em diversos aspectos na constituição dos sujeitos, bem como quando estes se tornam o próprio objeto do conhecimento.

⁴ Machado (2006), salienta que para entender a construção arqueológica de Foucault, é necessário enveredar pelas obras: *A História da Loucura, o Nascimento da Clínica e As Palavras e as Coisas*, já que é um pensamento que se desenvolve num *continuum*. Contudo, como o enfoque do objeto deste estudo se volta ao discurso, baseamos a pesquisa em torno da obra *Arqueologia do Saber*, muito embora as análises discursivas de Foucault também podem ser vistas em campos como a psicanálise, a medicina e as ciências humanas que são objetos de estudo nas obras acima, respectivamente. Sendo assim, o discurso, nesta pesquisa, será construído com base na formação discursiva e nos seus elementos integradores, como o enunciado, os objetos, as modalidades estratégicas, dentre outros. Respeitaremos o desenvolvimento do discurso na profusão de acontecimentos dispersos que lhe é própria.

[...] o que tanto se lamenta não é o desaparecimento da história, e sim a supressão desta forma de história que era em segredo, mas totalmente referida à atividade sintética do sujeito; o que se lamenta é o devir que deveria fornecer a soberania da consciência um abrigo mais seguro, menos exposto que os mitos, os sistemas de parentesco, as línguas, a sexualidade ou o desejo; o que se lamenta é a possibilidade de reanimar pelo projeto o trabalho do sentido ou o movimento da totalização, o jogo das determinações materiais, das regras de prática, dos sistemas inconscientes, das relações rigorosas mas não refletidas, das correlações que escapam a qualquer experiência vivida [...] (FOUCAULT, 2008, p. 16).

Foucault (2008), entendia que as rupturas históricas, ou melhor, a sua não linearidade atingiu o sujeito de tal forma que possibilitou interrogá-lo sobre quem ele era, na sua capacidade de pertencer ao mundo, de se fazer conhecer como um objeto capaz de se transformar e de motivar um processo contínuo de mutações historicizantes, tornando possível analisar situações como realmente são postas ao mundo, sem desafios que regem um conteúdo obscuro, ou que leve a necessidade de interpretações. E tal proposta foucaultiana liga-se ao discurso, na medida em que é tratado com as características que lhe são peculiares, de como realmente é visto, na sua total complexidade, fazendo com que não haja a tentativa de se enveredar por condições em que o discurso seja identificado como sendo um produtor de sentidos, por meio de análise de frases e textos como unidades do discurso.

Assim, a análise da estrutura semântica de um discurso que tenta produzir um conhecimento por meio do texto, como um processo em que o sujeito é identificado, utilizando técnicas de argumentação, juntamente se desenvolvendo por intermédio de um binômio significante-significado, não é a proposta de Foucault para uma análise discursiva⁵.

Mais precisamente, a compreensão que se tem sobre o discurso como sendo uma conjunção de objetos simbólicos que visam a produção de significados, onde o analista deverá compreender de que maneira tais objetos produzem os sentidos é estar a par de como as suas interpretações funcionam. As mensagens pertencentes ao discurso devem ser decodificadas pelo analista em busca da real essência do sentido das frases, de textos, ou de qualquer objeto onde possa ser o veículo do discurso. Contudo essa apreciação não se resume apenas em realizar essa abordagem, mas sim em

⁵ Esta modalidade de análise do discurso tem alguns adeptos que serão oportunamente delineados no corpo desta pesquisa. Desde já, salientamos que o conceito de discurso é tido como difícil devido a existência de inúmeras definições que, por vezes, conseguem ser conflitantes. A exemplo dessa diversidade discursiva, tem-se o discurso desenvolvido na área linguística, onde a abordagem é realizada por meio do texto e de suas análises. Neste sentido, Fairclough (2001) salienta que contrariamente a este tipo de discurso, há aqueles em que são fundamentados numa teoria social, a exemplo de Michel Foucault, bem como àqueles onde o discurso é permeado por cargas ideológicas, de cunho marxista, a exemplo de Gramsci e Althusser.

torná-la compreensível com relação aos efeitos dos sentidos, que são produzidos em determinadas condições e que devem ser captados pelos analistas em busca do omitido ou do que deveria ser dito e não foi (ORLANDI, 2015).

Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras (ORLANDI, 2015, p. 32).

Ocorre que, essa tentativa de transparecer o que não pôde ser vislumbrado no discurso como se contivesse uma origem secreta, de forma a reter uma situação originária e que nos remete a criação de um discurso verdadeiro que tende a ser descoberto por analistas discursivos foge dos propósitos foucaultianos, de forma que apoderar-se totalmente deste discurso se tornaria impossível, e seríamos arremessados a uma retrospectiva de atos, ao ponto de não conseguirmos ultrapassar a inevitabilidade do seu próprio vazio.

Logo, a idéia da criação de um discurso sem corpo, sem materialidade, que se baseia num jamais dito, em palavras sem voz também provoca a discordância de Foucault em face desta idéia discursiva que, ao seu ver, deve ser considerada no rigor de um momento em que é dirimida, fazendo com que o discurso não seja infinito, garantindo, assim, a possibilidade de ser repetível e modificável.

O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz. O primeiro motivo condena a análise histórico do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não-dito. É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços (FOUCAULT, 2008, p. 28).

É preciso considerar aqui que às abordagens iniciais da análise do discurso⁶, consideradas como não-críticas, embora tendo objetos diversos - ora focando em salas de aula, ora sendo

⁶ Consideramos como abordagens iniciais do discurso aquelas em que não desempenhavam uma função social, mais precisamente, não partiam do pressuposto da relação do discurso com questões relacionadas ao poder, à ideologia e aos efeitos constitutivos que o discurso exerce nas relações sociais, na identidade do sujeito e na formação enquanto indivíduo dotado de crenças e saberes. De acordo com Fairclough (2001, p. 31), nas abordagens iniciais, têm-se Sinclair

amparadas pela psicologia social -, se baseiam em refutar o poder⁷ como modificador das práticas discursivas, bem como não situam o discurso historicamente, relegando do seu contexto, às lutas e às mudanças sociais que se desenvolveram pela irrupção dos acontecimentos históricos. O discurso ganha um aspecto uniforme, linear em si mesmo, pouco ligado à dinamicidade abordada por Foucault. Baseiam-se, em definir critérios de análise interpretativa do discurso, que se constroem por meio de frases e textos utilizados em conformidade com as pesquisas dos autores desta abordagem.

Mesmo incorrendo numa visão de discurso na perspectiva crítica⁸ – na qual o pensamento de Foucault se insere -, é certo de que alguns autores, a exemplo de Michel Pêcheux, com base na teoria marxista de ideologia de Althusser -, utilizam a teoria social discursiva numa abordagem diferenciada. Neste aspecto, a ideologia é motivada por idéias dominantes constitutivas de uma determinada época histórica, onde é responsável por transformar às relações econômicas. E esta transformação não se dá de maneira etérea, subjetiva, mas sim material, ou seja, se corporifica, fixando “posições” em sujeitos, mesmo que a sensação seja de que tais sujeitos são livres nas suas escolhas e vontades. A materialização da ideologia ocorre dentro de instituições, como na família, na escola, em hospitais, dentre outros, funcionando, assim, numa dimensão onde o Estado conseguiria reprimir a sociedade, se pautando numa relação de dominação para com esta.

Daí a formação dos Aparelhos ideológicos do Estado (AIE) que se sustentam numa ideologia marcada por um mecanismo de domínio frente a uma relação que se constitui num ambiente de produção. A realidade social do sujeito se traduz na efetividade que o Estado tem de manter a sua dominação, na medida em que a ideologia é marcada pela neutralidade e totalmente passível de ser impulsionada a produzir numa mentalidade coletiva, a dominação do modo de produção capitalista (MACHADO, 2010).

Esta vertente de pensamento foi utilizada no campo discursivo de Pêcheux, quando afirma que a linguagem “é uma forma material de ideologia”, onde um Aparelho Ideológico do Estado (AIE) é concebido por formações ideológicas que se posicionam no seu âmago. Na verdade, cada

e Coulthard, numa análise descritiva do discurso aplicado em sala de aula; Labov e Fanshel com análise da conversação (AC) e, por fim, Potter e Wetherell, voltando para um discurso formalista pelo método da psicologia social. Concentraremos a pesquisa na abordagem crítica do discurso.

⁷ A abordagem sobre poder, numa concepção foucaultiana, será desenvolvida oportunamente no terceiro capítulo desta pesquisa.

⁸ O fato é que a Teoria Crítica do Discurso questiona às relações de poder, na qual às sociedades estão envolvidas num determinado contexto histórico. A criticidade é desenvolvida aqui como proposta para se entender como tais relações são trabalhadas neste contexto.

posição ocupada pela ideologia representa um tipo de formação discursiva. Assim, as palavras, num determinado contexto, alcançam critérios de extrema importância no campo semântico. Permite-se aqui a possibilidade das palavras mudarem de sentido, conforme às posições ocupadas pelos sujeitos que as utilizam. De ver-se, que em diferentes formações discursivas é possível o compartilhamento de palavras iguais que, em determinado contexto, ocupam sentidos diversos (FAIRCLOUGH, 2001).

A determinação do sentido das palavras funciona conforme o progresso da relação entre às formações discursivas, na medida que não é um elemento que se desenvolve no íntimo do discurso, ou melhor, o discurso em si não encerra em seus dizeres, não se basta, já que se necessita de uma relação exterior a outra formação discursiva para se desenvolver. É interessante frisar que os sujeitos dessa formação discursiva sequer percebem essa relação, já que não são partes dela, pois são meramente os seus efeitos, fazendo com que tais sujeitos não constituam a válvula motriz para a formação discursiva.

Seguimos com o fluxo de idéias em direção à composição ideológica advinda de Althusser para à formação discursiva⁹ - já inicialmente retomada em prévias passagens desta pesquisa -, onde é possível salientar que à condição de ausência do sujeito não impulsiona à formação de uma ideologia¹⁰ que pode ser marcada, inclusive, pelo seu esquecimento, já que o dizer se envolve profundamente com à existência daquelas palavras primárias, ou seja, o sujeito, na procura de significar-se, profere palavras com à ilusão de que eram às primeiras a pertencerem à esfera do dizível.

E nessa crença adâmica de que tais palavras são às primeiras, nascem de uma ilusão de que o sujeito a realiza como um nascedouro de relações parafrásicas, onde a troca de palavras ganha uma conotação de extrema importância para a formação discursiva, pois no sujeito são originados todos os sentidos voltados para à produção de significados.

As ilusões não são ‘defeitos’, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e a produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito - este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos

⁹ Neste momento, a formação discursiva pode ser entendida como um conjunto de sentidos de que se encarrega o discurso de realizá-la, marcada por uma ideologia dominante que o materializa, numa relação de reciprocidade. No desenvolver desta pesquisa, tal idéia será discorrida pelos propósitos foucaultianos contrários a este entendimento.

¹⁰ Conforme Orlandi (2015), a ideologia também pode ser delineada por um esquecimento pertencente à ordem da enunciação, se traduzindo na possibilidade do sujeito em proferir palavras que poderiam ser trocadas por outras.

e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras (ORLANDI, 2015, p. 34).

Tais metáforas¹¹ são responsáveis pela resignificação dos sentidos, pela sua redefinição, muito embora à ideologia também contribua para a constituição do sujeito enquanto produtor de sentidos. Adstrito às modificações que se relacionam às palavras, no que tange às possibilidades de trocas, o que apercebemos é a preocupação com a questão da produtividade¹², ou melhor, com esse desenrolar que convida a uma proliferação sistemática de processos que irão se cristalizar no momento em que as palavras forem trocadas por outras.

De ver-se, que as trocas encerram à matriz de sentido no discurso, já que não há sentido sem repetição. As formações discursivas, nas suas composições parafrásicas, permitem, como consequência, as substituições de palavras que se medem pelas forças entre elas, ao mesmo tempo em que possibilitam a criação de um mecanismo de argumentação daquele que conduziu uma força maior nessa relação. É num ritmo hierarquizante - sustentadas pelo poder de sobrepujar ideologicamente -, que um discurso consegue se difundir num ambiente e outro não.

Passadas às principais diretrizes que envolvem o discurso, mais precisamente àquelas não condizentes com o pensamento foucaultiano, voltaremos a dialogar com às quebras nas narrativas históricas, contudo quando relacionadas à importância na constituição do sujeito e do objeto na prática discursiva.

É certo que Foucault não relaciona à descontinuidade histórica a um arranjo simples dos elementos que compõem a prática discursiva. Na verdade, é mais do que isso, o discurso não é um componente simplório desta prática, no sentido de que não basta saber a respeito da sua conexão com o sujeito e com à linguagem para exercê-lo. Quando o próprio Foucault clareia seu pensamento arqueológico, significa dizer que:

[...] apresenta uma alternativa contra a história linear e o modelo anistórico de racionalidade universal. A história é interceptada e cindida por discursividades locais que não têm mais um começo no início dos tempos, tampouco um fim estabelecido por um plano que lhe transcende. Este conceito ampara, portanto, a existência das descontinuidades no terreno da verdade e da história, constituindo-se, como moldura à validade dos discursos a ela vinculados (WEIZENMANN, 2013, p. 21-22).

¹¹ Consoante Orlandi (2015), o vernáculo *metáfora* não é tido aqui como uma figura de linguagem, mas sim como um mecanismo relacionado ao jogo de palavras que se responsabiliza pelo processo de significação.

¹² Contrariamente à produtividade, temos à criatividade como mecanismo de irrupção de acontecimentos, de quebras e rupturas discursivas. Tal idéia será oportunamente desenvolvida nesta pesquisa, a convite de Foucault.

Mas por que razão o discurso não se constitui como um conjunto de elementos relacionados à linguagem e ao sujeito, tão-somente? Ocorre que o discurso de Foucault ganha roupagens diferenciadas daquelas que somente relacionam o sujeito e a linguagem como componentes constituintes na produção de significados. A arqueologia, que é a proposta de Foucault para explicar a constituição discursiva, se fundamenta numa descrição minuciosa de um artefato e que, neste âmbito, se voltaria ao saber. O que Foucault realiza é situar este saber-artefato no presente e estudá-lo com todas as suas dimensões que são construídas no decorrer da história. No entanto, convenhamos que este artefato não será quebrado visando buscar o rigor de sua essência:

[...] não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos. Mas esse conjunto é tratado de tal maneira que se tenta encontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Percebemos que a crítica foucaultiana recaí naquele discurso “subentendido”, onde se procura esmiuçar possíveis significações que, numa primeira instância de verificação, o analista não teria acesso. Assim, aquele discurso que necessita ser “descoberto” para se revestir na produção de significados não condiz com que Foucault almeja como arqueólogo do saber, já que não se busca, “[...] sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro [...], como ocupa [...] um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Em passagens posteriores da obra arqueológica, Foucault insiste em enveredar neste entendimento acerca do discurso:

É necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo. Talvez ele seja tão conhecido que se esconde sem cessar; talvez seja como essas transparências familiares que, apesar de nada esconderem em sua espessura, não são apresentadas com clareza total (FOUCAULT, 2008, p. 126).

Assim, às transformações históricas que acontecem em determinados momentos descontínuos são imprescindíveis para a singularidade do discurso. É devido a este fato, que Foucault não se prendia às modificações homogêneas no discorrer histórico, ou melhor, na história

propriamente dita, já que estas não sinalizariam propostas condizentes com o esfacelamento e a dispersão necessária para tornar o discurso historicizante.

Na dissociação das idéias, na qual Foucault trata a “Arqueologia do Saber” como o início de um estudo no campo discursivo, mas não como uma teoria consolidada¹³, remetemos posteriormente ao campo da transformação discursiva. O arqueólogo demonstra que o discurso não precisa ser desvelado como objeto passível de ser descoberto, mas sim como aquilo em que, pela sua complexidade, já encerra toda a explicação necessária para o seu *devir*. O que se trata aqui não é a real essência dos objetos, e para explicar isso, Foucault situa o discurso em face do “documento” no contexto histórico, por meio de uma analogia com o monumento, objeto da arqueologia, alegando que o referido documento para ser compreendido não necessita ser decodificado, tampouco interpretado, uma vez que não interessa ao arqueólogo decifrar a opacidade deste monumento em face da história, tendo em vista que o documento não é uma matéria amorfa que o historiador utiliza para desvendar os mistérios da humanidade, mas sim um elemento no qual é possível traçar um feixe de relações com a estrutura deste documento, composta de unidades, de séries (MACHADO, 2006).

Muito embora o estudo de Foucault, na seara arqueológica, perpassasse pelas obras *História da Loucura, o Nascimento da Clínica e As Palavras e as Coisas*, é somente com a obra *Arqueologia do Saber* que Foucault constrói a metodologia acerca da construção do discurso, não desenvolvido nas obras anteriores. Aqui, o andamento da obra caminha conforme a necessidade de superar às dificuldades enfrentadas pelas pesquisas anteriores, por retificar, melhorar ou aparar as arestas soltas destas pesquisas, mesmo que isto signifique se enveredar por novas perspectivas de trabalho (MACHADO, 2006).

Pelas veredas arqueológicas, eis sua definição:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ele não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica” Foucault (2008, p. 157)

¹³ Podemos verificar os dizeres de Foucault (2008, p. 130) acerca da existência de uma teoria não completa na passagem “E considerarei não que eu tenha construído um modelo teórico rigoroso, mas que tenha liberado um domínio coerente de descrição – do qual, se não estabeleci o modelo, pelo menos abri e preparei a possibilidade [...]”.

A propósito disso, a arqueologia tem como meta possibilitar condições de existência para o discurso, o tratando como um acontecimento, que se constitui por um feixe de relações determinadas pelo presente, mais precisamente na historicização daquele momento onde o discurso é utilizado. Tais situações são consubstanciadas pelas práticas sociais que depositam a materialização deste discurso. Deveras, portanto, as práticas se constituírem de forma dispersa na seara discursiva, contudo, pelo feixe de relações se regularizam.

Tal perspectiva é amparada por Fairclough (2001, p. 64):

[...] que envolve uma noção de discurso como ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do ‘eu’, as relações sociais e as estruturas conceituais [...] e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas [...].

Permitimos, aqui explanar que a arqueologia não se caracteriza como sendo um elo de ligação existente entre discursos - que se perpassa do antigo ao mais recente -, tampouco se espera que o discurso desfaleça para se descobrir uma possível identidade ou que caminhe em direção às regras harmoniosas que se concentram na ciência. Não é uma evolução que desenvolve desde as rupturas à estabilidade, longe disso, pois serve para definir os tipos e as regras “de práticas discursivas que atravessam obras individuais” (FOUCAULT, 2008, p. 158).

A construção de um discurso não se coaduna com às categorizações que ele mesmo utiliza para se autoconhecer, mas de uma formulação que é amparada pela exteriorização do que ele pode falar de si. Neste sentido, o discurso é construído pelos seus próprios fragmentos, já que são dispersos, em consonância com à história, onde a sua existência é descrita. Logicamente, os seus objetos formadores, de início, não existem, pois serão elaborados, na medida em que o discurso se traduz na sua própria modificação. O apego a não-linearidades históricas favorece o aparecimento de discursos que se transformam continuamente, numa tentativa de se formarem e de se reformularem.

Em momentos anteriores, quando salientamos que o discurso se desenvolve pela descontinuidade dos acontecimentos, queremos dizer que o mesmo se baseia na criatividade, já que recobre a inovação¹⁴ em meio a tantas singularidades advindas pela dispersão. Ao contrário disto, já relatamos que a produtividade discursiva é uma característica que remonta às questões

¹⁴ Muito embora essa “inovação” possa se definir em meio às reformulações de práticas discursivas que serão oportunamente descritas.

relacionadas aos longos períodos da história, não compreendidos pela análise arqueológica de Foucault.

Diante das elucidações discursivas, motivamos a trazer para a emersão desta pesquisa, por consequência, à conceituação discursiva na perspectiva foucaultiana:

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e, explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consistem em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 132-33).

Percebemos que tal definição discursiva se apoia num primado de constituição dos objetos que compõem o discurso. Na verdade, Foucault traz a lume a tentativa de situar o homem, na modernidade, enquanto objeto de saber, e o faz obedecendo etapas históricas, como se fosse um recorte, delimitando os saberes permeados durante o século XVI até o século XIX, passando por períodos compreendidos pelo Renascimento, época clássica e a modernidade, objetivando, assim, desconstituir o saber do homem na época da renascença e do período clássico, bem como demonstrando que o “homem moderno” que, para Foucault - seria àquele do período do século XIX -, já se perfazia de um saber privilegiado que, outrora, os anteriores não detinham (MACHADO, 2006).

Neste compasso, por mais que o estudo de Foucault aponte que somente na modernidade e, diga-se de passagem, a que corresponde ao século XIX, houve a configuração do sujeito como detentor do “saber”, problematizando-o além de uma proposta hermenêutica, é perceptível que tal legado não se apoiou em determinadas influências para a formação deste sujeito moderno. Obviamente, tais influências sofridas por Foucault não necessariamente foram responsáveis pelas modificações estruturais do discurso, mesmo porque houve um desenvolvimento teórico contrário as noções hegelianas, cujo sustentáculo relacionado ao progresso da razão humana, com bases teleológicas, não se cristalizou na arqueologia.

Assim sendo, Hegel propunha a construção do sujeito com base na razão, partindo do pressuposto do positivismo comtiano que fomentava, desta maneira, a noção de progresso

universal, situando o homem como a base e a origem de todas as coisas. Na verdade, constituiu-se de numa concepção progressista e evolucionária do sujeito. Diante de tais constatações, Foucault evidencia o desinteresse em questões relacionadas ao progresso da humanidade, tampouco àquelas em que se localizam em períodos grandiloquentes da história - de grandes reinos, de conquistas -, mais precisamente os lineares. O que canaliza como proposta foucaultiana são às rupturas que se vão constituir os discursos, numa limitação efêmera, cujo sujeito não é o idealista de Hegel, mas sim qualquer um que participe desta descontinuidade histórica.

Perscrutando as idéias hegelianas, o arqueólogo contraria o entendimento deste filósofo:

Nesse sentido, vale para nosso diagnóstico. Não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência (FOUCAULT, 2008, p. 148-49).

Atrevemos também a dizer que Foucault não foi um exímio continuador da filosofia kantiana, e dizemos isso fundamentando no fato de que os seus estudos embarcaram numa constituição histórica de saberes, ao passo de que Kant vinculou o sujeito ao caráter humanista, tradicionalista, intrínseco ao *cogito* cartesiano. Tal posicionamento entre eles mostraram-se díspares, muito embora algumas similaridades possam ser encontradas, já que ambos buscaram situar o sujeito na modernidade, em condição de se questionarem sobre quem somos agora, o que podemos fazer, esperar e conhecer (WEIZENMANN, 2013).

Entrementes, no que tange a crítica foucaultiana, equivale a mensurar o seguinte:

Quanto ao humanismo [...] Foucault afirma a fragilidade os argumentos que a este tema recorrem como aporte discursivo autolegitimador. Primeiro porque exalta o conceito de homem como um universal, tomado como ética e epistemologicamente válido para fins empíricos quaisquer; segundo porque, como instrumento, o humanismo facilmente faz confundir filosofia como retórica edificante (WEIZENMANN, 2013, p. 36).

Assim, a crítica acima situa-se na seara da sujeição do sujeito em suas subjetividades consideradas intrínsecas e que determinam condutas comportamentais, promovendo tendências, movimentos predeterminados, com adestramento de paixões. Com um diagnóstico desses, Foucault propõe o distanciamento dos grilhões que impedem o sujeito de se reformular, ou melhor de se libertar em face dessas normas regulamentadoras, baseadas numa ciência.

Mas por que situar filósofos tão estridentes em teorias sobre o sujeito, numa pesquisa foucaultiana? É preciso deixar evidente o que o sujeito não é para Foucault, para contorná-lo com feições definidas em sua formação discursiva. O delineamento do sujeito proporciona percebê-lo, materializá-lo e historicizá-lo, tornando-o não responsável pela história, mas sim constituído por ela.

Acrescentamos que a proposta arqueológica de Foucault não é de fazer ciência quando historiciza o discurso e, conseqüentemente, o sujeito, já que o que se pretende é definir o saber, no entanto este não é exclusivo da ciência, ambos podem se conciliar, pois não são contraditórios. O que a arqueologia descreve é uma formação discursiva, pautada numa positividade, e que não depende da ciência para realizar tal façanha.

Mediante os exemplos aduzidos por Foucault (2008), por meio da epistemologia de Bachelard e Georges Canguilhem - no qual defendem a cientificidade como razão de ser do conhecimento, traduzindo-se por meio de leis, de regras que proporcionam ao discurso o caráter de ciência -, o arqueólogo não discute incompatibilidades entre a epistemologia e o saber, pois formula que somente alguns discursos conseguem atingir a cientificidade, e que, a partir disso, possibilidades discursivas não detém como condição de existência a própria ciência. Assim, do ponto de vista da positividade discursiva, esta se consolidando nas regras de formação do discurso, o que importa é o saber e, se este independe do caráter científico, não restam divergências.

Temos aqui, portanto, a negação às propostas metafísicas tradicionais, na medida em que a fenomenologia, embora não contraditória, é deixada à mercê da produção discursiva historicizante e positiva, marcada, inclusive, pelo critério do que se entende por “verdadeiro”. A ênfase é dada ao vernáculo “verdadeiro” e não à verdade propriamente dita, pois, no entender de Foucault, se constituem por conceitos diversos. À verdade, se subsumi à preocupação com as essências intrínsecas, a palavra sem voz, a racionalização do pensamento, a naturalização dos objetos, ao caráter científico do sujeito, mais precisamente, o que procura desvendar a “real” essência dos objetos, ao passo que ao “verdadeiro” consistem nos acontecimentos permeados pelas discontinuidades históricas, a própria constituição do sujeito histórico:

Foucault não define o provável ou requerido futuro da “verdade”, antes diagnostica o presente, a vigência de um “verdadeiro” versado através de certa constituição ventilada pelo passado, que nem por isso se submete a uma inevitável sequência lógica. Com seu declarado desprestígio aos desenvolvimentos lineares, a emergência dos saberes se torna histórica, passando a positivities somente dentro de um contexto discursivo propício ao seu amadurecimento, tornando-se quaisquer intentos absolutistas, pretensamente válidos

na esfera do conhecimento, quimeras temporalmente situadas. Doravante os objetos se condicionam às práticas adjacentes e se explicam por meio do que com eles se fez. A verdade sobre seu fazer desvincula-se assim do produto finalizado, constituindo-se antes como consequência (WEIZENMANN, 2013, p. 36).

Adstrito a este fato, os acontecimentos são marcados no palco da descontinuidade que instrumentaliza conceitos singulares no campo discursivo. Às irrupções, à condição abrupta no qual deslizam os fatos históricos produzem, na ambientação no seu *devoir*, heterogeneidades que, não significam que sejam permanentes, mas sim perenes, onde esse descompasso historicizante é responsável por aflorar verdades¹⁵, porque não dizer, “verdadeiras”. Ora, Foucault não desmerece a existência das verdades apofânticas, uma vez que o saber não pertence à categoria de descobertas, de não-ocultações, mas sim de constituições da verdade que se materializam e que não se permeiam em meras especulações, pois para atingir essa verdade, como ente material, é mediante uma idéia que se constrói numa determinada época histórica.

Mas a contextualização da “verdade” no sujeito não ganhou as mesmas concretudes durante as pesquisas realizadas nas obras *História da Loucura, o Nascimento da Clínica e As Palavras e as Coisas*, muito embora, em oportunidades anteriores, salientamos que o desenvolvimento arqueológico de Foucault se transcorreu num *continuum* de um fluxo de idéias. Sendo assim, retrataremos a “verdade” nessas concepções, partindo do pressuposto de que é descabida a hipótese de aprofundamento em tais obras, por não serem os objetos da pesquisa, contudo não nos eximimos, em breves passagens, de situar a “verdade” em tais obras, mesmo que de forma tangencial, a fim de acompanharmos a modificação do conceito a sua máxima desenvoltura na arqueologia do saber, na compreensão do sujeito e do discurso.

Em *História da Loucura*, Foucault desenvolve um estudo acerca do objeto “loucura” pelo olhar do discurso psiquiátrico, objetivando-se em analisar às condições de possibilidades dos discursos em que o louco figuraria como doente mental. Para tanto, o arqueólogo desenvolve a análise por intermédio de periodizações históricas, situando o louco em grandes rompimentos históricos, ou seja, antes e após a metade do século XVIII, momento este que marca o início da patologização do louco. Obviamente, o estudo possibilitou encarar, sob novas perspectivas, a visão construída acerca do louco, por meio do que se entende sobre razão, na medida em que àquela

¹⁵ Conforme Weizenmann (2013), destringindo o que entende por “verdade”, Foucault alude a distinção entre “verdades apofânticas” e “verdades conhecimento”. A primeira se situa na ordem da linearidade do objeto, ao passo que a segunda se traduz na descontinuidade temporal.

acaba por constituir-se como um conceito fundamentado em diversas verificações históricas (MACHADO, 2006).

Com o aprofundamento das análises foucaultianas, depreende-se que a loucura, na época clássica, era considerada “saber”, sob a forma de um conhecer místico, onde somente ao louco era possível conhecer a “verdade”, entendida aqui como uma apropriação intrínseca, inacessível as demais pessoas que não detinham para si, a resplandescência mística da loucura. Contudo, com o desenvolvimento de uma consciência crítica da loucura, por meio da razão perpetrada pelo renascimento, a loucura começa a ser desqualificada como saber, na medida em que se torna sinônimo de gozação e de punição (MACHADO, 2006).

Pois bem, a relação entre a loucura e a razão se torna mais profícua, já que àquela torna-se a medida desta, fazendo com que a “verdade” a ser anunciada num discurso tenha que passar pelo crivo da razão. A loucura, agora, passa a ser dominada pelos ditames da racionalidade¹⁶, não mais a “verdade” proferida pelo louco é condição de possibilidade de extravasar o saber, mais sim como condição a ser controlada pela razão.

Temos, desta maneira, a visão de que, na época clássica, o louco não era visto como doente - período este compreendido como o grande enclausuramento -, pois não lhe era permitido um tratamento específico da sua patologia, já que a medicina, ainda não o percebia como enfermo, aliás não havia sido criado, por intermédio de uma concepção psiquiátrica, o conhecimento necessário que pudesse realizar a divisão da loucura, dos demais doentes, venéreos, alquimistas, libertinos. O que se dispunha era a percepção da loucura, construída nas bases societárias acerca do que se entendia sobre ela, com a ausência de bases científicas. E, ante a inexistência da ciência, o que fomentava a loucura não era necessariamente uma doença, mas sim o vazio de razão, mais precisamente, uma desrazão (MACHADO, 2006).

Alcançamos o raciocínio de Foucault quando diz que o desenvolvimento deste entendimento como desrazão consolidou-se ante a ausência de bases psiquiátricas, portanto era fruto da ética e, assim, a verdade se constituía por meio de um discurso não psiquiátrico acerca da loucura. Contudo, logo após a segunda metade do século XVIII, esta visão começa a se

¹⁶ Foucault delimita um marco histórico acerca dessa dominação da razão em torno da loucura, que seria datado em 1656, por meio da criação do Hospital Geral que é envolto pela instituição *La Salpêtrière Bicêtre*, em Paris, por Luís XIV (MACHADO, 2006).

reconfigurar, na medida em que ocorrerá a patologização da doença, marcada, posteriormente, no século XIX, por um modelo nosográfico¹⁷ e classificatório da mesma.

Então, a “verdade” que se fundamentava no erro - durante a época clássica -, após a segunda metade do século XVIII, no que tange ao renascimento, se baseará daquilo em que o sujeito buscará dentro de si, já que a loucura será internalizada, irrigada na essência do sujeito, ou melhor, em seu ambiente cognoscível.

Posteriormente, Foucault intensifica os seus estudos com relação às análises discursivas ligadas à medicina, contudo desloca seu objeto para a seara, não mais da loucura, mas sim da doença, sob o enfoque da medicina moderna do século XIX, com base na observação, ou seja, na preocupação taxonômica e nosográfica da doença, através de um estudo localizado, mais individualizado da enfermidade. Tal posicionamento, encontrado na obra *O Nascimento da Clínica*, marca a partida com a preocupação individual com o sujeito doente, podendo assim, a medicina aprofundar seus conhecimentos de forma objetiva e real (MACHADO, 2006).

A “verdade” neste contexto, se caracterizará pela observação do corpo doente, não heterogêneos da doença e do sintoma, uma vez que com a manifestação da primeira, a segunda estará atrelada pela ausência da natureza camuflada, oculta que lhe era envolta. A clínica¹⁸, desta feita, é um discurso acerca do olhar do médico com o organismo doente, relacionados, de uma forma única, com os sintomas do corpo. Então, não se trata somente de uma possibilidade empirista do discurso, mas sim de uma construção analítica, que se baseia agora no conhecimento médico, não mais na percepção sobre o sujeito. A preocupação volta-se, aqui, com o corpo da doença e não com o ser doente (MACHADO, 2006).

Mergulhamos acerca das possibilidades discursivas da “verdade” tendo com objeto a doença, sendo ela baseada na loucura ou não. Em contrapartida, analisamos a mudança de ótica foucaultiana, no que tange a visão do louco, do doente onde, posteriormente, passou-se a visualizar o organismo doente, para, depois, delinear novamente uma ruptura nos estudos do teórico, eis que, neste momento, entra em cena às ciências humanas como objeto de estudo no campo do saber.

Na realidade, nessa multiplicação de objetos discursivos estudados, Foucault não deixa o saber à deriva, pois todo o seu arcabouço arqueológico baseia-se nele, iniciando com a história da

¹⁷ Consiste no estudo e na classificação das doenças (ROCHA, 2015).

¹⁸ Mais especificadamente a anátomo-clínica, que, no entender de Foucault, somente neste momento houve a cisão histórica para o desenvolvimento da construção analítica a respeito do organismo doente (WEIZENMANN, 2013).

loucura, até uma concepção genealógica que poderá ser melhor compreendida na obra *Vigiar e Punir*. Há, nesta última, inclusive, uma imbricação entre o poder e o saber¹⁹. Mesmo que a discussão não se figure numa única temática, não há abandono da preocupação com a constituição do saber. Então, a arqueologia, partindo do pressuposto do estudo acerca da historização dos saberes do indivíduo, no que se refere às ciências humanas, desenvolver-se-á, substancialmente, na obra *As palavras e as coisas*.

Há ainda uma preocupação em demonstrar, na obra acima, que o saber não existia antes da época moderna. Assim, por meio do que o arqueólogo considera como ciências humanas, Foucault avançará seus estudos com base nos saberes sociológicos, psicológicos e àqueles relacionados a análise da literatura e dos mitos. A problematização da obra se baseia em evidenciar que a ciência não é tida como una, como um elemento indissociável entre os saberes, mais sim como uma estratificação, que coordena, enquadra e relaciona as ciências empíricas (economia, biologia e filologia), por exemplo, com os saberes ligados ao trabalho, à vida e à linguagem, respectivamente (MACHADO, 2006).

Nesta ambientação, Foucault analisará a constituição do saber tendo por base um triedro²⁰, onde um dos lados será designado para às ciências matemáticas e físicas, o outro lado para às ciências empíricas e, por último, para à filosofia. Tal derivação do saber só foi possível com a modernidade, na medida em que possibilitou a ciência ser compreendida nesta forma dividida, porém unificada pela constatação de que o saber é um aparato para a constituição dos objetos. Ao seu turno, o próprio entendimento sobre a “verdade” se baseará na verificação de que o sujeito do saber não é considerado finito, não tem, invariavelmente, o seu desejo e o seu corpo transponível no tempo, pois é dominado pela vida, pelo trabalho e pela linguagem que são elementos que não perduram, mas historicizam-se, num mecanismo de constante renovação (MACHADO, 2006).

Nessas correlações, pensamos a respeito da interrelação entre sujeito e verdade, no fato de que a “verdade” também apresentou descontinuidades em suas relações mantidas com o sujeito. A arqueologia, portanto, obedecendo a um jogo de relações que se perfazem em práticas sociais nutridas pelo desenrolar histórico, tem na “verdade” o desenvolver de uma possibilidade de que não se condiz somente com a “adequação da coisa com o intelecto” (ROCHA, 2015, p. 159), mas também como aquilo que pode ser desenvolvido não por meio de um conhecimento, mas por que

¹⁹ As pesquisas relacionadas com o poder, no terceiro capítulo, serão aprofundadas com a obra *Microfísica do Poder* de Michel Foucault.

²⁰ Figura matemática composta por três lados.

não dizer, por uma recondução de instintos, vontades, satisfações, medos. Assim, a preocupação não diz respeito a produção da verdade, mas ao seu fluxo, ao seu itinerário. Foucault, ainda, conduz o seu pensamento sobre a “verdade” numa relação direta com as formações dos enunciados discursivos²¹ e que desenvolve uma ligação com o poder servindo como sustentáculo dessa verdade.

A relação poder-verdade se baseia na ausência de uma condição ideológica, pois o poder ganha um *status* menos absoluto, não se conduz de forma verticalizada “do mais alto grau econômico ao menor e desprivilegiado”, mas em pequenas densidades multifacetadas que não se conduzem por necessidades econômicas, pois são relações que se perpassam no acontecimento e se deslocam às possibilidades que a “verdade” acompanha como condição de não se querer saber o motivo dessas transformações, mas como às pessoas percebem essas mudanças.

Ora, então a “verdade” não é um elemento que reconduz a uma ideologia, já que não se convalida numa estrutura econômica, com discursos dominantes de um lado e dominados do outro. Adentrando ao campo da ideologia, o que se percebe é que Foucault não se preocupa em resolver questões existentes dessa posição dualista, tendo em vista que o poder e a “verdade” são objetos que se relacionam num campo de possibilidades discursivas, não necessitando serem validados por construções ideológicas de dominação. Os discursos se desenvolvem estrategicamente, mesmo diante de afrontas, conflitos, onde, inclusive, não se vislumbra, aqui, a negativa de Foucault quanto aos acontecimentos relacionados a existência desse embate entre dominantes e dominados (ROCHA, 2015).

Por “verdade”, enfim, Foucault tece como um acontecimento que não está sujeito a regras, a normas ou proposições lógicas, mas como àquele que cada sociedade pode convalidar como “verdadeiro”, e que o faz tal livremente de amarras ou articulações que obedeçam qualquer tipo de dominação entre classes sociais, ou seja, o faz de forma indiferente a situações ideológicas.

Foucault vai se opor, por exemplo, à ideia de ideologia. Demarcando a noção de que existe uma realidade objetiva e concreta, de um lado, e um espaço teórico-idealizado, do outro, Foucault pensa que não há como escapar da ideia aí presente de uma verdade escondida, de um determinante econômico e de um sujeito que, preso nessa malha ilusória, termina perdendo a si mesmo em um processo alienante (ROCHA, 2014, p. 157).

²¹ As formações discursivas serão objeto de estudo no próximo subtópico da presente pesquisa.

Pouco importa a origem, a natureza, ou se a verdade zela pelas mentiras ou falácias no mundo. O fato é que a encenação nesse transcorrer do mundo é o que importa. A representatividade desta “verdade”, igual a incorporação de um ator em cena teatral é o que interessa. Assim, os roteiros são traçados como condição de expor uma cena naquele momento e não servem para descobrir como se compõem a essência desses personagens.

Se a preocupação se volta às representações, às incorporações advindas das modificações históricas que rompem seu traçado lógico, dizemos que a ideologia é fruto da ciência e esta, pode ou não, se contextualizar no saber. O importante é salientar que o saber independe da ciência para se constituir:

A influência da ideologia sobre o discurso científico e o funcionamento ideológico das ciências não se articulam no nível de sua estrutura real [...] nem no nível de sua utilização técnica em uma sociedade [...] nem no nível da consciência dos sujeitos que a constroem; articulam-se onde a ciência se destaca sobre o saber. Se a questão da ideologia pode ser proposta a ciência, é na medida em que esta, sem se identificar com o saber, mas sem apagá-lo ou excluí-lo, nele se localiza, estrutura alguns de seus objetos [...] (FOUCAULT, 2008, p. 207).

Numa mesma perspectiva:

[...] A questão da ideologia proposta a ciência não é a questão das situações ou das práticas que ela reflete de um modo mais ou menos consciente; não é, tampouco, a questão de sua utilização eventual ou de todos os empregos abusivos que se possa dela fazer; é uma questão de sua existência como prática discursiva e de seu funcionamento entre outras práticas (FOUCAULT, 2008, p. 207).

A constituição do sujeito, numa visão arqueológica, depreende da descentralização da unidade do sujeito e não se forma, tão-somente, com a linguagem. Então, o questionamento, nas primeiras passagens desta pesquisa, sobre a formação do discurso – se haveria a satisfação pela sua constituição entre o sujeito e a linguagem -, contribuiu para o reducionismo de outros elementos que colaboraram para a sua constituição, como a “verdade” no discurso e a ordenação necessária para o mecanismo discursivo funcionar. É cediço que tais alavancas que impulsionam todo o desenvolvimento discursivo se encontra na *episteme*, o elemento primordial para a ordenação dos saberes, lhe conferindo o caráter positivo.

A exemplo de uma pesquisa que se realiza num campo de estudo entre diferentes saberes, se concentrando em domínios históricos diversos é, por meio da *episteme*, que há a interconexão entre os saberes discursivos, mesmo que, aparentemente, não haja uma identificação entre eles.

Essa condição de possibilidade que permite unir às práticas discursivas, às ciências, às epistemologias, sem apregoar uma dominação entre esses elementos, não tem como objetivo manifestar a vontade dos sujeitos de forma imperativa, mas torná-los possíveis, convivendo com diferentes campos do saber, numa completa relação de interconexões (FOUCAULT, 2008).

A descrição de *episteme*, apresenta, portanto, diversos caracteres essenciais: abre um campo inesgotável e não pode nunca ser fechada; não tem por finalidade reconstituir o sistema de postulados a que obedecem todos os conhecimentos de uma época, mas sim percorrer um campo indefinido de relações. Além disso, a *episteme* não é uma figura imóvel que, surgida um dia, seria convocada a apagar-se bruscamente: é um conjunto indefinidamente móvel de escansões, defasagens, coincidências, que se estabelecem e se desfazem (FOUCAULT, 2008, p. 214-15).

Obviamente, a *episteme* é uma das ferramentas das possibilidades discursivas que se moldam mediante uma dispersão peculiar. Contudo, o que torna possível essa pesquisa histórica em torno de um objeto, não é o fato dele ser único e que, ao mesmo tempo, consiga perpassar pelas desestruturas históricas, mas sim fazer a unidade de um objeto de um discurso ter voz e se ressignificar. É se projetar em meio às rupturas, fomentando o aparecimento de novos conceitos, num trabalho constante de enunciações, se coexistindo, não em um sistema hermético, mas em derivações.

Um princípio de *descontinuidade*: o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem (FOUCAULT, 2014, p. 49-50).

Acontece que os discursos são dispersos devido ao fato de não estarem adstritos a nenhum princípio unitário, e este entendimento, já delineado por Foucault, alcança seu apogeu quando se fundamenta na regularidade. Tem-se que o objetivo das descontinuidades é de se constituir de forma regular e isto significa em formular regras que motivem uma formação discursiva (MACHADO, 2006).

Ver-se que, a constituição de uma formação discursiva se desenvolve por regras, que se acontecem e se transformam, bem como, no feixe de suas construções se encontram objetos, enunciados, conceitos e estratégias que auxiliam o discurso a se concretizar como regular,

individualizado e singular. À luz destas constatações, se dará a interrelação entre às condições de possibilidades de um discurso considerado como prática social e sua adequação a uma temática que impõe comportamentos de gênero que se refletem em narrativas ligadas ao casamento, aos desejos e escolhas femininos. Assim, o que pensamos acerca da inserção da prática discursiva na obra *As Irmãs Makioka*?

1.1 Composição arqueológica em *As Irmãs Makioka*: práticas discursivas historicizantes

É possível inferir que as formações discursivas foucaultianas se traduzem como sendo um conjunto de enunciados, frases e proposições. A expressão do real, daquilo que pode ser considerado como concreto é o que se entende por enunciado, na medida em que a sua existência não se limita a verificações abstratas. Mais ainda, é perfeitamente plausível que haja o convívio dos enunciados com outros enunciados, numa atmosfera de interconexões e, ao mesmo tempo, não comportando feixes hierarquizantes.

Assim, verificamos a regularidade de enunciados com outros enunciados, onde não havendo estamentos e, tampouco a verticalização de seus convivas, admite-se a interação de forma diagonal e, devido a raridade de sua existência, se distribuem num “princípio de parcimônia ou mesmo, de déficit” (DELEUZE, 2013, p. 15).

O que importa para o enunciado é a sua capacidade de repetição, mesmo sendo entendido de maneira singular, o mesmo detém a possibilidade de redefinição, ou seja, de transformação:

Não há possível nem virtual no domínio dos enunciados; nele tudo é real, e nele toda realidade está manifesta: importa apenas o que foi formulado, ali, em dado momento, e com tais lacunas, tais brancos. É certo, entretanto, que os enunciados podem se opor e se hierarquizar em níveis [...] um enunciado sempre representa uma emissão de singularidades, de pontos singulares que se distribuem num espaço correspondente. As formações e transformações desses mesmos espaços levantam, como veremos, problemas topológicos, que não se exprimem adequadamente em termos de criação, começo e fundamento [...] o que conta é a *regularidade* do enunciado: não uma média, mas uma curva (DELEUZE, 2013, p. 15-16).

Nesta mesma perspectiva:

Os enunciados não são palavras, frases ou proposições, mas formações que apenas se destacam de seus *corpus* quando os sujeitos da frase, os objetos da proposição, os significados das palavras *mudam de natureza*, tomando lugar no ‘diz-se’, distribuindo-se, dispersando-se na espessura da linguagem (DELEUZE, 2013, p. 29).

Diferentemente das frases e proposições, onde não se comportam as qualidades de se repetirem, haja vista esta ser uma característica intrínseca dos enunciados, o fato é que quando se redefinem pela repetição, eles se transformam em meio a uma multiplicidade de enunciados que se envolvem num mesmo nível. As frases e as proposições não detêm essas peculiaridades. Ora, os enunciados fazem parte das formações discursivas e, como tal, intensificam o seu desenvolvimento por meio da proliferação de saberes, no caso, o que se relacionam às práticas sociais que se relacionam com as irmãs makioka no desenrolar da narrativa romanesca.

A arqueologia propunha a distinção entre duas espécies de formações políticas, as ‘discursivas’ ou de enunciados e as ‘não-discursivas’ ou de meios [...] Certamente os meios produzem também os enunciados, e os enunciados também determinam os meios. Além disso, as duas formações são heterogêneas, apesar de inseridas uma dentro da outra: não há correspondência nem isomorfismo, não há causalidade direta nem simbolização. A *Arqueologia* tinha então o papel de charneira: ela colocava a firme distinção das duas formas, mas, como se propunha a definir a forma dos enunciados, contentava-se em indicar a outra forma, negativamente, como o ‘não-discursivo’ (DELEUZE, 2013, p. 41).

Destoando, portanto, do que se entende sobre o enunciado, as frases comportam contradições sobre elas, sendo plausível a sua existência frente as demais num feixe hierarquizante. Frases que dizem ou não dizem, ou simplesmente, traduzem situações contraditórias, sincretizam o que poderia a vir a se tornar possível, não necessariamente o real, ou o concreto, ou o fato presente que são qualidades enunciativas. Desta forma, a frase exprime uma situação não necessariamente verdadeira – denominação já explicitada no tópico anterior -, mas sim com o que pode ser verdade, ou melhor, com as palavras ocultas, significações subentendidas, nada claras como o tempo presente.

Nesta mesma linha de raciocínio, tem-se que às proposições são concebidas uma sobre as outras, nada raras, aliás muito comuns no entendimento foucaultiano, pois não detêm aquela necessidade de separar o possível do real, fazendo com que se situem entre elas indistintamente (DELEUZE, 2013).

Trazendo à baila essas concepções a respeito dos enunciados, das proposições e das frases para a configuração do que se entende por discurso, podemos perceber que, muito embora os enunciados consigam transitar entre si e no envolto das frases e das proposições, é certo que pelo conjunto daquele é que se dará a formação discursiva. Mais ainda, na profusão de enunciados se

constituem os signos, que são elementos capazes de relacionar o significante e o significado²². Contudo, para Foucault não importa a análise de tais termos, tão-somente, mas sim quais seriam às práticas que ensejam a construção de tais elementos numa perspectiva histórica:

[...] define o discurso não ‘como conjunto de signos (de elementos significantes remetendo a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que eles falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais do que utilizar estes signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e à fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e descrever (MACHADO, 2000, p. 119).

Na construção dos enunciados, a *arqueologia do saber* ficou a cargo de realizá-la, ao passo que os discursos foram sendo desenvolvidos durante o trabalho de Foucault em diversos campos do saber, a exemplo da medicina - mais especificadamente da psiquiatria forense -, da sexualidade, da ética e, até mesmo, da literatura, esta se constituindo um campo frutífero de estudos foucaultianos durante o seu período arqueológico, notadamente em meados da década de 60. Neste sentido, a literatura se torna o palco da reafirmação das palavras, estas adquirindo características que auxiliam na transgressão, na ruptura dessas palavras, já que para que se torne verdadeiramente literatura, é preciso que dentre as suas margens, até então não pinceladas, as palavras consigam se situar e se transformar, na medida em que a literatura consiga trafegar entre a obra e a linguagem, pertencendo, assim, a uma terceira via de acesso. Relacionar práticas sociais com vicissitudes de palavras é o caminho que a literatura percorre.

A estruturação de uma obra, de um texto ou, até mesmo, de uma palavra, quando se estuda sua concepção morfológica, ou seja, àquela responsável pelo estudo dos seus componentes, não é interessante para Foucault, no entanto, situar quais às condições do sujeito quando este aparece no discurso, é o que impulsiona Foucault no campo literário. Assim, em passagens anteriores, quando se quer verificar a situação das autoras, mais precisamente das irmãs Tsuruko, Sachiko, Yukiko e Taeko no que tange às práticas sociais na obra *As Irmãs Makioka*, isso sim seria confabular em torno da proposta arqueológica de Foucault, no campo literário.

Pela análise do enunciado “[...] os dois haviam reatado as relações, que eram puras, naturalmente. Os dois quase nunca se encontravam. Sachiko podia confiar nela e ficar tranquila,

²² Enquanto o significante se traduz como sendo o resultado da análise do cociente denotativo do termo, mais precisamente a análise da palavra sem imergir ao conteúdo, o significado seria o seu cociente conotativo, ou melhor, o sentido da palavra quando da análise do texto. Ambos pertencem a análise do campo da semântica, esta responsável por estudar a evolução do sentido das palavras (MOISES, 2014).

pois havia amadurecido muito nos últimos tempos, insistiu Taeko” (TANIZAKI, 2007, p. 26-27), é importante, primeiramente, nos situarmos na narrativa dos fatos do romance, que, neste caso, se desenvolve mediante um trágico acontecimento envolvendo a irmã caçula das Makioka, Taeko e o seu “parceiro amoroso” chamado Kei, pertencente à família Okubatake. Nesta passagem, é digno de nota que o autor trata realmente como trágico o fato de que a irmã caçula teria fugido com seu parceiro, pois na circunstância em que viviam (precisamente àquela em que a mesma seria impedida de contrair matrimônio, haja vista que sua irmã mais velha Sachiko ainda estava a procura de um pretendente) seria impossível casar, devido a tradição japonesa de que os irmãos mais velhos devem se casar primeiramente do que os mais novos. A par disso, Taeko se envereda numa fuga com Kei, contudo, tal atitude acaba por ser noticiada num jornal de pequena circulação na cidade de Osaka, no qual, após o incidente, os dois fugitivos foram conduzidos para as suas respectivas casas.

O autor deixa claro que, muito embora, os dois apaixonados tenham empreendido fuga, é certo que ambos ainda não tinham realizado práticas sexuais, em virtude da passagem acima, onde salienta que as relações ainda eram “puras”. Observamos que, o enunciado acima reflete uma proposta discursiva de Foucault tida como acontecimento, como prática social, o que interessa nessa análise é situar que outros sujeitos podem ocupar o lugar do “casal que empreendeu fuga”, mais precisamente todos aqueles que poderiam se situar nessa condição. Sendo uma obra publicada entre 1943 e 1948²³, num momento em que a visibilidade da mulher japonesa se relacionava a submissão e sob a dependência do opressor masculino, obviamente outros sujeitos que poderiam ocupar os “cargos de fugitivos” poderiam ser japoneses de uma outra época, se destacarmos a perspectiva do leitor japonês em contato com a obra tanizakiana durante o transcorrer do século XXI, onde as tradições costumeiras de opressão e submissão da mulher já não serão tão evidentes nesta época²⁴.

Verificamos que a análise deve acontecer como forma de causar uma ruptura no transcorrer da narrativa, quando não se tem a preocupação com as verdades ocultas numa possível

²³ A periodização da obra de Jun'ichiro Tanizaki é situada após o período da Restauração Meiji (1867-1912), esta se constituindo como um acontecimento de grandes proporções para a cultura, a política e a economia japonesa. Em breves dizeres, notadamente já aprofundados em caráter introdutório, este período consistiu numa época de modernização do Japão, por meio de influência de valores culturais ocidentais. Assim, a narrativa da obra de Tanizaki se desenvolve num misto de manutenção da tradição japonesa e a influência de uma cultura ocidentalizante (YAMASHIRO, 1986).

²⁴ Tal perspectiva será trabalhada mais precisamente no segundo capítulo da presente pesquisa.

interpretação do enunciado em análise. Já percebemos que Foucault desenvolve suas técnicas arqueológicas em representatividade de práticas de uma situação histórica, mais precisamente quando se rompe com barreiras, ou porque não dizer, no momento de uma transmutação de acontecimentos.

Essa irrupção nas diretrizes históricas ocorre quando o sujeito pode ser afirmado por outro, sob uma condição histórica diferenciada daquela vivida pelo personagem. No caso em tela, a personagem Taeko demonstra uma representatividade de “ser mulher” dotada de qualidades ilibadas de cunho sexual e moral numa época pós restauração Meiji. Em contornos atuais, ocorrerá uma nova reformulação, ou nos moldes foucaultianos, uma remodelagem da representatividade deste acontecimento, ou melhor, deste “ser mulher”, sob o enfoque de um novo olhar, pelo prisma de um novo sujeito, na medida em que a indagação formulada no tópico anterior a respeito do que se pensa acerca da análise discursiva na obra em análise, pode ser respondida pela idéia de que a obra está repleta de permissibilidades de se refazerem, ou seja, incrementada por enunciados capazes de situar sujeitos de diferentes épocas históricas, cujo resultados são novas representatividades do que seria o real.

Além disso, tal enunciado consegue refletir outras formas discursivas. É como se existisse a possibilidade de confluência de discursos diversos num mesmo enunciado. Neste, em especial, há a verificação do discurso de caráter machista, inclusive de cunho literário, quando tenta inserir a mulher, na sociedade da época, através de um comportamento aceitável, pelo homem japonês, por meio da pureza dos seus atos, ou seja, tenta limitar as escolhas femininas pela imposição de vontades machistas, bem como é situado numa ambientação de um romance. Ora, esse discurso formado por este enunciado anteriormente em destaque se representa como real, obviamente sua substância de apreciação é a materialidade dessa imposição da vontade masculina, que pode ser representado por diversas “falas” de sujeitos, em diferentes épocas. É a verificação de um discurso nada abstrato que se pôde visualizar.

Nesta sistemática de feixes entre a análise dos enunciados e sua representatividade concreta é onde repousa o discurso:

Deste modo, a questão do autor torna-se a questão da função-autor característica do modo de existência dos discursos em diferentes épocas, como por exemplo, o discurso literário, que tem com a autoria uma relação diferente do discurso científico ou do discurso dos instauradores de discursividade [...] que condições o sujeito pode aparecer na ordem do discurso, é a análise das condições em que é possível que o indivíduo preencha a função

de sujeito do discurso, é, em suma, a arqueologia da função-autor (MACHADO, 2000, p. 122).

Pois bem, essa relação escoreita entre a obra e a linguagem impulsionando à literatura a ser um elo de ligação entre ambas, sugere que esta não se encontra diretamente com a obra, na medida em que se situa em um vão, permitindo a existência de um espaço de desdobramento entre elas. Ora, a este espaço denominado de simulacro por Foucault, é onde vão se encaixar todas as repetições e os desdizeres, pois embora a literatura não “toque” diretamente a obra, é possível que a envolva por meio de signos que, de certa forma, são responsáveis pela redefinição da literatura a todo momento, através da escrita:

A obra vai, sem fim, ao encontro da literatura que é uma espécie de duplo que passeia diante da obra. A obra jamais a reconhece, embora a esteja sempre cruzando [...] na literatura não há encontro absoluto entre a obra e a literatura. A obra jamais encontra seu duplo finalmente dado. Por isso ela é a distância que há entre a linguagem e a literatura, uma espécie de espaço de desdobramento. Esse espaço especular é o que se poderia chamar de simulacro (MACHADO, 2000, p. 147).

Durante a escrita de uma obra, o autor irá proporcionar a concretude que a literatura precisa para o desenvolvimento da narrativa. Partindo do pressuposto de que o real, o tátil é um fator primordial para a reinvenção da literatura, haja vista a preciosidade da materialização para redefinições progressivas de uma obra, o fato é que a literatura representa uma linguagem sempre ao além, ao infinito (MACHADO, 2000).

De tal modo que em *As Irmãs Makioka*, a palavra “irmãs” adquire um tom de relação de consanguinidade, de apelo familiar, onde por meio das atitudes destas irmãs irão desenvolver toda a narrativa que gira em torno da opressão da figura feminina representada por instituições como à família marcada pela submissão da mulher aos desejos e anseios masculinos e à figura do casamento funcionando como elo entre o comportamento submisso da mulher em face do caráter autoritário das atitudes masculinas, num segundo momento a palavra acima poderá expressar um tempo de obra, pela dissolução dos atos, pela temporalidade dos acontecimentos. Se num primeiro aspecto, as circunstâncias são fechadas, herméticas, pois a representatividade da figura feminina, desde logo pôde ser verificada, a depender do tempo da vida que a tudo consome e põe fim as diversas atitudes realizadas pelos homens em detrimento da mulher, o mesmo não acontece com o tempo da obra, que se desfaz e se refaz pelo caráter do presente. A materialidade de se inserir, neste

mesmo contexto, mulheres reinventadas pelos desígnios do tempo pela multiplicação de sujeitos, define a proposta de reinvenção dos personagens por Foucault.

Alhures, outro enunciado consegue caminhar neste mesmo ritmo, na passagem:

[...] Yukiko a nada objetava e se declarava disposta a casar com o pretendente que merecesse a aprovação das irmãs e dos cunhados. Contudo, se o pretendente já fosse pai, queria, se possível, que a criança fosse uma menina bonita, pois tinha a impressão de que seria capaz de amá-la de verdade. E se o futuro marido tivesse bem mais que quarenta anos, era desejável que possuísse, já não diria uma grande fortuna, ao menos uma pequena reserva capaz de lhe garantir uma velhice tranquila, pois as chances de promoção dele estariam limitadas, enquanto as dela de ficar viúva aumentariam (TANIZAKI, 2007, p. 31).

Neste enxerto da narrativa transcrita, a Yukiko que seria a irmã que deveria se casar, recusa inúmeras propostas para a escolha de um marido, mesmo mediante a realização de diversos *miais*. O tempo cronológico vai decorrendo durante a obra e a personagem já, detendo mais de 30 anos, se vê perante a uma queda brusca quanto ao nível de propostas de casamento que deveria receber, diferentemente de quando era mais jovem. Desta forma, a família Makioka, desprovida de alternativas de pretendentes para Yukiko, se alça em atitudes desesperadas, por meio da diminuição do nível de exigência para a escolha do marido, haja vista que à tradição japonesa em realizar casamentos para as mulheres ainda é pulsante naquele seio familiar.

O casamento, para Foucault, definido como uma instituição que funciona como palco para o desenvolvimento dos discursos, é aquele que segue a proposta cronológica da obra, mais precisamente pós Restauração Meiji e as possibilidades de ocidentalização do Japão em termos culturais, econômicos e políticos. As vontades da família Makioka que impulsiona a personagem a se casar pode ser comprovada com a materialidade do real, com o exercício de uma prática discursiva dadas historicamente e que afirmam possibilidades verdadeiras dentro da narrativa.

É permitido a personagem Yukiko se multiplicar, se reinventar sob a perspectiva de uma outra mulher, num outro direcionamento que se delineia em concatenamentos infindáveis de quebras históricas:

[...] o que significa que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo. As ‘coisas ditas’, portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo [...] exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras, e expor as relações que se dão dentro de um discurso (FISCHER, 2001, p. 204).

As regras obedecidas pela família Makioka, no que tange ao casamento, são aquelas com apelo às tradições culturais japonesas que ainda insistem na manutenção de um *status quo* de resignação e obediência femininas, no entanto já decadente com as influências de uma cultura ocidental. Por tradição, mister se perfaz a realização de um casamento, a fim de evitar possíveis constrangimentos morais perante a sociedade da época em se ter uma mulher solteira na família.

A possibilidade da indagação: por que o casamento pôde ser visto neste aspecto, durante o transcorrer da narrativa, ou melhor, após a Restauração Meiji e não em outro tempo, em outra oportunidade histórica? A nosso ver, a resposta não se envereda por informações ocultas, ou até mesmo, sigilosas, mas sim por uma concretude que lhe é peculiar. O casamento como uma instituição que colaciona discursos é visto sob uma outra ótica, já que em outros contornos de motivações culturais, a possibilidade do casamento ser compreendido à mercê daquela perspectiva histórica desfragmentou-se e, portanto, embora a instituição ainda exista, o olhar do sujeito sobre ela mudou e, devido a isso, a sua própria constituição em outros momentos irá se modificar.

Não sendo o casamento, mas sim sua constituição a responsável pelo caráter transformativo, vemos o multifacetado e disperso sujeito a caminhar por transformações profundas:

Ao contemplar a tensão entre o Eu e o Outro, no discurso, Foucault traça um caminho bem diferente para a compreensão do sujeito: afasta-se desse espaço em que se relaciona sujeitos individuais e invade o espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito. A heterogeneidade discursiva está diretamente ligada a essa dispersão, já que nos discursos sempre se fala de algum lugar, o qual não permanece idêntico: falo e, ao mesmo tempo, sou falado; enuncio individualmente, de forma concreta, constituindo-me provisoriamente *um*, ambicionando jamais cindir-me, porém a cada fala minha posiciono-me distintamente, porque estou falando ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir, dentro dos quais me situo, deixando-me ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade (FISCHER, 2001, p. 208).

Nesta ambientação, os sujeitos vão se dissociando, se tornam frágeis, ao ponto de falarem sobre si em diferentes situações culturais, por exemplo. Os discursos incorporados em locais diferentes reforçam a qualidade de que os sujeitos são múltiplos, com nuances indeterminados, ou melhor, provisórios, conforme a variação diagonal do espaço-tempo. Numa cultura japonesa marcada, notadamente por influências de suas tradições, os discursos sintetizam características do real, do que verdadeiramente o tradicionalismo representaria para os personagens naquele momento em que vivem e como a situação histórica no qual perpassam podem remodelar

indefinidamente seus comportamentos, vontades, atitudes ou melhor, às ações que desempenham no transcorrer da narrativa.

A temporalidade, desta maneira, se torna um elemento importante para a análise discursiva foucaultiana. A idéia de que os discursos são ditos conforme tempo e espaços determinados fundamentam a possibilidade de se modelarem conforme os acontecimentos, tornando-se práticas sociais que podem ser vivenciadas por outros tipos de sujeitos. Culturas diversas podem ser visualizadas mediante a análise dos personagens, mais precisamente no que tange ao comportamento das próprias irmãs. A título de exemplo, a caçula da família, Taeko traz reviravoltas no transcorrer da narrativa quando demonstra, por meio de sua extroversão, que destoa do comportamento de subserviência que as outras irmãs mais velhas demonstram aos seus maridos, mais precisamente Tsuruko e Sachiko, onde por meio do enunciado “diferentemente de Yukiko, Taeko era extrovertida e espirituosa (TANIZAKI, 2007, p. 26), o autor evidencia que a personagem Taeko carrega características comportamentais ocidentalizantes, onde, ao seu ver, se dissocia do tradicionalismo japonês, de submissão e obediência por parte das mulheres.

Com comportamentos distintos, num misto de submissão e libertação das opressões masculinas, que se reverberam por meio das mulheres da obra (Tsuruko, Sachiko, Yukiko e Taeko), o autor desenvolve a narrativa por meio de uma resistência a uma cultura ocidental, ao mesmo tempo em que pode a vir a se familiarizar com ela, sob a ótica da personagem Taeko, por exemplo. Desta forma, a obra encontra guarida numa dualidade de culturas marcadas pela aspereza e sutileza, numa dualidade de acontecimentos que se modificam, quando Foucault multiplica os sujeitos discursivos fazendo-os existir dentro do tempo presente, tornando possíveis que novos olhares possam se constituir numa cultura enraizada pela tradição e, por que não dizer, pela ocidentalização do Japão após a Restauração Meiji²⁵.

1.2 Aproximações da sociologia da literatura na análise discursiva em As Irmãs Makioka

Foucault evidencia numa de suas facetas, o caráter de crítico literário, muito embora sua aproximação seja mais em caráter de discorrer sobre ela, do que realmente confeccioná-la. Assim, para o arqueólogo, a crítica detém uma profunda relação com a escrita, uma vez que vem se

²⁵ Situações atinentes a cultura marcada pelo tradicionalismo e pela ocidentalização do Japão serão oportunamente discutidas no segundo capítulo da presente pesquisa.

afastando de características que os críticos a tempos vinham apreciando, que é relacionar a crítica com a análise dos elementos psicológicos, linguísticos, formais dos personagens (MACHADO, 2000).

O fato é que a escrita vem se relacionando com a crítica e esta também advém de incessantes repetições da linguagem. Aliás, a crítica na visão de Foucault só abre espaço para encadeamentos sobre o mesmo objeto, numa dimensão repetível indefinidamente:

A crítica entendida nesse sentido, como ciência das repetições formais da linguagem existiu durante muito tempo e tem um nome: a retórica. A segunda forma de ciência dos duplos seria a análise das identidades, das modificações ou mutações dos sentidos através da diversidade das línguas: como se pode repetir um sentido com palavras diferentes? Foi aproximadamente isso o que fez a crítica em sentido clássico do termo, de Sainte-Beuve até mais ou menos hoje, quando procurava encontrar a identidade de uma significação psicológica ou histórica, em suma de uma temática qualquer, através da pluralidade de uma obra. É isso que se chama tradicionalmente de crítica. Mas será que não poderia haver, se é que já não existe, espaço para uma terceira forma de crítica que seria a decifração da auto-referência ou autoimplicação da obra na estrutura densa de repetição de que falei a respeito de Homero? Será que não haveria espaço para a análise da curva pela qual a obra sempre se designa no interior de si mesma e se apresenta como repetição da linguagem pela linguagem? Parece-me que é a análise dessa implicação da obra em si mesma, a análise dos signos pelos quais a obra não cessa de se designar no interior de si mesma, que dá sentido aos empreendimentos diversos e polimorfos chamados, hoje, de análise literária (MACHADO, 2000, p. 162).

Contudo, na obra foucaultiana, mais precisamente aquela relacionada ao cunho arqueológico desenvolvida durante a década de 60, não há nenhuma oposição relacionada ao estudo das influências externas à obra, ou seja, aos condicionamentos sociais funcionando como fatores de percepção ao desenvolvimento do romance, não houve oposição clara a este tipo de crítica literária.

Posicionando a importância do real em face da possibilidade de fatores externos serem tidos como elementos para que o autor vivencie o presente por meio dos seus personagens, é cediço que o texto e o contexto necessitem de uma aglutinação, ou seja, ambos devem ser compreendidos e utilizados a fim de que haja o processo de uma formação discursiva.

De fato, elementos externos à própria estruturação da obra são legítimos ao processo sociológico literário, condicionantes para se proceder ao que se entende por verdadeiro numa obra:

[...] quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar. Tomando o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria (ambiente, costumes, traços grupais, idéias), que

serve de veículo para conduzir a corrente criadora [...] ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte (CÂNDIDO, 2006, p. 14-15).

A análise crítica, portanto, no terreno da sociologia literária, não se procura desvendar os confins de todos os segredos envoltos num romance, tampouco descobrir o que está por detrás das palavras intencionalmente utilizadas pelo autor. É indubitável a sua correlação com as idéias foucaultianas já traçadas em momentos atrás. Então, quando fazemos uma análise de um romance, utilizamos em conta fatores sociais, que nada mais são do que o contexto onde circunda influências das mais diversas formas, a exemplo de elementos culturais, bem como o próprio texto em voga a ser perscrutado pelo analista sociológico.

A problemática aqui não se baseia em investigar, ou tentar saber todos os pormenores responsáveis pela estruturação e entendimento de uma obra, mas sim utilizar os elementos externos como auxílio em tentar compreender como determinado comportamento de um personagem foi realizado de uma tal forma e se, em outras épocas poderia ser feito de uma forma diversa.

Cabe ao analista utilizar da crítica elementos que melhor o aprouver. Neste caso, o elemento externo que ajudará na compreensão da obra posta em questão, poderá ser o elemento cultural²⁶, já que este funcionaria como denominador comum entre o fato externo a visualizar a opressão sofrida pelas mulheres tanizakianas e às condições históricas que se destoam e se quebram, numa miscelânea de acontecimentos condensados num ambiente interno e externo da obra:

[...] cada livro propõe uma libertação concreta, a partir de uma alienação particular. Por isso, em cada um há um recurso implícito a instituições e costumes, a certas formas de opressão e conflito, à sabedoria e à loucura do momento, a paixões duráveis e a obstinações passageiras, a superstições e a conquistas recentes do bom senso, a evidências e a ignorâncias, a modos particulares de raciocinar, que as ciências puseram em moda e são aplicados em todos os campos, a esperanças, a medos, hábitos da sensibilidade, da imaginação e até da percepção, a costumes e afim e a valores transmitidos, a todo um mundo que autor e leitor têm em comum (RALLO, 2005, p. 102).

Percebemos que a historicidade infindável do momento da narrativa não é deixada de lado e, posto isso, Foucault se insere, mais uma vez nessa tentativa de que não são necessários grandes acontecimentos, ou melhor, momentos louváveis e conquistas civilizatórias para se aperceber que há mudanças de paradigmas. Muitas situações ventiladas podem ser novamente repassadas, num

²⁶ Por meio deste *insight*, houve o desenvolvimento do segundo capítulo desta pesquisa.

eterno *devoir*, pois os sujeitos que compõem o romance são categorizados historicamente e, por que não dizer, o próprio autor Jun'ichiro Tanizaki também o é, pois consegue oferecer a sua obra elementos culturais que podem ser refeitos num outro momento. A vida desse autor consegue, por fim, historicizar-se:

O autor também é 'histórico'. Compartilha com o leitor contemporâneo ou, pelo menos, com certa categoria de leitores contemporâneos, todo o mundo, feito de valores, costumes, sensibilidade e saber. Quando escreve seu texto, não o faz fora de sua situação histórica; escreve-o bem ancorado em seu tempo, em seu meio, em sua história (RALLO, 2005, p. 104).

As correlações que devem ser feitas para a aplicação da sociologia da literatura pelo analista se relacionam com os aspectos reais e aqueles encartados na obra. No primeiro caso, a ambientação não deixa de se historicizar tornando-se, de certa maneira, um protagonista durante o desenvolvimento da narrativa, até porque “o fator social é invocado para explicar a estrutura da obra e o seu teor de idéias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós” (CÂNDIDO, 2006, p. 24).

Dada como característica da obra, a singularidade é um fator resultante de elementos externos que são trazidos à obra, o que detém para com isso certa autonomia com relação a autoria. Ora, a história da vida do autor Jun'ichiro Tanizaki não constitui um elemento importante para o analista sociológico, mesmo sabendo da possibilidade de que sua vida possa ser historicizada. A par disso, a singularidade é provida de uma situação histórica de um tempo presente, que pode ser compreendida como o momento em que o autor se situa num determinado local, este certamente sofre vicissitudes, entretanto seus conflitos particulares, suas paixões, ou melhor, todas às sensações intrínsecas do autor levadas a quintessência da alma humana, não são relevantes, nem para o contexto da literatura sociológica, tampouco para o arquivo literário foucaultiano.

Neste arquivo literário são retratadas as multiplicidades dos sujeitos no âmbito da literatura e como sofrem às modificações históricas, a obra não pode ser autoexplicativa, ou seja, situada num ambiente hermético, mas sim ser aberta e se convalidar em novas formas da dimensão histórica:

O objetivo é uma retomada do mundo, uma verdadeira ação: como se vê, estamos distantes de teorias como as da arte pela arte, por exemplo a de Flaubert, que via na obra um fim em si. O trabalho do criador e do leitor é um esforço para assumir essa desalienação, essa

transformação do mundo. Não está apenas no fato de dizer não, mas no fato de transformar as coisas, libertando-se delas (RALLO, 2005, p. 105).

Não sendo, portanto, a sociologia da literatura uma técnica que utiliza tão-somente de especificidades do próprio conteúdo da obra, é certo que os fatores sociais externos conduzem aos personagens efeitos práticos que tendem a modificar a sua concepção do mundo, por meio de fatores socioculturais que exprimem uma estrutura social, valores ou, até mesmo, técnicas de comunicação entre os personagens (CÂNDIDO, 2006).

No momento em que há as influências do meio na ambientação da obra, é plausível que haja a devida repercussão da mesma que acontece num tempo presente. Aos personagens lhe são proporcionadas maneiras de integrar ou se diferenciar daqueles fatores externos que, no presente, serão concernentes à obra. Enquanto na integração, os valores são acentuados no personagem, ao ponto de se comunicarem comumente ao meio externo, na diferenciação tais valores tendem a acentuar as peculiaridades desses indivíduos, mostrando idiosincrasias. Tais processos são complementares e, devido a isso, existem mutuamente num mesmo contexto narrativo (CÂNDIDO, 2006).

Num transcorrer histórico, a cultura, como fator externo, desempenhará uma influência significativa na consecução dos personagens, tornando-os integrados ou “desalinhados” durante às etapas transformativas dos sujeitos da narrativa. Desta maneira, como a cultura se utilizaria como mecanismo de transformação desses sujeitos numa análise discursiva?

2 O FATOR CULTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES EM AS IRMÃS MAKIOKA

E é por isso que vale a pena estudar outros povos, porque toda compreensão de uma outra cultura é um experimento com nossa própria cultura (WAGNER, 2010, p. 61)

Os movimentos cíclicos, as motivações que um dia irão se repetir, bem como toda a transformação que desemboca num *devoir* interminável. São tais elementos que tendem a demonstrar o que se evidencia na epígrafe em compreender que a natureza reflete algo que devemos contribuir para o seu malfadado sucesso²⁷. Quase como um experimento, contudo não o é, pelo menos não em integralidade. O que estamos querendo dizer reflete na possibilidade transformativa que a natureza detém e como a cultura, de certa maneira, se beneficia dela.

Existe uma relação entre aceitação e negação por parte da cultura. Poderíamos dizer que condiz com momentos dialéticos, na medida em que a criação se reinventa, se modela, se nega e, após, atinge seu ápice final, mas será que estaria correto o vernáculo *final* para toda essa transformação?

O que se depreende é que a própria palavra *cultura* mostra uma luta entre *aquilo* que se impõe e *aquilo* que pode ser modificado, mesmo detendo tais imposições. Compreender a cultura necessita da interação entre o fator do determinismo orgânico e a própria autonomia da vontade, no discorrer de Eagleton (2011), onde dualidades são os mecanismos transformativos que impulsionam a natureza com as nossas subjetivações, com os ímpetos acalorados das paixões humanas. Mas e então, a sua finalidade seria atingida? Haveria sequer um final para todas essas vicissitudes?

A rigor, não. A compreensão da cultura como um elemento transformativo da sociedade afrouxa termos fixos e estáticos. Se as modificações estão por todo lado na natureza, e as próprias subjetividades auxiliam na busca impiedosa por elas, a cultura não encontra um final. Este não pode existir, pois a compreensão de algo novo exige uma modificação interna sobre nós na qual haveria interações com a natureza e, por que não dizer, haveria uma dependência, quase uma simbiose, baseadas em cooperações intermináveis.

²⁷ Não estamos discutindo imperfeições humanas, mas o termo *malfadado* seria aquele utilizado em termos culturais adstrito a narrativa do romance onde se poderá antever, por vezes, a (im)possibilidade de respeito a autonomia de espírito do outro.

A idéia de cultura, então, significa uma dupla recusa: do determinismo orgânico, por um lado, e da autonomia do espírito, do outro. É uma rejeição tanto do naturalismo como do idealismo, insistindo, contra o primeiro, que existe algo na natureza que a excede e a anula, e, contra o idealismo, que mesmo o mais nobre agir humano tem suas raízes humildes em nossa biologia e no ambiente natural (EAGLETON, 2011, p. 14).

Em meio as inúmeras recusas em se revelar, a cultura se refugia nessa polaridade dentro de nós e ao nosso redor, onde conseguimos nos moldar por meio das interações que realizamos na prática de atos consecutivos. Mesmo que na natureza advém uma certa singularidade, nós nos baseamos em suas características a fim de (re)produzirmos comportamentos e atitudes. Tal conduta não significa que modificamos às interações ambientais e sociais, pois nos “apossamos” dela, lhe servimos como base ou suporte para se evidenciar toda uma gama de situações que se modificam indefinidamente.

Da natureza depreendem características peculiares que se permitem existir de forma indistinta. As mudanças das subjetivações humanas funcionam como um espelho refletor que se interagem na inconstância do meio externo. Pensar em ser o elemento primordial a toda a uma mudança significa relegar a natureza em segundo plano e evidenciar somente uma cultura voltada para subjetividades. Neste ponto, não haveria por que se falar em cultura, já que as mudanças internas necessitam das externas para se modificarem.

Essa visão acerca da cultura também se volta ao Estado e a sociedade, na medida em que aquele atribui implicações culturais dentro do seu parâmetro de influência. Ficará a cargo do Estado frear todas as inconstâncias humanas, na medida em que proporciona satisfazer as vontades e, por que não dizer, cobrar por elas. Funciona como uma espécie de escambo, onde trocas são incessantemente realizadas ante a existência de interesses humanos diversificados, acarretando um antagonismo que necessita ser “domesticável” pelo Estado.

Eis por que Sachiko sentia-se melhor em companhia de homens que sabiam beber, com exclusão, claro estava, daqueles que se embriagavam e perdiam a compostura. E, baseada no que ela própria sentia, achou que Yukiko era da mesma opinião, muito embora esta não houvesse incluído no rol das qualidades esperadas de um futuro marido a de que soubesse beber. Ademais, tipos como Yukiko – especialmente contidos, incapazes de externar o que lhes ia no íntimo – necessitavam dos momentos de desconcentração proporcionados pela bebida para não se tornarem depressivos. Isso valia também para o homem que se casasse com uma mulher como ela: sem a ajuda de um bom gole, o pobre coitado não suportaria seu opressivo ambiente cotidiano. Imaginar Yukiko casada com um abstinente provocava sempre em Sachiko um sentimento de tristeza e comiseração. Sachiko empenhava-se agora em descontraír a irmã e em fazê-la falar um pouco mais (TANIZAKI, 2007, p. 68-69).

A crescente preocupação da irmã de Yukiko em fazê-la “interessante” para um suposto pretendente chega a beirar à vertiginosa necessidade de enquadrá-la numa situação onde “a cultura subjetiva” deve se calar, não se fazendo ouvir, tudo em prol de se realizar um matrimônio, em meio a desastrosos *miais*. Percebemos que as características da Yukiko, sempre em voga com as tradições nipônicas, de aparência frágil e atitudes contidas, beirando quase a evidenciar somente expressões murmurantes e catárticas quando lhe é perguntado algo, sintetiza o desinteresse dos supostos pretendentes ao casamento. O comportamento velado de Yukiko, em determinadas vezes, não desperta o interesse de alguns pretendentes que tendem a preferir “moçoilas” mais falantes e alegres. De ver-se que o Japão da década de 30 já se pautava numa cultura ocidental que poderá ser sentida sob os auspícios que alguns personagens detinham. Por mais que não seja explícito tais interesses, alguns rapazes apreciavam “comportamentos ocidentais” e, dentre a cultura japonesa, a versatilidade na fala não era uma delas.

Aliás, andar com Yukiko pelas ruas da cidade ou ir com ela fazer compras num dia em que a mancha estava evidente deixava as demais irmãs num estado de total aflição. Pois, Yukiko, achavam elas, era um bem precioso à venda, alguém poderia interessar-se por ela ao vê-la bem arrumada andando na rua, quem sabe? Seria, portanto, conveniente que permanecesse reclusa alguns dias antes e depois de a mancha escurecer – isto é, pelo período aproximado de uma semana -, ou, se fosse sair, que ao menos desse especial atenção à maquiagem nesses dias (TANIZAKI, 2007, p. 81).

Situações culturais relacionadas a saúde, como o fato de não contrair matrimônio com mulheres que não dispusessem, pelo menos na aparência, de uma fisionomia que expressasse vitalidade com uma tez corada e vistosa, fazia com que inúmeras mulheres japonesas ficassem à mercê de mudanças estéticas. Não era só o comportamento que prejudicava, mas mudanças na textura da pele ou, até mesmo, manchas que poderiam simbolizar a presença de determinada doença faziam com que os pretendentes se opusessem ao casamento.

Dentre inúmeros *miais* perpassados por Yukiko, os dissabores relacionados a presença de uma “mancha quase na altura da pálpebra” foram notados por um dos pretendentes que, mediante infundáveis sondagens e investigações (inclusive voltando a se encontrarem novamente com a desculpa de aprofundar o conhecimento em gostos em comum) fizeram com que um dos pretendentes tivesse a certeza de que a tal mancha não seria nada que comprometesse de forma séria a saúde de Yukiko. Assim, o interesse do referido pretendente manteve-se com a comprovação que era uma mancha que sumiria com o transcorrer do tempo.

O comportamento do pretendente vem de encontro com a necessidade de contrair matrimônio com mulheres ditas “saudáveis”, na medida em que a consecução do casamento se resulta numa prole “farta e saudável”. Notamos que a cultura enraizada na sociedade japonesa da época privilegiava mulheres aptas a gerarem filhos saudáveis em virtude de perpetrar o desenvolvimento da família típica patriarcal.

Se a cultura parte do pressuposto de que é necessário conhecer-se a fim de expor uma diversificação cultural, quando do contato com a ambientação exterior, é cediço que para a compreensão de uma outra cultura, o vernáculo “relação” adquire uma importância ímpar, na medida em que o entendimento do que não lhe é habitual é permitido com o entrelaçamento de uma situação particularizada a outra ainda não familiarizada pela pessoa, mas que vai se delineando aos poucos.

A combinação dessas duas implicações da idéia de cultura - o fato de que nós mesmos pertencemos a uma cultura (objetividade relativa), e o de que devemos supor que todas as culturas são equivalentes (relatividade cultural) – leva a uma proposição geral concernente ao estudo da cultura. Como sugere a repetição da raiz ‘relativo’, a compreensão de uma outra cultura envolve a relação entre duas variedades do fenômeno humano; ela visa a criação de uma relação intelectual entre elas, uma compreensão que inclua ambas. A idéia de relação é importante aqui, pois é mais apropriada à conciliação de duas entidades ou pontos de vista equivalentes do que noções como ‘análise’ ou ‘exame’, com suas pretensões de objetividade absoluta (WAGNER, 2010, p. 40).

Essa simbiose necessária para o vislumbre cultural permite-nos traçar um panorama no qual criamos um conceito cultural baseado em nossas próprias experiências, seja como escritores na elaboração de suas obras, seja nas vivências adquiridas com diversos tipos de práticas em diversas profissões, seja nas escolhas subjetivas na busca de paixões. O fato é que “a cultura em geral é criada por meio de culturas que criamos com o uso desse conceito, e uma imposição de nossas próprias concepções a outros povos” (WAGNER, 2010, p. 68).

Acreditamos no caráter assintomático dessas experiências culturais diversificadas, já que conseguem libertar-nos de condicionantes em comportamentos definidos por culturas já enraizadas. A libertação das raízes culturais se volta à permissibilidade de sentir o novo, ao que não é habitual, ou melhor, às derivações de que se pode obter com a junção do seu “ser cultural” com a descoberta de outras culturas.

Não conseguia entender por que todas as propostas que surgiam para Yukiko acabavam sempre esbarrando em dificuldades intransponíveis, era estranho demais...Yukiko devia

ter nascido sob uma estrela particularmente infeliz, e aquela história de azar que acompanha mulheres do signo de carneiro podia afinal não ser simples superstição, concluiu Tsuruko (TANIZAKI, 2007, p. 91).

A justificativa de Itani (uma senhora que se prontificou, de boa vontade, a auxiliar a família Makioka em achar um pretendente para Yukiko) em tentar entender uma possível causa da dificuldade desta em contrair um matrimônio repousou num tradicionalismo japonês em acreditar que às motivações poderiam se basear no fato de que mulheres do signo de carneiro são azaradas em tudo que fazem! Obviamente, tal situação ventilada é entendida no fato de que mulheres regidas por este signo são impetuosas e tendem a não ser submissas ao marido e, sendo assim, impassíveis de contrair casamentos ante a sua personalidade conflituosa e não obediente às rédeas patriarcais.

Sei que ela não tem empregada, mas a casa estava muito bem arrumada, sabem...E por falar nisso, reparou que essas mães jovens só vestem roupas ocidentais quando estão em casa e preferem sentar-se em cadeiras em vez de almofadas sobre o tatame, senhora Itani? Essa de quem estou falando, pelo menos, está sempre de vestido [...] ‘Que moça esperta!’, pensei. Planeja as coisas com cuidado para não perder tempo e é capaz de dar conta de três atividades simultâneas: alimentar a criança, servir-me o chá e apreciar um bom concerto. Fiquei encantada! (TANIZAKI, 2007, p. 73-74).

A cultura japonesa arraigada na personagem Yukiko não pode ser descrita como visível, uma vez que esta sequer tem consciência desse determinismo em que cresceu. Sendo assim, é tomada como evidente, plausível e totalmente inerente a ela. Contudo, a maior dificuldade reside na criação dessa noção particularizada de cultura que, somente ganha razão de ser quando é “inventada”, ou seja, na conjunção com outras culturas externas lhe é permitido advir e criar seu próprio conceito (WAGNER, 2010).

Nos permitindo adentrar novamente na premissa inicial, explanada na epígrafe acima, que consiste em entender que o real, ou melhor, o concreto nas relações entre os sujeitos, são formados à custa de incorporações de novas culturas, a exemplo das sensações, onde a sua familiarização se perfaz por meio da incorporação das subjetividades dos indivíduos. Atrevemo-nos a dizer que o conceito de cultura abarca inúmeros teóricos, já explicitados acima, e se permeia também na

capacidade de Bauman²⁸ (2012) em abarcar o conceito de cultura²⁹, num campo árduo destinado ao percurso de inúmeros teóricos, contudo sem chegarem a um consenso comum.

Bauman (2012) reconhece que às formulações conceituais sobre o termo são passíveis de fragilidade, onde o mesmo percorre em três perspectivas diferenciadas, onde a primeira é a noção de cultura como conceito hierárquico, proveniente no mundo helênico e que, para o autor, perpetua-se em nossa mentalidade ocidental, na qual a cultura é um elemento adquirido e que define às características humanas. Essa noção só é possível de concretizar-se através da busca de “natureza ideal”, advinda do esforço consciente e prolongado. Nesse caso, o modelo ideal de cultura estaria presente no indivíduo moralmente bom, belo e mais próximo da verdade da natureza, com o desempenho do homem em atividades cívicas em função de uma comunidade, onde, em contrapartida, seria recompensado por isso. Na modernidade, a cultura hierárquica foi reinventada em benefício dos intelectuais, elevando o nível das pessoas ou, até mesmo salvando os interesses da humanidade.

Essa concepção de cultura não merece guarida nos estudos destinados ao romance *As Irmãs Makioka*, tendo em vista que a incorporação do que se entende como cultural não pode ser proveniente somente do que seria considerado bom ou perfeito, mais sim deve englobar todas às asperezas e os espaços desiguais que a sociedade pode proporcionar aos indivíduos. Neste caso, Yukiko - tida como o arquétipo da mulher japonesa – é influenciada por questões da cultura tradicional, a exemplo do enunciado onde “[...] não se casara até então porque buscava uma mulher do tipo clássico – não gostava das modernas -, e finalmente a encontrara (TANIZAKI, 2007, p. 86). Neste caso, a personagem conserva às tradições da típica mulher japonesa da década de 30, por meio de seus trajes, na utilização de *quimonos*, seu comportamento de fala mansa e atitudes recatadas. Assim, um dos pretendentes, a exemplo de Segoshi, que deu voz a esse enunciado por meio do narrador onisciente, deixa claro que procura tais “qualidades”, para a realização do matrimônio.

Em outras passagens, Segoshi ainda reafirma seu “gosto” pelas mulheres japonesas:

Segoshi revelara algo inesperado: na época em que vivera em Paris, havia conhecido uma francesa, balconista de loja a quem prometera casamento. Ele não entrara em detalhes,

²⁸ Bauman (2012) é utilizado neste momento para demonstrar *o que* não se pode formular numa concepção cultural. Ressalta-se que as definições de Bauman servem como reforço ao entendimento da construção da cultura.

²⁹ A formulação do conceito de cultura encontra inúmeros óbices perante os teóricos da área, tendo em vista que há divergências quanto a sua definição que, atualmente, ainda sobrevive mediante a incerteza de um conceito concreto.

mas, ao que parecia, acabara sendo desprezado pela referida mulher, essa sendo a razão por coisas genuinamente japonesas (TANIZAKI, 2007, p. 86).

Essa incorporação dos costumes e das tradições tipicamente japonesas pelas mulheres caminha comumente aos interesses do próprio país, tendo em vista que a insistência da ocidentalização adentrar aos domínios japoneses constitui uma perda do simbolismo cultural que vem se mantendo como país de difícil acesso a culturas externas. Tal atitude pode ser interpretada como uma forma de proteção a idéia de ocidentalização e ao crescente medo da perda da própria identidade nacional³⁰. Essa situação é perfeitamente visualizada por meio da personagem Yukiko no referido romance.

Já, uma segunda noção, conforme a definição de Bauman (2012), está presente no discurso da cultura como conceito diferencial, na qual a preocupação primordial é de visualizar as diferenças dos modos de vida entre os vários grupos humanos, classificando-os. É uma visão de cultura moderna, apesar de aparentar traços hierárquicos de cultura, em que antropólogos se utilizaram do elemento diferencial para desenvolver suas pesquisas e anunciar descobertas sobre as “verdades” das culturas de outros grupos sociais.

Assim sendo, o conceito diferencial desenvolve a ideia de que a cultura é responsável pelos diferentes destinos dos povos, onde não há providências divinas que interferem na formação cultural. Sendo que, apesar de a cultura ser colocada como o principal diferencial da condição humana, fortalece a crença de que o trabalho intelectual pode contribuir expressivamente para os esforços de socialização e engrandecimento de qualquer grupo social; ocorre o fim do elemento único que define a cultura. É um tipo de cultura que se limita a locais, a uma comunidade posta em estudo, a um sistema de coesão interno, não desenvolvendo ferramentas para compreensão das causas de possíveis transformações ou “desvios” internos da ordem. A preocupação aqui é puramente sobre auto identificação, desprezando qualquer tipo de mistura cultural, reafirmando a lógica que o contato com o outro é indesejável e maléfico (BAUMAN, 2012).

Tal situação acima ventilada não encontra amparo na narrativa de Tanizaki, haja vista que o autor não despreza culturas diferenciadas da japonesa, pois até possibilita a entrada de um novo elemento cultural na abordagem do texto. O que ocorre é choque entre culturas distintas,

³⁰ Não convém definir o significado de identidade nacional, tendo em vista não pertencer ao foco da presente pesquisa, muito embora adotamos as idéias explanadas por Stuart Hall e que serão, grosso modo, desenvolvidas mediante uma citação sobre cultura, onde salienta misturas culturais numa modernidade tardia que a define como globalização.

posicionando a obra numa dualidade entre a ocidentalização e o tradicionalismo enraizado numa cultura opressora sofridas pelas mulheres.

A terceira noção tem a ver com características gerais da cultura a todos os seres humanos, sendo um conceito genérico sobre a mesma. Só o homem pode ter acesso à cultura, pois é o único animal que produz ferramentas e símbolos para sua socialização e sobrevivência. No conceito genérico não existe sociedade sem cultura, ou a cultura sem o alicerce de uma comunidade, frente a essa lógica a linguagem ou produção dos símbolos são o cerne universal e básico da cultura humana (BAUMAN, 2012).

Vale dizer que a terceira noção vai de encontro com a narrativa de Tanizaki, pois realmente é conferido ao homem a realização de valores culturais, sendo que é o único que pode viver em convívio por meio da sociedade. Contudo, como o conceito de cultura comporta inúmeras facetas, tomamos à liberdade de nos aproximarmos do conceito desenvolvido por Hall (1997, p. 02-03), onde salienta que a cultura é uma conjunção de vários elementos a defini-los como diversificação:

A cultura tem assumido uma importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e a disposição de seus recursos econômicos e materiais [...] o resultado do *mix* cultural, ou sincretismo, atravessando velhas fronteiras, pode não ser a obliteração do velho pelo novo, mas a criação de algumas alternativas híbridas, sintetizando elementos de ambas, mas não redutíveis a nenhuma delas – como ocorre crescentemente nas sociedades multiculturais, culturalmente diversificadas.

A questão do hibridismo cultural encontra na identidade a possibilidade de produção de culturas multifacetadas, já que o grau de envolvimento entre elas se torna “quase homogêneo” ao ponto de se criar similaridades. A impregnação de culturas “suplantadas por culturas” faz com que as mesmas sejam aglutinadas por quem as vivencia. Então, a sensação de “sentir-se em casa” provoca uma compatibilidade com o meio, ao mesmo tempo que se funde a ele. Na medida em que a cultura se prende a noção do que se tem do outro, nada partindo de nós pode ser evidenciado como cultura, é necessário a fusão com o externo, alheio a nós mesmos.

Mesmo atendo-se na permissibilidade de dar voz àquele ser objeto da cultura, ele o fará da forma a relativizar-se, ou melhor, não haverá parâmetros de comparação e o seu senso ético, por exemplo, sobreviverá a outros. De maneira análoga, o mundo particular é visto sob uma perspectiva

diversificada àquela vista por outros olhos. A fusão entre culturas retratará um novo mundo, com novas maneiras, elementos e acontecimentos.

Escolhido por Itani como primeiro interlocutor das negociações, Teinosuke viera aos poucos se entusiasmando e havia decidido que, caso a casa central se opusesse uma vez mais com argumentos antiquados como aparência ou inadequação social, iria pessoalmente a Osaka para fazer o cunhado e a cunhada reconsiderarem. Ele haveria de contra-argumentar de maneira enfática e acentuaria as qualidades do candidato. Afinal, Segoshi era solteiro e de certo modo jovem, dois pontos essenciais que jamais seriam superados por outros candidatos, isto é, se outros surgissem (TANIZAKI, 2007, p. 92).

Cansado dos inúmeros *miais* realizadas por Sachiko em função da necessidade de contrair matrimônio para a irmã, Teinosuke, na posição de cunhado - aliás representando os dizeres e às vontades desta, pois se alocava como homem detentor das prerrogativas relacionadas a um discurso decisivo e patriarcal - resolve tentar convencer a casa central de que Segoshi seria um pretendente “à altura” dos Makioka. Assim, valendo-se das qualidades inerentes que o pretendente dispunha, que consistiam em pontos positivos, a seu ver, e que foram construídos culturalmente e, em torno do qual, se baseava toda a sua insistência em impedir que a união matrimonial não se realizasse, Teinosuke decide não acatar às deliberações da casa central, caso tais argumentos fossem contra uma possível união.

A necessidade de deter uma posição social abastada perante a sociedade japonesa, bem como a existência de filhos anteriores já não eram tidos como empecilhos consideráveis para a união, pois Yukiko já não estava, a seu ver, numa posição que pudesse “escolher” pretendentes, uma vez que a sua idade já beirava aos trinta e poucos anos e, sendo assim, possibilidades de escolhas ficariam comprometidas, na medida em que mulheres, por questões do tradicionalismo japonês, tendem a se casarem na faixa dos vinte e poucos anos.

O ato de “abrir mão” de determinadas tradições ligadas ao comportamento dos japoneses denota uma centralidade da cultura, no qual Teinosuke está incorporado. É cediço que a cultura penetra em toda a ambientação do romance, nas vozes, nas imagens corporificadas, em comportamentos em cada canto dos lugares, nos cotidianos corriqueiros, enfim, em pequenos atos, fazendo com que cada mudança constitua algo novo, dando movimentação até ao próprio conceito de cultura. Os impactos da hibridização cultural podem ser sentidos com a tomada de decisões que, por vezes, se permitem ser uma abertura ao tradicionalismo japonês. Ora, contra-argumentar da decisão já firmada pelo casal mais velho geraria conflitos familiares, ferindo o conservadorismo de

que o primeiro casal que se constitui no seio familiar deve ser àquele responsável pelo “destino” dos demais. Em vista disso, deslocar uma cultura fincada na tradição e numa sociedade organizada nos moldes patriarcais a fim de alcançar um fim desejado, pode ser compreendido como invocar uma cultura aquém das barreiras impostas numa sociedade japonesa conservadora.

Dialogar com conceitos “de fora”, ou melhor, com aqueles em que não se carrega tanto um “ser interior, único e indivisível” fazem com que culturas se entrelacem, realizando conexões na construção de um discurso que tende a se tornar representativo daquilo que se almeja, seja ele um casamento não obediente aos ritos tradicionais, seja uma flexibilização na aceitação de sujeitos que não detenham uma posição social satisfatória, enfim, a representação de uma cultura que anseia por desejos permitem investir em atitudes no qual nos identificamos (HALL, 1997).

Por consequência, vivenciamos situações que captamos os diferentes significados quando imersos em culturas variadas. Para tanto, produzimos uma linguagem discursiva responsável por produzir conhecimento por meio da representatividade, que pode ser tanto institucionalizada, ou melhor, pautada em conceitos hierarquizados preestabelecidos, bem como voltada para a própria ambientação cultural externa. O enxerto do texto acima veio ao encontro desse raciocínio, quando há a produção de discursos por intermédio da representação de uma cultura adversa àquela vivenciada por Teinosuke, que condiz com sua “rebeldia” em acatar os posicionamentos da casa central.

Perceptível, outrossim, são às questões culturais cujo elemento de formação se baseiam em símbolos e representações de modo a produzir discursos em função dos mesmos. Através da construção de tais elementos se contextualizam às imagens sobre nós e para nós, atribuindo sentidos que, até então, eram desconhecidos e nos fazendo identificar quando da produção de significados (HALL, 2014).

Não há uma identidade primordial, ou melhor, aquela já presente no início do desenvolvimento humano. O que se depreende em função disso é que *representamos* nossos comportamentos e condutas na sociedade e multiplicamos às formas de vivenciá-las, trilhando culturas diversas das quais não somos acostumados. O formalismo japonês obedece a uma série de regras de conduta, onde os “japoneses” devido aos mecanismos de interação e absorção com a cultura japonesa *representam* tais comportamentos, que podem consistir em “quebras de paradigmas” ou não. Cada indivíduo customiza essa *representatividade* conforme as suas subjetividades.

O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar as glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Esse constitui o elemento regressivo, anacrônico, da história da cultura nacional. Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os ‘outros’ que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para frente (HALL, 2014, p. 33).

Tem-se, destarte, que a conjunção de culturas diversas pode tanto provocar o intercâmbio de valores, promovendo a união entre tais culturas, de forma colaborativa, como pode provocar dissensões das mais variadas categorias, podendo ser inclusive conflituosa. Em meio a tais elucubrações, percebemos que situar o sujeito nas peculiaridades e não nos campos diversos, fazem com que haja um desenvolvimento nos pontos que são considerados inovadores.

E na emergência dos interstícios - a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença - que as experiências intersubjetivas e coletivas de *nação* [*nation ness*], o interesse comunitário ao a valor cultural são negociados. De que modo se formam sujeitos nos “entre lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como rap/classe/gênero etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [*empowerment*] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p. 20).

No entanto, o convívio com as mais variadas culturas diversificadas pode trazer *benesses* à sociedade como um todo, pois os processos transformativos são imperiosos para o encorajar de situações culturais diversas em sujeitos que sempre se renovam com às modificações históricas e culturais. Assim, os hibridismos culturais podem ser vistos como manifestações positivas de aquisições de culturas diferentes. Partindo do pressuposto que nada se mantém nas “(des)estabilizações dos acontecimentos”, ou seja, há somente o *devir* histórico desestruturando as continuidades históricas. O indivíduo deve se voltar a sua etapa própria de consciência, de entender que o binarismo “passado-presente” deve ser a sintonia para o momento em que se vive. O tempo do hoje:

Nessa época, Katarina dedicava-se com afinco a produzir uma boneca à imagem e semelhança de uma jovem japonesa penteada no tradicional estilo *shimada*, vestindo *furisode* e empunhando uma raquete de volante lindamente trabalhada. Pedira a Taeko que

lhe servisse de modelo e, nos dias em que esta não comparecia ao ateliê em Shukugawa, Katarina a procura em Ashiya. Em consequência disso, toda a família Makioka foi aos poucos conhecendo-a melhor. Teinosuke chegou a comentar que, com seu porte físico, Katarina podia tentar a sorte em Hollywood. A moça, porém, não tinha o atrevimento típico das atrizes ianques. Pelo contrário, era modesta e gentil, o tipo de pessoa capaz de relacionar-se bem com mulheres japonesas (TANIZAKI, 2007, p. 109).

Na narrativa supra, a personagem Taeko ministra aulas de artesanato para uma de suas alunas, mais precisamente para Katarina que é de nacionalidade russa. Neste aspecto, evidenciou-se que, devido ao porte físico da moçoila, poderia deter uma posição como modelo em *Hollywood*, mas, por alusão ao seu comportamento “modesto e gentil”, aos olhos de Teinosuke, não iria deter uma carreira de sucesso profissional como modelo.

Pelo prisma da cultura tradicional japonesa, as mulheres devem ser comportadas e complacentes perante os homens. E o que se entende como o primeiro caso reside na (im)possibilidade de “se impor em atitudes e convicções filosóficas e subjetivas” perante uma sociedade que dá a voz somente para a dominância masculina. Ser “modesta” significa acatar ordens, ser receptiva aos comandos masculinos e preconizar pela “gentiliza” em responder quando lhe for chamada, e reticente e recatada em comportamentos sociais.

Antevemos que o próprio comportamento priorizado pelos japoneses, em nada ressalta um comportamento libertador desses comandos. O fato é que o próprio conceito de cultura tradicional japonesa não permite esses pensamentos por parte do povo nipônico. Entretanto, por mais massificado que seja essas atitudes, não impede que o hibridismo corporificado com o contato de culturas ocidentais redefina as subjetividades incrustadas no povo japonês.

Explorar uma realidade além do passado e diferente de uma cultura na qual não se familiariza, é frequentar um “entre-lugar”, não pertencente a um espaço definido e estratificado, pois é emoldurada somente na vivência particular das pessoas. Assim, caminha-se para um espaço heterogêneo, onde conceitos relacionados à sexualidade, feminismo, política são discutidos de forma não engessada e compatíveis com narrativas que redefinem identidades culturais (BHABHA, 1998).

Refazendo um discurso compatível com a realidade social de cada um, baseando-se na historização do sujeito, alocando-o no tempo presente, tornam-se possíveis às diferenças culturais³¹

³¹ Não convém diferenciar diferença de diversidade cultural. Tais termos são tratados como sinônimos, ao contrário do entendimento de Bhabha (1998, p. 61). A *diversidade* repousa na epistemologia, enquanto a *diferença* é um objeto de práticas sociais (empíricas). Tratar e discutir tais termos mudará a discussão e o objeto da pesquisa.

entre os povos e os permitem desencadear laços recíprocos de convivência. Então, costumes já definidos, com base em utopias de identidades uníssonas não detém o poder de criar uma problemática de ressignificação do sujeito no ambiente em que se encontra. As diferenças culturais só emergem nas fronteiras, nos liames e nos locais de divisórias e, somente elas dão significados às culturas não generalizadas (BHABHA, 1998).

- Mas ela não vai aceitar dinheiro... – disse Sachiko. – O melhor mesmo é levar-lhe algum presente, mas não me ocorre nada interessante para dar a ela no momento. Vamos fazer o seguinte: você vai até lá apenas para formalizar a recusa. Quanto a mim, consulto Tsuruko e vou depois procurar Itani levando uma lembrancinha que seja do gosto dela. – Você sempre dá um jeito de fica com a parte agradável das tarefas – queixou-se Teinosuke, que acabou concordando por não ver outra saída para a situação (TANIZAKI, 2007, p. 95).

Após a realização de um dos *miais*, a escolha de um dos pretendentes estava quase certa, contudo, pelo motivo de que a mãe do pretendente sofria de uma “doença mental” não houve a possibilidade da união matrimonial, pelo fato de que “tal doença” poderia ser contraída aos filhos e, sendo assim, a aliança entre o casal ficara prejudicada.

Obviamente, a não formalização da união deveria ser transmitida como negativa de uma única forma: a senhora Itani, responsável pelas tentativas dos *miais* deveria ser “compensada” pelo seu esforço e interesse em procurar pretendentes para a senhorita Yukiko, já que tal comportamento fora de espontânea vontade, ou melhor, a senhora Itani tinha oferecido seus préstimos para tanto.

Oferecer uma contraprestação a alguém que auxilia na busca por objetivos demonstra uma tradição cultural japonesa e remonta ao fato de “agraciar”, de alguma forma, a pessoa que se voluntariou para tanto. Se oferecer para algo introduz uma identificação cultural de agradecimento e, como tal, significa uma exigência em presentear aquele que a realizou. Isso não significa que tal comportamento não possa se historicizar e ser interpretado em outro momento histórico como “desnecessário” ou inconveniente, por exemplo. As culturas se tornam multifacetadas com a manifestação descontínua da história presente.

2.1 A ocidentalização do Japão: o período da Restauração Meiji (1867-1912)

Adicionar breves pinceladas acerca da amplitude e importância da Restauração Meiji merece uma atenção redobrada, haja vista que pecamos por suprimir acontecimentos históricos primordiais que, porventura, poderiam ser de grande valia para a elucidação do entendimento

acerca da referida restauração. Contudo, nos atrevemos em descrever seus pontos principais, na medida em que o “pano de fundo” do romance pesquisado vem de encontro com o desenvolvimento do período acima salientado.

Por ser compreendida como uma restauração inovadora para o Japão, em termos de “modernidade” e renovação da antiga e tradicional sociedade japonesa, na Era Meiji, o poderio das bases conservadoras encontraram seu cataclisma, com a abertura do comércio para o ocidente. Ora, nenhum momento foi mais propício para o desenvolvimento do Japão, no que tange a uma rápida ocidentalização do que durante a restauração Meiji. A mescla, ou melhor, o choque de culturas entre a sociedade tradicional japonesa, e a cultura do ocidente também se evidenciou nessa época (BENEDICT, 1972).

Anteriormente a este período, mais precisamente no período Edo, o imperador detinha plenos poderes políticos, no entanto esse poder era exercido, conjuntamente com o *shogun*, ou seja, o líder militar. Tal retrospecto muda durante o período Meiji, já que se eliminou a figura do *shogun*, porém sem restituir o poder ao imperador, uma vez que permaneceu sem seus efetivos poderes, somente portando um poder simbólico conferido pelas elites da época (BENEDICT, 1972).

Com a perda contínua do poder do imperador frente às novas elites que emergiam na época, houve a implantação de um sistema político baseado num Estado centralizado, fazendo com que regiões asiáticas como *Okinawa*, *Hokkaido*, *Coréia*, *Taiwan* e *Manchúria*, fossem transformadas em colônias japonesas. Tais ações foram realizadas com o poder³² legitimador do imperador, pois ainda era necessário conter as tensões entre a população que ainda se apoiava a favor das tradições nipônicas. Já nas cidades de *Tóquio* e *Osaka* passaram a abrigar um estilo de vida cada vez mais “moderno” e longe das tradições, não necessitando da justificativa do poder do imperador (BENEDICT, 1972). O Estado japonês começou a supervisionar à população por meio da criação de unidades familiares, evitando, assim, qualquer ato que contrariasse os interesses do novo regime:

O Japão dos Tokugawa possuía, como a China, minúsculas unidades de cinco a dez famílias, recentemente denominadas de *tonari gumi* constituindo as mínimas unidades de responsabilidade política da população. O chefe deste grupo de famílias vizinhas assumia a liderança dos negócios, era responsável pela sua boa conduta, tinha obrigação de fornecer relatórios de quaisquer atos duvidosos e entregar ao governo indivíduos procurados. Os estadistas da Época Meiji aboliram-nas, de início, tendo sido mais tarde restauradas e denominadas de *tonari gumi*. Nas cidades e aldeias o governo por vezes as

³² A palavra *poder* deve ser entendida, aqui, em termos gerais.

fomentava ativamente, mas hoje em dia elas raramente funcionam mesmo em vilarejos. As unidades dos povoados (*buraku*) são mais importantes. As *huraku* não foram abolidas nem incorporadas como unidades no governo. Situavam-se numa zona em que o Estado não atuava. Esses povoados de umas quinze casas continuam a funcionar ainda hoje de maneira organizada através de seus chefes anualmente revezados, que ‘cuidam dos bens do povoado, controlam o auxílio ao povoado concedido as famílias em caso de morte ou incêndio, escolhem os dias apropriados para o trabalho cooperativo na agricultura, na construção de casas ou no conserto de estradas, assim como anunciam as festividades locais e feriados, tocando o sino de incêndio ou batendo dois blocos de madeira um no outro, dentro de um certo ritmo (BENEDICT, 1972, p. 74-75).

Sendo assim, iniciou-se a adaptação aos costumes e ao estilo de vida dos ocidentais, na medida em que às reformas foram executadas a fim de construir bases sólidas para o implemento de um Estado moderno, capaz de competir política e economicamente com os países da Europa e da América. A ciência e a tecnologia ocidental foram assimiladas dando um desenvolvimento substancial no Japão da era Meiji (YAMASHIRO, 1986).

Tais modificações estruturais da sociedade japonesa, influenciadas pelo ocidente, passaram a se conciliar com a cultura nipônica, já que o discurso cultural não se derivou, neste caso, dos antagonismos, das diferenças. Houve, sim, a influência de uma cultura distinta, todavia, preservaram-se comportamentos éticos e de reverência no que se refere ao tratamento desferido ao Estado.

A verdadeira diferença entre a forma de governo japonesa e casos como esses da Europa Ocidental jaz não na forma e sim no funcionamento. Os japoneses fiam-se nos hábitos antigos de deferência, firmados na experiência passada e formalizados no seu sistema ético e na etiqueta. O Estado pode ficar certo de que quando suas Excelências atuam na sua ‘devida posição’, suas prerrogativas serão respeitadas, não porque seja aprovada a política, mas porque é errado no Japão desprezar fronteiras entre as mesmas. No nível mais elevado da política a ‘opinião popular’ não se entrosa. O governo solicita apenas ‘apoio popular’. Quando o Estado demarca o seu campo oficial na zona do interesse local, a sua jurisdição também é aceita com deferência. O Estado, em todas as suas funções domésticas, não é considerado um mal necessário, quanto o é geralmente encarado nos Estados Unidos. Aos olhos japoneses, o Estado vem quase a ser o bem supremo (BENEDICT, 1972, p. 77).

Ocorrerá um apelo a favor do (re)fortalecimento da cultura japonesa, ao passo que na visão nipônica, o que se apercebeu era um crescimento de devoção ao imperador, em conjunto com a resistência à dominação ocidental. Na prática, legitimar às invasões japonesas significava legitimar/dominar outros povos em países da Ásia e apoiar a atuação do Japão na Segunda Guerra Mundial (BENEDICT, 1972).

Com ideais nacionalistas de colonização, os japoneses tinham que garantir que os outros povos pudessem absorver a sua cultura e seus valores integrando todos aos costumes nipônicos.

Contudo, com a derrocada na segunda guerra mundial, tendo como consequência a perda de territórios, como a *Manchúria*, *Taiwan*, *Okinawa* e *Coréia*, tem o início a uma enorme onda migratória para o Japão, tendo em vista que os povos que residiam nesses países conquistados se definiam como japoneses. Vale dizer que como consequência da derrota na segunda guerra mundial, os japoneses começam a questionar o próprio poderio cultural (BENEDICT, 1972).

Posteriormente a este fato, às intervenções econômicas e culturais dos Estados Unidos começam a se intensificar, fazendo com que o país começasse a deixar, paulatinamente, suas tradições de lado e a concentrarem seus esforços numa tentativa de ocidentalizar o país. Neste interim, ou seja, após a segunda guerra mundial, não havia mais razão de ser, em termos econômicos e políticos, da presença do imperador japonês, contudo o mesmo não fora retirado do cargo, devido às manipulações americanas em torno de sua figura, haja vista que a idéia de existência de um imperador manteve os conflitos no Japão sobre controle, não afetando, assim, os interesses dos americanos.

A situação histórica acima tem importância em ser apresentada devido ao momento da narrativa da obra *As Irmãs Makioka*, onde a ambientação se passa durante à década referente a segunda grande guerra, num momento em que há o crescimento das vontades de ocidentalizar o país em detrimento da manutenção das tradições japonesas, haja vista que o espírito de derrota fez com que o japonês deixasse o patriotismo de lado em prol de uma cultura que pudesse oferecer uma hegemonia de valores onde pudessem celebrar a vitória, mesmo que isso significasse o seu desmantelamento, em função da incidência da cultura americana e da européia.

2.2 Práticas discursivas culturais como mecanismos transformativos

A noção de formação discursiva é estabelecida, segundo Foucault, a partir das seguintes regularidades presentes na obra arqueológica, onde a palavra de ordem é transformação, sendo regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento. A formação discursiva apresenta-se como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, por exemplo. Essa noção, presente na obra de Foucault, é o que se entende sobre formação discursiva, no que pertencente ao universo dos enunciados (MACHADO, 2006)

A análise das formações discursivas e de seu sistema de enunciados em relação ao elemento do saber concerne somente a certas determinações dos acontecimentos discursivos. Desta forma, “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Pode-se então agora, dar sentido a definição do “discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 140).

Convém destacar o seguinte:

A noção de Discurso é empregada como: Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2008, p. 61).

O conceito de discurso, compreendido como um conjunto de enunciados que ocorrem como função verbal em função enunciativa, é apresentado considerando à ideia de práticas discursivas. Assim, amparado por esse modo de analisar os enunciados, considerando-os instáveis, reconhece-os como objeto de luta, regulados por uma ordem do real, do dizível, definida no interior de lutas políticas.

Mesmo assim, Sachiko era capaz de deduzir que a aparência envelhecida do candidato já se constituiria por si só em forte motivo de rejeição da parte de Yukiko. Podia até ser que o retrato não lhe fizesse justiça, mas se esse era o aspecto dele na foto que distribuía como candidato a noivo, era quase certo que o homem parecesse mais velho pessoalmente; mais jovem, nunca. Sachiko não fazia questão que o candidato fosse mais novo que Teinosuke, nem excepcionalmente bonito. Contudo, seria sem dúvida uma pena muito grande se, durante a cerimônia do casamento, o noivo parecesse muito acabado ao lado da pobrezinha da Yukiko no momento em que os dois fossem beber da taça votiva diante de todos (TANIZAKI, 2007, p. 123).

A narrativa acima se perpetua pelo universo dos inúmeros *miais* que Yukiko passará a fim de casar-se com um pretendente conforme os ditames da casa central. Contudo, às infundáveis exigências em escolher um esposo não se manterão até o final do romance. As incursões em inúmeras tentativas tendem a flexibilizar às “qualidades dos sujeitos” para o enlace matrimonial. Assim, uma “posição social de destaque”, “se detém filhos” ou, até mesmo, quesitos relacionados à idade serão deixados de lado, a fim de que o casamento, desde logo, se realize.

Contudo, a aparência ainda era um elemento apreciável por Yukiko, sabendo disso, Sachiko ainda tentaria proceder a realização do *miai*, mesmo imaginando que sua irmã talvez se opusesse à possibilidade do casamento. De ver-se que o discurso em torno das características do

candidato, a exemplo da aparência física do sujeito, deveria chamar a atenção de Yukiko, e ainda se consistia de extrema importância para o despertar do interesse dela.

A construção do discurso pautado em “verdades” tende a ter seus conceitos desenvolvidos ao longo do tempo e em constante transformação, de acordo com às condições históricas vividas pelos personagens. À exemplo da cultura japonesa, como em qualquer outra cultura, há certos discursos que são reconhecidos como verdadeiros, no entanto, sabendo da existência desses discursos, suas formas e métodos empregados, bem como o vínculo ligado aos personagens, tudo isso não passa de uma experimentação cultural que deve ser aprendida por cada um.

E assim, esses “discursos de verdade” sintetizam a captação do sujeito no seu meio circundante e refletem às experiências adquiridas em torno da história contada por outros e naquela história que o próprio sujeito as relata. A partir da perspectiva da personagem Yukiko, se enveredar num relacionamento onde não se preza pelo “senso estético da aparência convidativa”, não merece sequer a sua tácita aceitação. Em seu olhar, aquele sujeito interessado no envoltório matrimonial, donde sequer detém às “regras” necessárias da aparência física, nem merece seu alento.

O discurso da bela aparência, não envelhecida, convidativa a despertar o interesse de uma das partes, como no caso em tela, é um discurso reproduzido pelo olhar da personagem Yukiko, o que não reflete a mesma experiência de importância de Sachiko, haja vista que a mesma não prezava por estas “qualidades” para a consecução do casamento de sua irmã. Por mais que tal experiência possa transparecer algo imposto para os personagens em tela, por mais que se constitua um discurso imposto acerca da verdade, não poderá reproduzir uma “verdade generalizada”.

Aceitar uma visão dimensionada em torno das subjetividades traçadas na narrativa do romance, corporificadas pelos personagens, seus sentidos, campos de vivência, comportamentos não estratificados, é descartar à relação com a própria individualidade e de todos os seus recursos propostos na experimentação e nos efeitos que ela induz na cultura de um povo. A subjetividade não pode ser vista como uma teoria terminada, compartimentada e já delineada. As suas regras, se é que as tem, são intrínsecas a alguém e obedecem a ritos particularizados. A subjetividade não serve, de igual maneira a todos, ela detém seus súditos e lhes oferece prerrogativas próprias para o seu desenrolar.

A questão é que algumas situações podem ser passadas por verdadeiras, cabendo ao sujeito simplesmente aceitá-las ou negá-las, na medida em que as escolhas determinam o feixe de relações criadas em torno de uma obrigação a ser desenvolvida. O discurso muda conforme o acatamento

em torno de suas funções, que dependem do momento em que se historiciza, baseado numa obrigação que se detém sobre esse discurso, se transformando-o por meio das práticas.

Os próprios discursos, juntamente com a conceituação já exposta sobre cultura nota-se que ambos convergem para a mesma idéia de que sem o elemento externo a influenciar os discursos fica impossibilitada de haver a própria formação do sujeito, enquanto personagem transformador da sua própria história. A linguagem também adquire um papel fundamental na participação do caráter transformador do discurso, já que possibilita o confronto entre a realidade e a língua como práticas que formam o objeto de quem fala, de modo que relaciona a pronuncia com o objeto e a significação com os valores de verdade destacando um conjunto de regras próprias das práticas e das formas de organização (DELEUZE, 2013).

A linguagem está consubstanciada nos discursos, quando nos é percebido o mundo já existe à linguagem e os discursos se modelam mediante práticas sociais, e nós tornamos sujeitos derivados desses discursos, pois entender uma linguagem implica entender uma nova maneira acerca do próprio conhecimento:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1969, p.136)

A linguagem revela uma característica importante dos discursos, já que é própria ao homem, bem como é um tipo de poder que o ser humano tem de se comunicar, trocar experiências, estabelecer vínculos sociais, recorrendo aos saberes e crenças que articulam na sociedade, levando em conta o cenário do discurso, ou seja, de transformações. Esse entendimento sobre discurso, portanto, encontra um eixo de desenvolvimento dentro do organismo cultural. É importante ressaltar que a perspectiva comum tem sido aproximar o discurso com o conceito de cultura e abarcá-los numa situação em que ambos possam interrelacionarem, na medida em que o discurso reverbera no concreto, ou melhor, no tátil, fazendo com que a cultura se condicione a essas mesmas características.

Pelo jeito, ‘veio’ significava ‘nasceu’. Yukiko sempre ouvira dizer que, no ocidente, era costume ensinar-se às crianças que os bebês eram trazidos por cegonhas e depositados em galhos de árvores. Mas esta menina sabe que nascem do ventre, pensou Yukiko, sorrindo intimamente e ficando a observar por bastante tempo a brincadeira das duas (TANIZAKI, 2007, p. 127).

Nesta breve passagem do romance, a personagem Yukiko observa a brincadeira de uma menina com um par de bonecos nas mãos. Tal criança faz alusão ao nascimento, ou seja, realizando gestos de como os “bebês nascem”, mas não de que forma são concebidos. No máximo há o estralar de beijos entre os bonecos. A personagem Yukiko acha tal atitude engraçada, vez que, intimamente, faz um paralelo entre a cultura ocidental e oriental acerca do nascimento das crianças. A grande ressalva deste enxerto se dá em salientar que a menina com os bonecos não é japonesa!

A verdade esboçada se condiz com a cultura manifesta. No momento em que às condições externas favorecem a aquisição de uma cultura diversificada, o discurso produzido pela cultura japonesa foi assimilado pelas práticas proporcionadas no convívio entre os personagens e se manifesta continuamente, se perpassando ao longo do romance. Notamos que a análise realizada na estrutura do que se entende como “verdade” representa uma visão pessoal em torno dela, mesmo que essa visão seja de uma criança ainda não repleta de influências significativas que tencione a miscigenar “verdades diversas” dentro de si.

Como não há uma verdade a ser alcançada, ou melhor, uma verdade a ser posicionada como um destino final, às estruturas da verdade são constituídas pelo discurso do sujeito sobre si mesmo, e neste entendimento, Yukiko se baseia em suas próprias concepções acerca de como se dá o nascimento de uma criança e como tal visão é diferente em outra cultura, como na ocidental, onde crianças são levadas a acreditar que os bebês são trazidos por meio de cegonhas.

As práticas sociais nos levam a dizer à verdade sobre nós. Este ato se baseia numa movimentação inconstante, pautado numa visão interna/externa de como nos vemos como sujeitos de um processo de modificação estrutural. As manifestações culturais são elementos que auxiliam nessa visão intimista acerca do conhecimento sobre algo e revelam o caráter transformador da situação. Os exemplos até aqui esboçados demonstram que a cultura auxilia nessa etapa discursiva da verdade, pronunciando incertezas a todo instante, já que fomentam a captação de valores, preceitos diversos dos já adquiridos.

As dificuldades enfrentadas pelas personagens femininas quando são oprimidas pelos ensejos masculinos de dominância, fazem com que se voltem contra eles, mas não todas! A verdade advinda de cada uma delas se mostra diversa e como tal, a relutância ou não acerca da opressão sofrida também o é. A verdade criada numa cultura de dominância tende a penetrar e se desenvolver conforme o olhar de cada uma acerca de tal opressão. São construções contínuas de subjetividades

que se enveredam no interior de cada uma, mas não criam raízes e sim se transformam em novas etapas a serem vivenciadas por práticas, tendo como palco as vicissitudes da cultura.

Ora, a cultura norteia todo o despertar de uma transformação histórica. A apreensão de valores culturais e simbolismos podem advir de choques culturais e servem como um mecanismo que impulsiona o hibridismo, fomentando à análise discursiva, sendo repaginado conforme este vai se tornando próprio. A aquisição ou não de valores também podem ser benéficos quando os discursos são traduzidos de maneira a não resistir a qualquer atitude ou comportamento que tende a oprimir alguém. Quando o sujeito se transforma em contato com uma cultura diversa daquela vivenciada, a questão de libertação se denota particular. É necessário ver-se em liberdade, de viver como algo concreto e sentido. Os discursos de libertação devem ser produzidos quando às personagens femininas priorizarem essa situação como atitude indispensável em suas vidas. Será possível libertar-se dessa opressão masculina em criar regras e estruturas de dominância, tendo como base a utilização do poder para o seu exercício?

3 A DESESTRUTURAÇÃO DOS *CORPUS*: A SUBVERSÃO COMO PRÁTICA

[...] a pessoa não nasce mulher, ela se torna mulher; e mais, que a pessoa não é do sexo feminino, torna-se feminina (BUTLER, 2015, p. 196).

O “gênero marcado pela desconfiança. Inventa e se inventa” (FONTES, 2015, p. 103). A manifestação da epígrafe deixa claro que o gênero se desenvolve pela análise discursiva. O sujeito foucaultiano se cria, (re)cria em acontecimentos historicizantes marcados, indubitavelmente pelo *devoir*. Não há manifestações ontológicas num sujeito pautado em interpretações ímpares. É melhor ousar com a utilização de dois pensamentos acima acerca do gênero e atestar que ambos caminham numa única direção: de que não existe a essência do sujeito e que somos produto de uma construção social notadamente marcada por normatividades.

As experiências, portanto, tem a função de legitimar às atitudes dos sujeitos. No entanto, não há aqui qualquer sensação de pertencimento experimental, mas sim de que adquirimos essas sensações quando nos transportamos para o universo histórico e social. O processo se firma em particularidades e não devemos, sob nenhuma hipótese, relegar a experimentação pessoal a segundo plano, mesmo que, a contragosto, Butler possa dizer que estamos “universalizando o particular e generalizando o local” (FUNCK, 2011, p. 66).

O discurso é a chave para reunirmos à experiência pessoal e o meio social que nos circunda, ambos estão intrinsecamente impregnados, fazendo com que não seja desconsiderado nossas “particularidades enquanto mulher japonesa que vive numa cultura da década de 30, no contexto do romance pesquisado”, por exemplo, e “como ser uma mulher japonesa vivendo numa cultura no contexto do romance pesquisado, durante a década de 30”. Ambas serão reproduções discursivas diferenciadas, onde a primeira se volta para um aspecto intimista da vivência de uma determinada mulher, ao passo que a segunda generaliza a questão.

Como conceitos relacionados ao sexo, ao gênero³³ e, até mesmo, ao que se entende sobre “mulher” são conceitos historicizantes, afirmar, veementemente, suas definições em categorias

³³ É digno de nota: “[...] a reforma na questão de gênero foi mais complexa no caso japonês, por três razões: Em primeiro lugar [...] o ocidente significava mais modismo do que liberdade [...] em segundo lugar, a imitação do ocidente logo envolveu vigorosos e por fim bem-sucedidos esforços de introduzir a industrialização nos moldes ocidentais [...] Em terceiro lugar – e mais importante -, o contrato japonês com o Ocidente foi tolhido virtualmente desde o início por uma clara percepção de que as condições de gênero no Ocidente eram muito diferentes das do Japão e que essas condições eram indesejáveis. Orientados por homens relativamente conservadores, incluindo funcionários do governo,

estamentais, vai de encontro ao pensamento adstrito a um binarismo desmedido em que o biológico sobrepõe a qualquer discurso social do sujeito. Significa afirmar, sem sombras de dúvidas, a vitória da normatização do sexo em face do discurso do gênero histórico.

O gênero³⁴ deve ser entendido como um elemento relacionado a uma situação específica, mais claramente interligado às subjetividades dos sujeitos, ao seu “modo de sentir”, oportuno somente “a quem o sente”. Significa ser mutável por meio de ações refletidas em práticas. Neste entendimento, categorizar não é o caminho para o gênero, como poderia ser para o sexo biológico, mas sim qualificá-lo num campo de visão existencialista, tornando uma experiência para o *corpus*.

Essa visão de corpo como situação, como experiência vivida, é bem mais complexa do que a noção de experiência [...] e o processo de subjetivação a partir de sua situação corporificada vem ao encontro do entendimento de identidade como algo sempre incompleto e em transformação [...] dizendo que uma mulher é um ser humano concreto, entendido culturalmente como feminino em certo momento ou lugar, e que precisa negociar sua experiência dentro de construções discursivas que podem ou não comprometer seu completo desenvolvimento como indivíduo. Não é uma postura necessariamente política (FUNCK, 2011, p. 71).

A desconstrução dos *corpus* interliga-se com o sujeito discursivo, no sentido de que o gênero que identifica o que seria o “socialmente construído” se contrapõe à composição biológica do sexo, fazendo com que ambos os termos sejam entendidos de maneira distinta. Com a aceção de que o *corpus* se interpreta por intermédio de discursos, o sexo não pode ser compreendido como sinônimo, mas sim como o oposto àquele (NICHOLSON, 2000).

O determinismo biológico foi o responsável pela diferenciação entre homens e mulheres, na medida em que fora utilizado como um elemento de opressão, se impondo como um fator de dominação cultural. Vale dizer que às diferenças relacionadas ao *corpus* devem ser pautadas como fenômenos que reproduzem discursos e que transmitem o entendimento pessoal sobre o que a mulher entende de si.

a ocidentalização japonesa buscou evitar algumas das aberturas para as mulheres, discernidas no Ocidente” (STEARNS, 2013, p 171-172).

³⁴ O uso da palavra gênero, no dizer de Pedro (2005, p. 78) é permeada por “movimentos sociais de mulheres feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito”. Tais direitos não convém a ser delineados na presente pesquisa, devido ao desfoque no objeto de estudo. A autora ainda esclarece o seguinte: “o feminismo chamado de ‘segunda onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado [...] foi justamente na chamada ‘segunda onda’ que a categoria ‘gênero’ foi criada”.

De ver-se que os *corpus* necessitam ser compreendidos como variáveis cujo poder se refere às possibilidades de remodelagem no transcorrer do tempo. O seu desenvolvimento não deve se pautar em formulações de conceitos binários de masculino/feminino, mas se deslocar em critérios constitutivos de sujeitos. Qualquer interpretação ao contrário induz a uma supremacia masculinizante equivocada (NICHOLSON, 2000).

Discursos preconizados na supremacia feminina também não merece respaldo no entendimento da categoria gênero, vez que o debate não deve se pautar na análise de mulheres em termos gerais, ou seja, desconsiderando toda a história de vida particular dessa mulher, juntamente com às construções culturais que seriam relegadas de forma secundária. A análise deve se partir nos discursos de cada personagem feminina no romance, considerando suas subjetividades afetadas por fatores culturais.

O sexo, como o ser humano, é contextual. As tentativas de isolá-lo de seu meio discursivo e determinado socialmente são tão fadadas a erro como a busca do *philosophe* por uma criança verdadeiramente selvagem ou os esforços do antropólogo moderno para filtrar o cultural e deixar o resíduo de humanidade essencial (LAQUEUR, 2001, p. 27).

O *corpus* representa todo o contexto que abrange uma discussão científica, política, social. A concepção cultural criada acerca dos nossos corpos e que inclui comportamentos, beleza, modelos padronizados, dentre outros, são tidos como um conjunto de regras e normas que tendem a ser moldadas, a fim de que esses *corpus* respondam a ordens, desejos ou a qualquer tipo de manifestações de vontade, enfim, para que o corpo se torne útil, adaptável e moldável (JAGGAR; BORDO, 1997).

Tornando-se úteis, adaptáveis e, por que não dizer, inteligíveis serão sustentados por discursos que sintetizam a cultura de um determinado comportamento a ser seguido afetando, até mesmo, às vestimentas das mulheres, seu caráter e o entendimento de que estas devem realizar uma escala interminável de ações, comprometidas com atividades relativas ao lar conjugal.

[...] sei que ela não tem empregada, mas a casa estava muito bem arrumada, sabem... E por falar nisso, reparou que essas mães jovens só vestem roupas ocidentais quando estão em casa e preferem sentar-se em cadeiras em vez de almofadas sobre o tatame, senhora Itani? Essa de que eu estou falando, pelo menos, está sempre de vestido [...] ligou o rádio e, enquanto ouvia o concerto, começou a dar a papinha para o bebê. 'Que moça esperta!', pensei. Planeja as coisas com cuidado para não perder tempo e é capaz de dar conta de três atividades simultâneas: alimentar a criança, servir-me o chá e apreciar um bom concerto. Fiquei encantada! (TANIZAKI, 2007, p. 73-74).

A construção cultural em torno do *corpus* feminino não pode se basear em dualismos hierárquicos, onde às vontades e os desejos masculinos devem ser obedecidos. No entanto, tais preceitos tendem a ser acatados quando do exercício de práticas fomentadas neste sentido, razão pela qual, tais práticas necessitam de um novo aparato cultural a fim de dirimir ou, até mesmo, descartar essa intensidade da cultura dominante masculina em função dos discursos do *corpus* da mulher.

[...] Itani dissera que Segoshi se mostrara entusiasmado com relação a Yukiko, só tivera palavras de elogio à beleza e ao caráter dela. Contudo, preocupou-lhe a impressão de excessiva fragilidade que ela tivera e indagara se não sofria ela de algum mal debilitante [...] Ela tinha essa aparência frágil, a ossadura delicada e, realmente era magra, ninguém podia afirmar o contrário. Apesar de tudo, das quatro irmãs era a mais resistente a infecções: quase nunca pegava resfriados ou gripes e, depois de Tsuruko, a irmã mais velha, era a que melhor suportava a fadiga, isso ele podia assegurar. Contudo, compreendia a preocupação de Itani, pois antes dela houvera até quem insinuasse que Yukiko fosse tísica por causa dessa aparente fragilidade (TANIZAKI, 2007, p. 76-77).

Neste enxerto da narrativa, uma das preocupações do pretendente Segoshi em contrair o matrimônio com Yukiko é a sua aparência frágil que chega a demonstrar uma possível doença. Neste caso, devido a preocupação de que a mesma poderá gerar filhos nada saudáveis, há um possível receio em manter um relacionamento com a mesma ou, até mesmo, a realização de um *miai*.

Conforme ressaltamos anteriormente, a construção de um discurso marcado pelo embelezamento do feminino, mais precisamente da necessidade de demonstrar uma saúde ímpar a fim de que às proles sejam “naturalmente” saudáveis, releva o caráter da condição subordinada da mulher em face das vontades masculinas durante a trama do romance. Tal situação demonstra que os conceitos relacionados ao sexo e ao gênero, na narrativa, ainda são tidos como sinônimos e fazem com que o biológico pautado numa possibilidade de fragilidade física se reflète no comportamento dos personagens. Uma visão debilitante onde às mulheres ocupariam uma posição inferior geneticamente, com a presença de um corpo mais frágil e com características de serem pautados em cuidados tendem a construir uma cultura de dominância e supremacia masculina.

No que tange ao sexo, é importante salientar que deverá relegar a posição de protagonismo ao gênero, mais precisamente no questionamento que se deve realizar a respeito da posição discursiva do sexo. A discussão não se denota somente ao gênero, haja vista que o sexo poderá incorrer em categorias discursivas e culturais. A problemática também deve perscrutar o sexo em

todas as suas nuances. Defender um binarismo sedimenta os temas analisados e não permite adentrar em campos mais complexos, a exemplo do discurso, do sujeito e das suas práticas.

O que eu gosto no meu devir-mulher pode ser um jeito de bater o salto do sapato no chão, um jeito de captar a intensidade de uma relação de órgãos (no sentido mais ‘indefinível’ de órgãos), um jeito de territorializar algo, de virar para um olhar. São diferentes sistemas de intensidade que não se articulam necessariamente numa significação de mulher, que não são necessariamente categorizáveis num modo de representação da mulher (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 86).

Tal citação acima elevou o nível de discussão para um outro patamar, possibilitando interpelações, até mesmo, para o sexo. Adentrando aos domínios de Butler (2015), o sexo é performático e se constitui em categorias de “macho” e “fêmea”. Na verdade, às mulheres são convidadas a assumirem o sexo que querem construir para si, fazendo com que o mesmo não seja definido como uma “causa em si”, mas um efeito dos acontecimentos.

E tido como efeito, o sexo não deve ser compreendido como um elemento natural, mas sim “naturalizado” pelos acontecimentos discursivos. O sexo, deveras, tende a ser criado e possivelmente repaginado de acordo com às subjetividades daquele sujeito interessado. Juntamente com o que se entende sobre gênero, o sexo também detém às possibilidades de se estabilizar e acomodar-se, cristalizando-se em discursos pré-constituídos com base em relações masculinizantes de dominância, por exemplo.

Por todo esse transcurso, caminhamos rumo ao estudo da obra *As Irmãs Makioka* num terreno literário marcado pelas subjetividades vividas pelas personagens femininas. Elas emergem num misto de tensão da existência entre à dominância masculina opressora e o desejo profícuo da libertação. Ambos ressaltam mudanças ou não marcadas pelo ritmo cultural com influências sobressalentes do externo e possibilidades de se concretizarem libertárias no tempo presente.

É cediço que na obra *As Irmãs Makioka* de Jun’ichiro Tanizaki há o entrosamento entre as irmãs Tsuruko, Sachiko, Yukiko e Taeko, no que tange a obediência às regras e costumes da época do Japão pós década de 30, conforme às transcrições das narrativas acima, ao mesmo tempo em que há o contraponto entre aspectos externos incorporados entre às irmãs, em especial no que tange a Taeko, quanto aos costumes ocidentalizantes. Na narrativa, os casais, a exemplo de Tatsuo/Tsuruko e Teinosuke/Sachiko revelam a necessidade de manterem um casamento estável e, no entanto, são cercados de inúmeros obstáculos que dificultam essa construção afetiva, a exemplo das relações de dominância masculinas. Em meio às representações das relações de gênero,

Tanizaki preenche as narrativas com símbolos japoneses, a exemplo das vestimentas femininas e masculinas (*quimonos*), fluxos de consciência e toques sutis de discurso da diferença, agregando técnica estilística pautada em poucos adjetivos e engajamento ideológico do tradicionalismo japonês (NAKAGAWA, 2008).

Em meio ao encontro deste discurso, existe a linguagem da performatividade, sendo esta adequada para abordar sua aproximação ao sexo, ao gênero, e também ao corpo. O termo “construção”, sobretudo quando é entendido em sua acepção habitual como índice do facilmente cambiável, alterável, ou diretamente eliminável, possibilitam dúvidas que não permitem entender a formulação performativa da materialidade como processo de significação em que está implícita a repetição de normas. Não se trata, afirmamos, de negar taxativamente a matéria dos corpos (DÍAZ, 2013).

Nesta linha de raciocínio, Butler (2015, p. 13), tangencia o seguinte:

Os corpos vivem e morrem; comem e dormem; sentem dor e prazer; suportam a enfermidade e a violência e alguém poderia proclamar ceticamente que estes ‘fatos’ não podem se descartar como uma mera construção. Seguramente deve haver algum tipo de necessidade que acompanhe estas experiências primárias e irrefutáveis. E seguramente há. Porém seu caráter irrefutável de modo algum implica o que significaria afirmá-las nem através de que meios discursivos.

Os elementos discursivos de Butler acompanham os fatos encartados no presente, independentemente da linguagem preconizada. Neste sentido, a negação de determinadas construções discursivas, relacionadas à vivência e ao pensamento dos sujeitos, não viabiliza algumas operações corporais que tendem a obedecer aos métodos de discursos culturais. Neste desiderato, sem tais construções sequer possibilitaria a vida, ao passo que dirigir o olhar ao corpo, fazendo com que o mesmo obtenha uma reflexão, se denomina um exercício de construção (BUTLER, 2015).

Partindo do pressuposto que a tese do construtivismo mantém o sexo como um elemento prediscursivo, donde se defluem às construções, pensamento este que encontra guarida em Simone de Beauvoir, tal entendimento não encontra amparo em Butler, já que esta destaca que as normas são às que materializam o sexo e que esse processo de materialização se faz possível pela reiteração das normas. Devido a isso, a materialização do sexo, do corpo, não implica determinismo, tampouco, de início, voluntarismo, pois o que se exige é a repetição da materialização (ALBORNOZ, 2015).

O corpo materializado não se ajusta de todo às normas, há sempre um espaço que faz com que se crie essa dinâmica de materialização, mesmos em condições instáveis, pois é necessário que às normas possam se contradizer, para que sejam subversivas, num *continuum* processo necessário para a contestação de hegemonias, a exemplo da hegemonia masculina. Essa concepção, denominada performativa da materialidade situa a noção de performatividade não como um ato singular e deliberado, mas sim como prática reiterativa nos moldes foucaultianos, mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia (BUTLER, 2015)

Essa visão butleriana explica que o gênero não pode mais ser afirmado como aquela construção que se elabora a partir de uma materialidade referente ao corpo ou ao sexo, ou seja, do que “aparenta ser”. Contudo, não se pode suprimir a performatividade do sexo como um mero elemento linguístico, passível de ser suprimido pelos sujeitos, já que, mesmo sendo um produto, é tido como um fator que pode ser interpretado como uma inteligibilidade cultural. As relações entre sexo e gênero são redefinidas, com base na construção social (BUTLER, 2015).

Assim sendo, na visão de Butler (2015), o construtivismo fica num difícil entendimento, pois, ou mantém o que se entende sobre sexo como sendo a ambientação natural da construção, ou recaí no construtivismo linguístico radical, onde o primeiro sintetiza em colocar limites a si próprio, pois irá requerer um sujeito para realizar a construção do seu próprio gênero, fazendo com que retorne ao voluntarismo que, até então, era para estar superado.

O aprofundamento crítico nos delineamentos do construtivismo destacar o interesse da própria Butler em não suprimir o sujeito, tampouco em voltar a recuperá-lo no sentido humanista, pois o que a mesma pretende é rastrear às condições de sua formação, assim como de seus modos de ação, a capacidade de ação que lhe permite o próprio processo de sua produção (SALIH, 2013).

O modo de operar à construção do sujeito, faz com que Butler o construa e o desconstrua incessantemente, aos termos foucaultianos, por meio de uma série de exercícios de estabelecer ou não pessoas fora das fronteiras do que se entende sobre o humano, aludindo que àqueles considerados fora das referidas fronteiras humanas venham a ser tratados como um ser abjeto³⁵. Esse limite do humano seria o “exterior constitutivo” do humano, não podendo ser tratado em

³⁵ Em leituras realizadas na obra, Os Anormais (2014), de Michel Foucault, percebemos uma tênue aproximação que Butler realiza junto a este autor, quando este destaca exemplos do que seria a “anormalidade” em sua obra, mais precisamente classificado o “ser anormal” em três tipos: o monstro jurídico, os sujeitos incorrigíveis e às crianças masturbadoras. Enfim, exemplos de pessoas que fogem às regras jurídicas preestabelecidas da época do estudo, sendo localizados nas lacunas da lei.

termos absolutos e herméticos, no sentido ontológico da palavra, vindo na contramão do discurso, razão esta que o pensamento de Butler possa se situar num limiar entre o essencialismo e o construtivismo:

O debate entre o construtivismo e o essencialismo passa completamente por alto pela questão essencial da desconstrução, porque a questão essencial nunca foi a de que tudo se constrói discursivamente, essa questão essencial, quando se propõe, corresponde a uma espécie de monismo discursivo ou linguístico que nega a força constitutiva da exclusão, a supressão e a abjeção violentas e seu retorno destrutivo dentro dos termos mesmos da legitimidade discursiva (BUTLER, 2015, p.27).

Na proposta de Butler (2015), que apela à dimensão performativa da construção, esta deve ser compreendida como um processo que se inicia pelo sujeito, em acontecimentos que se repetem, num eterno *devoir* temporal, funcionando pela reiteração, responsáveis pela formação do sujeito, bem como das noções de sexo e de gênero, e que são ao mesmo tempo a ocasião para a desestabilização do sujeito sexuado e generizado. É justamente essa ideia da reiteração, que indica que as construções se constituem de modo instável, porque na reiteração se estabilizam às normas e se oferecem, assim, o espaço para o surgimento de fissuras que impossibilitam o completo e definitivo assentamento das normas.

A performatividade, à vista destes apontamentos críticos sobre o construtivismo, é tida como uma prática discursiva de reiteração de normas e de reiteração de práticas de exclusão, na qual o poder de fazer o que se nomeia não se faz na vontade do sujeito falante, pois o poder, nada mais é, do que uma função derivada dessa reiteração (BUTLER, 2015).

Ora, os atos linguísticos detêm um caráter performativo. Quando se diz sobre a materialidade do corpo, é uma maneira de se materializar este corpo³⁶. Seguindo esse raciocínio, a opção anticonstrutivista diferencia o que não é construído do que é construído em um corpo, sendo esse posicionamento já se atuando como uma diferenciação, quando num discurso se define o construído e o não construído. O termo “referencialidade” deve ser reelaborado em uma direção performativa na qual não fique oculta a tarefa de significação que atue inclusive quando dizemos que nos “referimos” ao corpo não construído, a uma realidade extradiscursiva (BUTLER, 2015).

Neste sentido, temos que:

³⁶ Seguimos com o perdão do trocadilho.

O chamado ‘extradiscursivo’ não deixa de estar nomeado como tal por um exercício discursivo do que não pode ter êxito na liberação que reclama. Essa operação que decide o que é o material, qual é o objeto a que nos referimos, é uma operação de seleção, de certa violência, que delimita o que é o incluído dentro da categoria de sexo, de corpo material, e o que é o excluído. Daí que Butler nos proponha discutir a determinação do critério que diferencia os sexos no marco dicotômico da lei heterossexual a partir desse “exterior constitutivo” engendrado pelas elaborações discursivas predominantes, porque é assim que pode ser possível que o excluído subverta a lógica heterossexual (SALIH, 2013, p. 122).

Vale dizer que, no campo do sexo, devido à existência das normas que se referem a mesma, os sujeitos se identificam com ela, transformando-os em seres sexuados. Mais ainda, o sujeito está comprometido com o poder ao qual se opõe, dado que são às normas que discutem quais serão às aplicáveis na formação do sujeito. Se baseando numa ação interna, o poder se perpassa por facetas menores e se liberta da prisão das amarras das normas. O entrelaçamento destas pode ser desfeito em favor de outorgar significação a corpos e estilos da vida que a hegemonia excluiu como seres abjetos para fortalecer, por esse meio, o valor daqueles corpos normativos que foram designados para tanto, materializados, como corpos sociais e que obedecem a regras de dominância (BUTLER, 2015).

Neste sentido, o sujeito também se torna discurso, se materializando em práticas sociais que se perpetuam por meio de instrumentos, reproduzindo maneiras, costumes, atos corporais que obedecem a uma norma hegemônica, contudo o sujeito tem como se libertar dessas possibilidades predeterminadas, dessas amarras, no caso, libertando às mulheres tanizakianas das consequências das opressões masculinizantes.

3.1 Gênero e sua visibilidade nas “mulheres tanizakianas”

Os textos aqui analisados são compostos de fragmentações estruturais que serão objetos de análise. Mais precisamente se tratam de enunciados que sintetizam o gênero em situações diversas. Vale dizer que na obra, *As Irmãs Makioka*, os capítulos se encerram e se iniciam com marcas textuais aparentes, pois os capítulos se dividem, contudo, com a voz em terceira pessoa do plural, a separação não é temporal, tampouco espacial ou contextual, a mesma é feita por divisões claras em capítulos, em algarismos arábicos. Sendo assim, não é um romance marcado pela pluralidade de vozes femininas, mas sim marcado somente por uma única voz, do narrador onisciente de visão masculinizante. Desta forma, os recortes foram realizados conforme esse olhar

narrativo. Aliás, convém esclarecer que tais recortes foram realizados em todos os capítulos da pesquisa, o romance tratado não fora destinado somente a este tópico, mas em toda a manifestação da pesquisa em si.

Por meio da leitura do romance, elementos como sujeitos, culturas e fatos foram intensamente trabalhados, por meio da observação e da análise, dentro de uma intersubjetividade dos personagens, em seus campos culturais. As situações perpassadas pelos personagens e seus significados, ambos abordados pela sociologia da literatura, deram-se através da análise da obra (texto), ou seja, no caso, através do olhar dos personagens narrados. Como esta pesquisa dá-se em função das problemáticas relacionadas ao gênero, as unidades de sentenças (e contextos que as compõem enquanto relativo situacional) foram separadas à medida que, de alguma forma, estão ligadas a uma fundamentação teórica relacionada à análise (MOISÉS, 2014).

A leitura do texto e conseqüente separação do material que compõe a análise é o momento existencial, no qual a intersubjetividade se mostra nas relações e interações com o analisado (interpretado). Assim, ao conjunto da obra, às personagens e às culturas nas quais estão inseridas, formam um círculo literário e sociológico interpretativo da problemática observada, tendo em perspectiva toda a configuração que a escrita traz em si (MOISÉS, 2014).

A análise de gênero se dá na medida em que é construído um discurso dialogado entre o texto, o significado e a referência contextual da pesquisa, por meio da compreensão das metáforas existentes entre os diálogos e as narrativas dos personagens, captando, posteriormente os significados apreendidos (MOISÉS, 2014).

É na atrelação de significados, juntamente com as questões de gênero e na relação desses com a interpretação feita dos textos que a análise discorrerá. Tsuruko, Sachiko, Yukiko e Taeko adquirem assim um contexto mais amplo no espectro da feminilidade que representam, coexistindo em suas subjetividades na construção dos personagens do “ser mulher”, com base na pluralidade de vivências. São as variadas possibilidades interpretativas que parecem fazer jus às extensas possibilidades de variações de vivências femininas no campo discursivo, dentro da historicidade foucaultiana.

O mundo da obra (texto - enunciado) possibilita a proposição de um mundo, aquilo que é possível afirmar e aquilo que se nega diante de um *devoir* de mundo a partir de um sujeito. Dessa maneira, nessa relação trabalhada, a proposição de um mundo não se encontra atrás do texto, como se fosse uma intenção oculta, mas sim diante dele, justamente como aquilo que a obra literária

desvenda, recobre e revela e em conjunto com os elementos externos, ou seja, aos fatores culturais que a influenciam diretamente.

Yukiko vive num difícil dilema durante a narrativa. Ela se sente pressionada em casar, uma vez que já passou dos trinta anos sendo, portanto, necessário que uma mulher se case para manter os bons costumes da tradicional família Makioka, já decadente financeiramente. Assim, na passagem do enunciado é visível a imposição da família por meio de sucessivos *miais*, mesmo sendo a contragosto da irmã Sachiko

[...] como deve ser do seu conhecimento, Yukiko já passou por muito da idade de se casar e, na qualidade de irmã mais velha, parte-me o coração submetê-la gratuitamente a sucessivos *miais*, escreveu Sachiko com franqueza em sua carta. Desta feita, e de comum acordo com Teinosuke, Sachiko estava resolvida a não se precipitar; antes de tudo, mandaria investigar com calma o proponente e, caso as informações fossem positivas, passá-las-ia à casa central. A própria Yukiko só seria informada depois disso (TANIZAKI, 2007, p. 123).

Perceba que a própria Yukiko não detém a liberdade de escola, a ela não será facultada a negativa quanto ao casamento, são poucos os caminhos permitidos às mulheres. A personagem entende o tradicionalismo japonês na vida de uma mulher: ela percebe a necessidade da obediência e respeito diante das tradições. É possível visualizar de maneira prática às diferenças sociais entre o homem e a mulher, contudo não há sinais de luta para sua emancipação desse ciclo imposto.

Diante dessa realidade, Butler (2015, p. 48) enuncia o seguinte:

As diferenças de abordagem na educação a partir de do ser-se homem ou mulher traz sempre à tona as práticas reguladoras da coerência de gênero. Ou seja, daquilo que, socialmente, é exigido, ainda que não em forma de lei expressa, mas nos hábitos e direcionamentos comportamentais cujas diferenças dão-se a partir do gênero.

No que se refere aos efeitos sociais, a mesma é difundida no cotidiano das personagens, sendo assim é preciso regular, ou melhor, limitar, bem como deixando claro que comportamentos cabem ao gênero e à normatividade. O tradicionalismo japonês, enquanto um discurso apregoado à força reguladora de manutenção da opressão feminina, com todos os seus rituais e conservadorismo moral, é um elemento em que os dispositivos de gênero estão excessivamente postos. Temos a obrigatoriedade de casamento para as mulheres, a fim de que se criem dispositivos de dominação masculina, por intermédio de fazer, daquelas mulheres honradas: boas donas de casa,

que, claro, dentro do ideal concebido, se casarão virgens e não mancharão o bom nome de suas famílias.

É preciso dizer que, mesmo que às personagens recebessem qualquer tipo de instrução, a mesma não se destinava ao seu desenvolvimento pessoal, mas à estabilidade e à harmonia do casal. Todo o direcionamento cultural a essas personagens estaria assim voltado para lhes fazer “moças de bem”, cuja moral as assegurasse uma vida em que não manchassem a imagem de suas famílias. É perigoso ser mulher: um deslize e já era apontada na rua como indigna e não merecedora de nenhum tipo de préstimo.

Ora, a sociedade japonesa, portanto, não era um espaço de paz e reciprocidade: a função desta sociedade é fortalecer a noção do binarismo sexual a que essas mulheres deveriam obedecer. Assim, às normas de dever pulsam com toda a sua intensidade, associadas à cultura tradicional japonesa opressora que repousam no tocante às mulheres. A noção corporal e os pensamentos dessas mulheres eram direcionados de maneira que esse molde educacional estivesse inscrito em seus gestos, em suas ações, em suas interpretações de mundo e em seu tempo. A carga moral era excessiva e exaustivamente trabalhada de maneira que elas soubessem a exata dimensão dos danos que seriam causados caso elas rompessem essas amarras.

Neste entendimento, temos então uma situação de que a sociedade japonesa tenta reforçar ideais sociais de binarismo arcaico, a censurar e limitar o subjetivo e a individualidade dessas mulheres, a impedi-las de viverem as suas sexualidades, seus desejos e seus prazeres; contudo, temos comportamentos diferentes neste sentido, que faz questionar e refutar essas normas sociais, a exemplo do comportamento da personagem Taeko, que seria a mais “ocidentalizante” das irmãs Makioka.

Pois bem, a personagem Taeko, teve a oportunidade de estudar no exterior, mais precisamente na França, onde manteve contato com uma cultura diferenciada da japonesa, onde mulheres já exerciam o trabalho e lutavam por seus direitos, principalmente com relação a não se casarem, caso fosse conveniente e oportuno para elas. Assim, Taeko quando retorna ao Japão, os costumes adquiridos são rebatidos com o tradicionalismo japonês, principalmente quando lhe é imposta a necessidade de casamento por parte da família Makioka.

Por meio dessa perspectiva, o conceito de gênero é social e culturalmente atrelado à diferença sexual física, aos atributos corporais do que entendemos como homem e mulher, como “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos”

(SCOTT, 1995, p. 21), sendo assim pautado em fatores biológicos, nos atributos corporais associados a esses fatores, e naquilo que foi inscrito ao longo do tempo nas construções normativas.

Ora, por vezes seria escandaloso para Taeko trabalhar aquém dos afazeres domésticos, pois uma mulher que exercesse um trabalho fora desse ambiente, no caso, de vendedora de bonecas (uma artesã), estaria à beira da perdição e do perigo da imoralidade. Ainda, os dispositivos culturais tradicionais, por sua vez também reguladores e canalizadores do dispositivo de sexualidade, tentam limitar as atividades laborais da mulher (este que não lhe pertence, mas que pertence ao homem).

Assim, corpo e comportamento feminino entrelaçam-se no que se entende como gênero, pois mulheres não devem infringir às normas sociais para elas criadas e a elas impostas: em uma sociedade tradicional de opressão masculina, onde os ditames do homem imperam solenes, desafiando e abafando expressões subjetivas e individuais. Não é permitido a mulher expressar e sentir quaisquer condições subjetivas relacionadas ao desejo e ao exercício da sua sexualidade.

A conjugal family-a nuclear family-of modern times begins with the marital union of a man and a woman, but *a* patriarchal extended family is perpetuated through successive generations. Except for a newly established branch family, it has neither beginning nor ending in principle. A daughter who marries out is incorporated into the husband's family. She is a wife to her husband but at the same time she is a bride of the family, belonging to the patriarch, the father of her husband. The social norm bids her to be a bride to the father-in-law, rather than a wife to her husband. The service she renders to her parents-in-law is more important than the love of the young couple³⁷ (KOYAMA, 1961, p. 34)

Tal entendimento acima vem de encontro ao que se entende sobre a sociedade patriarcal japonesa. Contudo, avessa ao comportamento normalizador do tradicionalismo japonês, Taeko representa a aversão a todos esses frutos sexistas, das inserções culturais e inscrições históricas, dos elementos constitutivos das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). Transgressora em sua razão construída, no seu sentir, Taeko entende que para a mulher é possível realizar seu próprio trabalho, não só aquele destinado ao ambiente familiar e doméstico, pois um emprego fora desse local significaria a sua libertação das imposições da sua própria família.

³⁷ Em tradução realizada pela autora: “Uma família conjugal - uma família nuclear - dos tempos modernos começa com a união conjugal de um homem e uma mulher, mas uma família extensa patriarcal é perpetuada através de sucessivas gerações. Exceto por uma família recém-criada, não tem início nem fim em princípio. Uma filha que se casa é incorporada na família do marido. Ela é esposa do marido, mas ao mesmo tempo é noiva da família, pertencente ao patriarca, pai do marido. A norma social a convida a ser noiva do sogro, em vez de esposa do marido. O serviço que ela presta a seus sogros é mais importante que o amor do jovem casal”.

First, when a woman enters her husband's family by marriage, there already exists a socially sanctioned power structure headed by either her father-in-law or her husband. As a new member of the group, she is expected to be subservient to the family head, to abide by family ways and to labour for the family. Second, as parents, brothers and sisters of her husband live together in the same household, she is expected to be devoted and obedient to them ³⁸(KOYAMA, 1961, p. 38).

Vale ressaltar que, o comportamento da mulher deve se pautar nas vontades do marido, mais especificadamente, nas vontades de todos os homens que moram com o casal. A obediência é patriarcal e segue os rigores das dominações masculinas. Os dispositivos de sexualidade, comprometidos com às diferenciações binárias estão encartadas no que se entende sobre o comportamento da mulher japonesa.

Existe uma relação entre o costume tradicional japonês de subserviência por parte da mulher à naturalidade do gênero, bem como associando às mulheres a comportamentos aos quais são imbricadas suas imagens sociais. A mulher, como concebida socialmente dentro dessa inscrição de gênero, deve cuidar de sua inocência, bem como do marido e dos filhos. O perigo está sempre presente no que tange o percurso da mulher. Se a sua invisibilidade lhe permite manter-se dentro dessa margem de segurança social, também é nesse âmbito que ocorre a sublimação de sua subjetividade, transformando-a em um indivíduo pertencente a uma massa igual do ser mulher e criminalizando (a partir do julgamento social) comportamentos que fujam a essa padronização (ZINANI, 2015).

A liberdade, nesse sentido, é o expandir desse espaço interno, é o acrescentar a vivência possibilidades de alma, ao corpo. E é nesse sentido que Yukiko e Taeko se diferenciam e se distanciam. Yukiko vive a necessidade de casamento e sente a pressão por parte da família Makioka, ao passo que Taeko não detém essa necessidade e luta para que haja a possibilidade de escolha em exercer qualquer tipo de profissão. Assim, Taeko é plena em seus atos performáticos, escracha as regras sociais impostas e, por isso mesmo, cria um espaço só seu, qual seja, o seu apartamento onde exerce a função de artesã. Dentro desta análise, então, Taeko vislumbra a liberdade, ao passo que Yukiko não, fica à mercê das vontades familiares (ZINANI, 2015).

³⁸ Em tradução realizada pela autora: “Primeiro, quando uma mulher entra na família do marido por casamento, já existe uma estrutura de poder socialmente sancionada liderada pelo seu sogro ou seu marido. Como novo membro do grupo, espera-se que ela seja subserviente ao chefe de família, que aceite os modos familiares e trabalhe para a família. Em segundo lugar, como pais, irmãos e irmãs de seu marido vivem juntos na mesma casa, ela deve ser dedicada e obediente a eles”.

Por fim, o romance termina com a família Makioka, mais precisamente a senhora Itani, amiga das irmãs Makioka, sendo responsável pelo noivado de Yukiko, após a realização de um *miai* que, enfim dera certo. Assim, o noivo Kunishima retorna para Tóquio feliz após a realização do mesmo:

[...] Kunishima ligou no dia seguinte para expressar sua imensa alegria diante do resultado da noite anterior. Fora excelente, com satisfação de ambas as partes. Retornaria a Tóquio ainda naquela noite em companhia do senhor Mimaki, e acreditava que em breve a senhora Itani entraria em contato para combinarem o noivado e outros detalhes (TANIZAKI, 2007, p. 725).

Assim, a história se finda com o tradicionalismo japonês, representado por Yukiko, imperando sobre a modernização, ou melhor, a ocidentalização, representada por Taeko, haja vista que, anteriormente a esse evento, Taeko volta a morar com a irmã Sachiko, fazendo com que volte a obedecer a casa Makioka. Observando sobre outro prisma, às normas sociais impostas a mulher imperam perante a possibilidade da sua libertação, o que não significa que à relação de força existente entre essas mulheres e o meio discursivo não podem libertá-las, pois a possibilidade é criada conforme à historicização dos acontecimentos e o poder perpassa por ele.

3.2 O primado genealógico do poder de reação

O fato é que quando se pensa sobre poder, vem logo a mente quem o exerce, ou quem o mantém. É certo que é atribuído a uma pessoa ou até mesmo a um grupo de pessoas que influenciam umas às outras. Se questiona também se é físico ou moral, no âmbito do domínio, da posse, o que geralmente remete à idéia de poder político. Contudo, o poder não se limita somente ao âmbito político, pelo contrário, sempre esteve presente nas relações humanas, pois onde existe pessoas, há a presença do poder (DELEUZE, 2013).

Analisando o poder fora da ambientação foucaultiana, temos a definição de que o poder pode ser compreendido como a imposição de algo para ser obedecido e que não deve ser desobedecido. Ou seja, para o seu exercício, o mesmo deve ser legítimo e instituído visando executar a ordem estabelecida, por meio de atos autoritários, ou de atos políticos legítimos, contudo, não há somente essa definição de poder, haja vista que essa característica remonta ao que se entende sobre o poder do Estado, por exemplo (DELEUZE, 2013).

Na perspectiva da *Microfísica do Poder*, obra que, de certa forma, inaugura o Foucault genealógico, ou seja, aquele direcionado ao estudo das relações de poder, o mesmo trata do tema mediante uma abordagem distinta, pois rompe com as concepções clássicas deste termo, já que o poder não pode ser localizado e observado numa instituição determinada ou no Estado. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um governante, como vemos na compreensão política clássica dos Estados absolutistas, por exemplo. Assim, o poder se evidencia por intermédio de uma relação de forças.

Aproveitamos o ensejo para salientar que:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2014, p. 193)

Com a inexistência de poder, mas sim relações de poder, é certo que não está situado numa especificidade, uma vez que está distribuído e agindo em toda a sociedade, em todos os lugares e em todas as pessoas. Através de seus mecanismos, o poder atua como uma força coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos. Para Foucault (2014), de acordo com as necessidades e com as realidades de cada local, são produzidas novas relações de poder, como um microcosmo de efeito polarizado:

A mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo -, e se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder (MACHADO, 2006, p. 168).

A análise foucaultiana se concentra, precipuamente, por meio do poder disciplinar onde, posteriormente, aprofundará sua concepção numa vastidão onde o alcunhou de “biopoder³⁹”. Por

³⁹ A questão do biopoder não será objeto dessa pesquisa, haja vista que o poder a ser contemplado será o poder disciplinar, devido a isso não será objeto de aprofundamento.

meio dos estudos dos dispositivos da loucura e da sexualidade, o seu poder dará vazão em inúmeras áreas do saber, que se entrelaçam em campos discursivos. Segundo ele, a finalidade das práticas de adestramento era disciplina e reclusão, tendo em vista a docilidade dos corpos. Para chegar a essas conclusões que adentram o interior das relações humanas, em vez de analisar a história de origem única e causal, ele realiza uma genealogia, ou seja, um olhar sobre as multiplicidades dos sujeitos, dos acontecimentos e dos fatos históricos (FOUCAULT, 2014).

Houve uma ideologia da educação, uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc.; mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nesses mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber. (FOUCAULT, 2014, p. 186)

Desta forma, portanto, os sujeitos estão envolvidos nesta teia de relações que dá a manifestação e o “movimento” ao poder. Ele propõe também uma reflexão sobre a forma como os espaços se organizam para formar isso que chamamos de sociedade. Sobre essa organização do espaço, que chamamos de sociedade, Foucault (2014, p. 219) diz: “[...] é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder, quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Isso me parece ser a característica das sociedades que se instauraram no século XIX”.

Obviamente, o exercício das relações de poder se dá mediante dois fatores, nos quais se concentram na vigilância e na punição, que consistem nos caminhos donde o poder irá trafegar e, posteriormente, ser exercido na sociedade, é cediço que os dispositivos são meios ou formas pelos quais o poder se exerce na sociedade, ou seja, são mecanismos usados de forma discreta para dar força aos meios que, em suma, objetivam determinado fim.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 2014, p. 246)

Relacionando a questão das relações de poder com o romance posto em análise, é certo que o mesmo é difundido por meio dos seus personagens que exercem o poder, num determinado momento histórico. Ora, o poder é exercido, porém os personagens não são detentores, são apenas

executores desse poder. Toda a narrativa se condensa num discurso sobre dominância masculina nas relações entre às personagens, principalmente entre a Yukiko e Taeko, estas responsáveis pelas “apatias” e “vicissitudes” do romance, respectivamente. Por meio das relações de força que se instrumentaliza na família tradicional japonesa, há a reprodução de discursos de poder que se materializam por meio de feixes intercambiáveis, responsáveis por fazer toda a conexão entre os personagens.

Outro ponto que merece destaque, é quando se constrói o dispositivo da sexualidade: uma rede que estabelece na relação de discursos, instituições, organizações, controladas através do casamento, por meio dos discursos de dominância masculina, que se evidenciam num feixe de relações entre saber e poder, permeando toda a temática foucaultiana, onde seus escritos vão se construindo arqueológicos e desbocam num elo genealógico, se baseando em camadas mais profundas da sociedade, nada sólidas, mas sim desestruturantes, formadas por regularidades discursivas e enunciados que se refazem continuamente. O fato é que as condutas humanas destacadas no romance são enunciados que se relacionam com o poder multifacetado e que compõe até as relações culturais na sociedade japonesa.

Por meio da produção de saber a partir das relações de poder, é perfeitamente plausível que esse poder se torne não autoritário, controlador, possessivo no que tange às instituições afetadas no romance, como a família e o casamento, por exemplo. Assim, a produção faz com que às relações de poder não sejam negativas, mas sim positivas, dando um caráter libertador para os personagens, em especial para Taeko, fazendo com que haja legitimidade em sua conduta não submissa às questões que envolvem a dominação e controle de suas vontades, desejos, por parte da sua família.

A propósito disso, Taeko se utiliza desse poder libertador para se evadir das amarras da opressão que sofre por ter suas vontades dilaceradas e desrespeitadas, fazendo com que, diferentemente de sua irmã Yukiko, consiga produzir discursos que alavanque as potencialidades de suas vontades e ações, quando, a exemplo, resolve morar sozinha e desenvolver um trabalho sem a necessidade de um marido, deixando à mercê qualquer tentativa referente a submissão à família Makioka.

CONCLUSÃO

As vidas das mulheres, mais precisamente, da Tsuruko, Sachiko, Yukiko e Taeko, personagens componentes da obra de Jun'ichiro Tanizaki estão repletas de apatias e vicissitudes, como o próprio título salientou, na medida em que uma das características que permeiam o romance são as dominações opressoras masculinas, bem como as possibilidades de se desamarrarem de tais vias mediante atos transformativos por influência de fatores externos, diga-se de passagem, culturais. Contudo ainda podem se renderem a elas, se tornando mulheres submissas, indiferentes às opressões sofridas.

A par disso, essas mulheres, mais precisamente Yukiko e Taeko, tem suas vidas levadas em direções opostas, uma vez que a primeira se compromete, mediante às vontades da família Makioka, a se casar, a fim de que não sofra o preconceito de ser uma mulher solteira, após os trinta anos de idade, numa sociedade onde se apregoa que a felicidade feminina vem de encontro com um casamento e aos cuidados que deve se comprometer ao lar e ao marido, ao passo que a segunda, por influências ocidentalizantes, de uma cultura aberta e receptiva, mais precisamente a francesa, desenvolve a prerrogativa de deter um trabalho e não se limitar a um casamento destinado aos interesses da hegemonia masculina. Sendo assim, foi preciso problematizar essa questão: das mulheres que tem aberto espaços para as suas felicidades, para os seus destinos traçados pelo tradicionalismo japonês, mas que, ao romper com essas poucas possibilidades culturais dadas, não conseguiriam alcançar uma paz plena, como se da luta fosse feita sempre as suas trajetórias, como se a quebra da norma fosse um destino para o qual não há a contemplação de um final feliz.

Obviamente, a transgressão de Taeko foi libertadora, consoante ao que se entende sobre o poder de Foucault. Ocorreu que nessas mulheres analisadas, muitas deixaram pistas acerca das questões de gênero inseridas nas relações de poder. Olhamos com mais afinco para a questão da cultura japonesa, tão presente no romance aqui tratado e nas problemáticas de gênero pretendidas. Aliás, permeando sobre o que entendemos sobre gênero, ficou claro que o referido termo veio de encontro com a cultura, por meio de comportamentos, de atitudes diárias dos personagens que remetem a hierarquização de normas patriarcais e reforçam o já vencido binarismo sexual.

Estão nos corpos os elementos que compõem a cultura e ditam as normas preestabelecidas. De certa forma, as rotinas, as manias, os gostos e trejeitos dos personagens refletem um lugar onde discursos são imersos em práticas sociais. Desafiando Foucault com um viés cultural chegamos a

imaginar que às mudanças devem ser costumeiramente trabalhadas, de forma incessante, sempre a provocar nos personagens situações onde é possível se conhecer e se (re)conhecer, num limiar interminável de ações pautadas na historicidade.

Assim, construímos um discurso com base em Foucault e perscrutamos aos personagens a viabilidade de pertencerem a esse universo. Alguns se posicionaram a favor do discurso tradicionalista japonês, onde construções históricas masculinizantes ganharam um retrospecto “mais do mesmo”, ou melhor, sem novidades, sem o velho discurso de opressores e oprimidos. Contudo, outros se apoiaram na ressignificação do feminino numa cultura eivada pela opressão, com uma apropriação feminista tendo bases ainda germinativas que, muito embora, são tidas como iniciais, já despontaram como precursoras de uma construção discursiva de libertação da opressão, a exemplo da personagem Taeko.

Então, estudar mulheres significou necessariamente voltar o olhar para as condutas masculinas dentro da narrativa do romance. Assim, por meio das condutas masculinizantes foi possível observar a castração dos conflitos, desejos e escolhas sofridas por essas mulheres. Contudo, ao estudá-las tendo o gênero como categoria de análise, voltamos nossos olhares nas relações de poder e como esta pôde ser utilizada como um instrumento que regula e, ao mesmo tempo, viabiliza a libertação das mulheres mediante a uma negativa de submeterem aos desmandos masculinos e a sua opressão avassaladora. Perceber essa diferença constitui um primeiro passo rumo a igualdade entre homens e mulheres. Neste sentido, a narrativa da literatura e os fatos encartados se misturam e se influenciam mutuamente, fazendo com que as mulheres tanizakianas tenham um importante papel de representação feminina e de denúncia das limitações impostas às mulheres.

As críticas às categorias de gênero estão relacionadas à existência humana, na medida em que às subjetividades particulares de cada um, bem como as possibilidades de vivências humanas estariam disponíveis se não fossem às imposições sociais que são adstritas ao gênero. Não se trata apenas de problematizar as categorias em mulher/homem, mas de lançar a possibilidade de libertação impostas pelas relações de poder. Seguindo nesse caminho, ao ponto de perceber o poder de Foucault, o mesmo salienta que práticas sociais que se reproduzem mediante um discurso colocando um fim nas instituições responsáveis pelas amarras da opressão, como o casamento, a família tradicional japonesa, constituem como chances a tão desejada liberdade, a quebra de paradigmas e construção de uma subjetividade própria que só poderia existir fora do normativo.

Neste compasso, a análise feita acerca do poder de Foucault encontrou um campo fecundo nas implicações discursivas em torno das personagens do romance. Percebemos que o poder que, encontra suas bases microscópicas, tem como ponto de partida às pequenas interações humanas, ou os aparatos culturais nada fixos que se concentram nos comportamentos, corpos, falas e gestos das personagens estudadas. Desenvolvendo mecanismos que possibilitem direcionar os feixes minúsculos de poder, visando multiplicá-los em torno da libertação e não os impedindo de gerarem energias destruidoras dos grilhões da opressão fora, de certa maneira, o caminho que esta pesquisa trilhou.

Trilhamos um caminho nas interações culturais que encontraram terreno nos “corpos nada dóceis⁴⁰” das personagens femininas do romance. Reproduzir um ambiente favorável ao discurso não opressor e libertador tornou-se possível com as interações da personagem Taeko com situações culturais de imposição de normas comportamentais que tendem a manter a condição do *status quo* masculino em torno do que se deseja e do poderio normativo perpassado sobre os corpos. As construções sobre estes não são desmedidas e nem tampouco naturalmente impostas, mas sim são baseadas numa praticidade formada por construções culturais que se projetam sobre si, de forma a serem concatenadas, mas não no sentido de suplantar as demais, mas na ideia de modificar-se, numa substituição que tende a remeter características passadas em torno do que se tem no presente.

Dentro dessa idéia, temos a normatividade influenciadora da subjetividade de Yukiko e temos à liberdade da subjetividade da Taeko, sendo que é o desejo desta última que a deixa livre para reagir ao comportamento opressor de uma sociedade marcada pelo machismo e pela submissão as suas regras, alimentando às vicissitudes. No entanto, podemos observar que, dentro da situação social do romance, as relações sociais de poder só podem vir a ser quebradas, com as mudanças que o meio externo provoca e influencia às personagens, fora desta perspectiva, fica impossibilitada qualquer mudança, deixando às personagens presas às tradições e completamente apáticas ao meio circundante.

As apatias e vicissitudes de Yukiko e Taeko, respectivamente, nos permitem questionar as imposições nas quais o gênero está inserido – não como composto natural do ser humano e de sua subjetividade, mas das relações de controle construídas historicamente. Assim ao olhar para às mulheres tanizakianas podemos ver não apenas elas, mas as tantas outras mulheres que poderiam

⁴⁰ Utilizamos de um trocadilho com um dos títulos da obra de Foucault, *Vigiar e Punir*, fazendo alusão da motivação que algumas personagens tiveram em libertarem-se da opressão masculinizante.

ocupar a mesma posição em contextos históricos diversos, libertando-as de um mundo construído para os homens. Mais ainda, de vítimas, tais mulheres são o estandarte para a luta contra a opressão masculina, sendo símbolos de denúncia contra às hegemonias masculinas.

A visão das mulheres sobre seus corpos perpassa inúmeras barreiras até se firmarem em algo observável por fora. A cultura como um processo de composição de fatores internos a se mesclarem numa ambientação externa evoca um contexto prático, contudo nada catalogável e hermeticamente fechado, mas sim passível de ser modificado e sujeito a interpretações variadas. De ver-se que o corpo não deve ser mantido como um conjunto de regras predispostas e taxativas em termos de comportamentos e atitudes, mas sim socialmente adaptado ao que se propõe a fazer.

A equação da tradição japonesa é rígida e reforça o obedecer das normas em torno do que as mulheres devem fazer. Tal atitude condescendente de algumas componentes do clã Makioka, a exemplo de Sachiko, reforçou às posições masculinizantes e serviu para dominar às vontades femininas. Quando da análise de inúmeros *miais* realizados pela família Makioka visando casar a personagem Yukiko evidenciamos comportamentos opressores na escolha dos possíveis pretendentes; na medida que a querença em nenhum momento consistiu como fator determinante para o desenvolvimento de práticas sociais que puderem concatenar o subjetivismo das escolhas com a obrigatoriedade das normas de obediência pela mulher japonesa.

Obviamente, essa análise acima só pôde ser feita tendo como base o corpo útil das personagens que reproduziram o gênero no qual se sentiam inseridas. A sensação não deve ser medida, mas sim vivenciada por meio da queda de simbolismos culturais japoneses que deturpam e adoecem toda a reprodução de gênero voltada à libertação feminina. Assim, o casamento por intermédio de *miais*, o consentimento dos familiares a favor deste, antes mesmo do próprio consentimento da pretendente, bem como escolhas baseadas em comportamentos opressores sinalizam que a cultura dominante e intimidadora não se coaduna com novos discursos baseados na libertação, no respeito às vontades femininas, e na igualdade entre direitos que homens e mulheres devem se firmar.

A dominação em torno do sexo, do comportamento e, por não dizer, do *corpus* das personagens do romance demonstra um domínio de um sistema baseado em masculinidades, onde a voz patriarcal não se cala diante da oposição, da diferença e das feminilidades que são carregadas de valores e senso de comportamentos tendentes a romperem as barreiras da opressão, não se deixando levar pelas subjetividades ligadas ao desejo. Contudo, uma das personagens não mantém

o seu desejo reduzido, pois se configura como uma chama acesa, pulsante se entremeando por suas vontades e deixando se controlar por elas. Taeko se torna a representação típica de alguém que tende a se libertar da dominação que mina a autonomia das mulheres sob a égide do patriarcado. Nesta negativa em aceitar tais domínios em seus anseios, o gênero vai se construindo, não em dados biológicos entre os sexos, mas sim em representação, numa ambientação discursiva de um sujeito multifacetado que pode deter inúmeras nuances, na medida em que adquire a consciência em experimentar o que realmente deseja.

A análise foucaultiana nos auxiliou na compreensão de como às formações discursivas são utilizadas como um instrumento para que o poder trafegue sobre elas, na medida em que se pôde observar, mediante uma interpretação dos fatos externos (literatura sociológica), que o meio tem a possibilidade, indiscutivelmente, de influenciar na subjetivação dos personagens, tanto para efeitos negativos, como no caso da Yukiko, como em efeitos positivos, no caso de Taeko.

Ademais, aos dissabores de toda uma hegemonia masculina em torno do romance, tendo em vista que consiste num autor já denunciando os efeitos de uma ocidentalização do Japão e como este fato teve o poder de influenciar às pessoas, mais precisamente, às mulheres, deixando-as à mercê de vontades e desejos que, até então, competia somente aos homens deterem, vale dizer que às relações de poder de Foucault puderam ser notadas e evidenciadas por meio da conduta da personagem Taeko.

A construção do feminino, portanto, é o grande trunfo desse romance, que mostrou uma personagem que não se conformou com a limitação que é imposta ao seu destino e que promoveu a quebra para se tornar sua própria versão de mulher, numa existência que esteja mais alinhada ao sentir e aos desejos que pulsa nela. Se Taeko não terminou no romance feliz, a mesma pôde terminar com convicções, pelo entendimento do sabor das causas a favor das mulheres e pela cultura enriquecida quando foi morar no exterior. Portanto, se não terminou feliz, também não terminou conformada, pois Taeko quando volta a morar com a família Makioka ainda consegue preservar às subjetividades que foram adquiridas quando do contato de culturas distintas daquela do tradicionalismo japonês, sendo assim ainda permanece um espírito inconformado em face da pressão que deverá sentir para se comprometer a um futuro casamento.

Por mais que o final do romance não tenha se direcionado a um epílogo que demonstrasse à supremacia das relações de poder foucaultianas em detrimento das opressões masculinas, é certo às relações de força onde são promovidas às passagens do poder puderam ser comprovadas, no

sentido de que se a obra não caminhou para um final digno de libertação dessas mulheres vítimas da própria condição de serem mulheres, a mesma pôde oferecer possibilidades de subjetivação em mudanças que podem afetar qualquer personagem da narrativa. A partir do momento em que Taeko retorna ao seu local de origem, não significa que regressou as suas “raízes internas”, fazendo com que exista a possibilidade de, inclusive, se tornar um próprio meio de influência para as demais mulheres que, possivelmente após este fato, deixarão de ser tanizakianas.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. Do Segundo Sexo por Simone de Beauvoir. **Mulher & Filosofia**: As relações de gênero no pensamento filosófico. Porto Alegre: Fi, 2015.

ASKEW, R. K. The Cultural Paradox of the Modern Japan: Japan and its three Others. **New Zealand Journal of Asian Studies**, v. 6, n. 1, p. 130 -149, jun. 2004.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o Conceito de Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENEDICT, R. **O Crisântemo e a Espada**. Padrões da Cultura Japonesa. Perspectiva: São Paulo, 1972

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: Crítica da Violência Ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CÉSAR, M. R. A. Sexualidade e Gênero: ensaios educacionais contemporâneos. **Instrumento**. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 67-73, jul./dez. 2010.

CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 4, p. 37-47. 1995.

DELEUZE, G. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **Conversações**. São Paulo: 34, 1992.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: 34, 1995.

_____. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. v. 2. Rio de Janeiro: 34, 1995.

_____. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. v. 3. Rio de Janeiro: 34, 1996.

_____. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. v. 4. Rio de Janeiro: 34, 1997.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DÍAZ, E. B. Desconstrução e Subversão: Judith Butler. **Sapere Aude**. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-64, jan./jul. 2013.

EAGLETON, T. **A Idéia de Cultura**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UnB, 2001.

FILMOW. A sua rede social de filmes e séries. As Irmãs Makioka. Disponível em: <https://filmow.com/as-irmas-makioka-t78758/>. Acesso em: 02 nov. 2016.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**. n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FONTES, L. C. S. Gêneros Indomáveis. **Mulher e Literatura: Vozes Consequentes**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 101-118. 2015.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

_____. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

_____. **Os Anormais**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

_____. **A Ordem do Discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FREITAS, A. S. A *Parresía* Pedagógica de Foucault e o *êthos* da educação como psicagogia. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 325-493, abr./jun. 2013.

FUNCK, S. B. O trinômio gênero/raça/classe no romance feminista contemporâneo. **Ilha do Desterro**. Florianópolis, n. 42, p. 181-89, jan./jun. 2002.

_____. O que é uma mulher? **Cerrados**. Brasília, v. 20, n. 31, p. 65-74, jan./jul. 2011.

GIACOMONI, M. P; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas online**. Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 119-29, jul./dez. 2010.

GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de saúde pública**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 146-155, 1994.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALL, S. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOUBRE, G. Inocência, saber, experiência: as moças e seu corpo fim do século XVIII/começo do século XX. **O Corpo Feminino em debate**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 93-106. 2003.

JAGGAR, A. M; BORDO, S. R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KAMITA, R. C. Mulher e Literatura: o sublime feminista. **Mulher e Literatura: Vozes Consequentes**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 433-44. 2015.

KATO, S. **Tempo e Espaço na Cultura Japonesa**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

KOJIN, K. **Origins of Modern Japanese Literature**. Durham: Duke University Press, 1993.

KOYAMA, T. **The Changing Social Position of Women in Japan**. 7. ed. Paris: Unesco, 1961.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, T. La tecnología del género. **Technologies of Gender**. Essays on Theory, Film and Fiction. London, p. 1-30. 1989.

_____. Através do Espelho: mulher, cinema e linguagem. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 96-122, jan./jul. 1993.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**. Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, mai./ago. 2008.

_____. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011.

MACHADO, R. **Foucault, a Filosofia e a Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Foucault, a Ciência e o Saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MACHADO, S. B. A Ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 23, p. 46-72, jan./abr. 2010.

MIGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOISÉS, M. **A Análise Literária**. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

NAKAGAWA, H. **Introdução à Cultura Japonesa**: Ensaio de Antropologia Recíproca. São Paulo: Martins, 2008.

NICHOLSON, L. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 01-33. Jan./mar. 2000

ODA, E. Interpretações da “Cultura Japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 103-117, fev. 2011.

ORGADO, G. T. M. R. **Literatura Traduzida de Murasaki Shikibu**: Análise paratextual em *Genji Monogatari*. 2014. Tese (Doutorado) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: Princípios & Procedimentos. 12. ed. Pontes Editores: Campinas, 2015.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98. 2005.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-72. 2006.

PEREIRA, O. P. O *ethos* do indivíduo grego e o êxtase do sujeito contemporâneo. **Episteme**. n. 19, p. 115-137, jul./dez. 2004.

PERROT, M. Os silêncios do corpo da mulher. **O Corpo Feminino em debate**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 13-27. 2003.

RALLO, E. R. **Métodos de Crítica Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROCHA, J. A. **Michel Foucault**: Crítico – Esteta – Cínico Mitigado. Campina Grande: Eduepb, 2014.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SCHMIDT, S. P. Ainda o feminismo, ou o feminismo ainda mais. **Mulher e Literatura**: Vozes Consequentes. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 481-97. 2015.

SCHMITT-PANTEL, P. “A criação da mulher”: um ardid para a história das mulheres? **O Corpo Feminino em debate**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 129-156. 2003.

SCHWANTES, C. Um paradigma diferente para a formação feminina: *Azul Corvo* e *The Fifth of March*. **Mulher e Literatura**: Vozes Consequentes. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 245-58. 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**: O corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, E. M; GARCIA, A. Um diálogo entre Foucault e o Marxismo: Caminhos e Descaminhos. **Revista Aulas**. Campinas, n. 03, p. 01-32, dez./mar. 2007.

STEARNS, P. N. **História das Relações de Gênero**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

STEVENS, C. M. T. Mulher e violência na literatura contemporânea: E agora, aonde vamos? **Mulher e Literatura**: Vozes Consequentes. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 287-306. 2015.

TANIZAKI, J. **As Irmãs Makioka**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

WAGNER, R. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEIZENMANN, M. **Foucault**: Sujeito, Poder e Saber. Pelotas: NEPFil online, 2013.

YAMASHIRO, J. **Pequena História do Japão**. 2. ed. São Paulo: Herder, 1964.

_____. **História da Cultura Japonesa**. São Paulo: Ibrasa, 1986.

ZINANI, C. J. A. Personagens Femininas: desconstrução e subversão. **Mulher e Literatura**: Vozes Consequentes. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 215-30. 2015.

ZOLIN, L. O. O lugar da mulher no romance contemporâneo de mulheres. **Mulher e Literatura**: Vozes Consequentes. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 361-78. 2015.